



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 71

III Sessão Legislativa

Horta, Quinta-feira, 18 de Março de 1999

Presidente: *Deputado Humberto Melo*

Secretários: *Deputados Natividade Luz e José Ramos Aguiar*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se pelas 15.20 horas.

Período de Antes da Ordem do Dia:

Depois de lida a correspondência entrada na Mesa da ALRA, passou-se ao **período destinado a intervenções de interesse político relevante para a Região** em que intervieram os Srs. Deputados Manuel Serpa (*PS*), Eugénio Leal (*PSD*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Augusto Elavai (*PS*), Berta Cabral (*PSD*), Victor Cruz (*PSD*), António Almeida (*PSD*), José Maria Bairos (*PSD*), Francisco Xavier (*PSD*), Manuel Azevedo (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Joaquim Ponte (*PSD*), Manuel Herberto Rosa (*PS*), João Greves (*PP*), Jorge Valadão (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Aurélio da Fonseca (*PSD*) e ainda os Srs. Secretários Regionais Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente,

Fernando Lopes , da Educação e Assuntos Sociais, *Álamo de Meneses* e Adjunto da Presidência, *Francisco Coelho* .

Entrou-se no **Período da Ordem do Dia** com a continuação da comunicação do Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*) sobre "Política Agrícola Comum".

Intervieram no debate os Srs. Deputados António Almeida (*PSD*), Élio Valadão (*PS*) e Paulo Valadão (*PCP*).

De seguida apreciou-se e votou-se os seguinte diplomas:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Licenciamento Comercial", tendo a sua apresentação sido feita pelo Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*).

Sobre este assunto usaram da palavra os Srs. Deputados Augusto Elavai (*PS*), Eugénio Leal (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*) e Francisco Sousa (*PS*).

Posta à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, tanto na generalidade como na especialidade.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Princípios e normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens na RAA", cabendo a sua apresentação ao Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*).

Posta à discussão usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Resendes (*PS*), Francisco Xavier (*PSD*) e Paulo Valadão (*PCP*).

Posta à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, tanto na generalidade como na especialidade.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Sistema Regional de Leitura Pública", cabendo a sua apresentação ao Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Menezes*).

Posta à discussão usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Aurélio da Fonseca (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Manuel Serpa (*PS*) e Francisco Sousa (*PS*).

Posta à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, tanto na generalidade como na especialidade.

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Classificação da Zona Central da Cidade de Angra do Heroísmo"**, cabendo a sua apresentação ao Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Menezes*).

Posta à discussão usaram da palavra os Srs. Deputados Jorge Valadão (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Aurélio da Fonseca (*PSD*) e ainda o Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*).

Sobre este diploma foi aprovado por maioria um requerimento de baixa à Comissão, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

- Discussão e Votação dum **Voto de Confiança à actuação do Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

Após a apresentação feita pelo Sr. Deputado Humberto Melo e Presidente da Assembleia, intervieram no debate os Srs. Deputados Fernando Meneses (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Victor Cruz (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Vasco Cordeiro (*PS*) e Manuel Serpa (*PS*).

Submetido à votação, foi o mesmo aprovado por maioria.

- **Proposta de Resolução que altera a composição da Comissão Especializada Permanente de Política Geral.**

Posta à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

- **Proposta de Resolução, declarando findo o Período Legislativo de Março.**

Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 02.15 horas)

—

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. Eu peço o favor de ocuparem os vossos lugares. Vamos proceder à chamada.

(Eram 15.20 horas)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

António Manuel da **Silva Melo**

Augusto António Rua **Elavai**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Couto de **Sousa**

Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa

João Carlos do Couto **Macedo**

João Manuel Pereira **Forjaz de Sampaio**

José **Élio Valadão** Ventura

José do **Nascimento Ávila**

João Luis Sanchez dos **Santos**

Luis Machado **Resendes**

Manuel Goulart **Serpa**

Manuel **Herberto** da **Rosa**

Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**

Maria da **Natividade** da **Luz**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Romão **Madruga da Costa**

António Manuel Silva **Almeida**

António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**

Aurélio Henrique Silva Franco **da Fonseca**

Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**

Duarte Nuno de Ávila Martins de **Freitas**

Eugénio Manuel Pereira **Leal**

Francisco Xavier Araújo Rodrigues
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Joaquim Carlos Vasconcelos da **Ponte**
José Ramos Aguiar
José Francisco Salvador **Fernandes**
Jorge Manuel Leão Temudo **Valadão dos Santos**
José Manuel Cabral Bolieiro **Dias**
José Manuel Avelar **Nunes**
José Maria Bairos
Manuel Teixeira **Brasil**
Manuel da Silva **Azevedo**
Mark Silveira **Marques**
Sidónio Manuel Moniz **Bettencourt**
Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**
João Maria Fraga **Greves**
Nuno Barata **Almeida e Sousa**

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 42 Srs. Deputados.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à apresentação e leitura do expediente.

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Partido Comunista Português, uma declaração de voto proferida pelo Sr. Deputado ao Parlamento Europeu, Eng^o. Honório Novo, sobre "Portos marítimos, portos de navegação interior e terminais intermodais".

Secretária (*Natividade Luz*): Para audição dos órgãos de governo próprio o Projecto de Decreto-Lei que estabelece as normas relativas ao fabrico, autorização e introdução no mercado, armazenamento, transporte, comercialização e utilização de produtos de uso veterinário.

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Gabinete do Ministro da República, para audição dos órgãos de Governo próprio, envio do Projecto de Decreto-Lei que "Cria Equipas de Sapadores Florestais e regulamenta a sua actividade, alínea c) do artigo 21º. da Lei nº. 33/96, de 17 de Agosto (Lei de Bases da Política Florestal. Nova Versão".

Secretária (*Natividade Luz*): Audição dos órgãos de Governo próprio, sobre o Projecto de Decreto-Lei que "Altera o Decreto-Lei nº. 349/98, de 11 de Novembro, diploma que estabelece o regime jurídico de concessão de crédito à habitação".

Baixou à Comissão de Política Geral.

Presidente: Acabada a leitura da correspondência vamos passar às intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia.

Para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A Semana das Pescas constitui um marco deveras relevante para um sector fundamental da Economia Regional.

Ao ritual programático do evento correspondem, normalmente, algumas intervenções, nesta Assembleia, incidindo sobre temáticas concernentes às pescas.

Sabemos que este ano as atenções centrar-se-ão no "Atum" o que dará aso a uma discussão actual e fundamental com perspectivas traçadas em relação ao futuro.

Hoje, a pesca do atum constitui uma significativa actividade económica em muitas culturas. De facto, os stoks de atum são pescados em quase toda a extensão das águas temperadas e tropicais de cada Oceano por, aproximadamente, oitenta países e o correspondente valor económico das capturas fica, provavelmente, em segundo lugar, se considerarmos em primeiro lugar o valor das capturas a nível mundial de camarão e espécies similares.

O Mercado do atum é, por outro lado, “completamente elástico” o que implica que, seja qual for o grau de produtividade de uma pescaria de atum, este não excederá o índice da procura global dos seus produtos derivados.

Esta característica especial do mercado faz com que a pesca de tunídeos seja um empreendimento económico sempre atractivo, embora com dificuldades, se assentar numa política de gestão das pescarias, correctamente definida e executada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vão longe os tempos em que a safra do atum também obedecia a um determinado ritual. Os “Madeiras”, e o termo não tem nada de ofensivo, chegavam à Terceira no mês de Maio e as traineiras do Grupo Central deslocavam-se em conjunto para S. Miguel, muitas vezes aproveitando para participar nas festas do Senhor Santo Cristo, iniciando a pescaria sempre por Santa Maria e nos fins de Setembro percorridas as zonas envolventes do Grupo Central todos zarpavam com a consciência de missão cumprida.

Eram barcos de pequena e média dimensão que saíam de madrugada e voltavam à tarde com muita gente expectante no cais e às vezes com dificuldades de atracação e descarga.

Num determinado momento foi necessário repensar toda a situação.

Havia que teorizar, devidamente, os objectivos e implementar medidas concretas a curto prazo que assentassem, prioritariamente, na reestruturação, reconversão e redimensionamento da nossa frota pesqueira. Depois de um percurso experimental chegou-se à concepção de um tipo de barco cujo perfil consideramos adaptado à prática tradicional da arte de salto e vara (verdasca) na qual os nossos pescadores são experimentados, quase diria, imbatíveis com altos índices de rendibilidade. Foi a hora do investimento na frota azul e foi a hora de outros empresários da altura investirem em barcos de fibra e mesmo de madeira, sem ser ligados à frota azul. Foi uma altura em que se perspectivaram para a Região dos Açores capturas significativas, embora os anos subsequentes não tenham constatado essa realidade. A construção de novos portos ajudou e sedimentou o progresso nesta área.

A Semana das Pescas, um evento que tem sido marcadamente científico e que tem o condão de congregar um naipe de “expertes” na matéria, práticos com experiência de

experiência feito - os nossos pescadores - bem como pessoas ligadas a actividades relacionadas com o sector que pode trazer achegas importantes para a pesca de Atum na nossa Região Autónoma.

Sem beliscar, minimamente, o valor científico deste tradicional forum julgo ser premente uma inovação nas suas linhas programáticas de modo a permitir a inserção de todos os intervenientes.

No ano transacto alguns passos foram dados neste sentido. Esperamos que, desta vez, a inovação seja mais sensível e acentuada, sendo certo que este acontecimento manterá sempre uma característica que é imutável: é nos bastidores da Semana das Pescas que se reforçam contactos, se estabelecem contratos, se discutem preços, se traçam metas, se abordam questões fundamentais para o sector.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Centremos também as nossas atenções no Atum.

A pesca do Atum é especialmente importante para o crescimento económico das regiões insulares subdesenvolvidas e situadas, geograficamente, nas zonas temperadas e tropicais que passaram a dispôr de uma vasta Zona Económica Exclusiva. Em particular, a aplicação da Convenção da Lei do Mar de 1982 criou novas condições para o desenvolvimento sócio-económico das Comunidades Insulares que exibam um valor elevado do “ratio” entre a área da Zona Económica Exclusiva e a superfície do território terrestre correspondente.

O Arquipélago dos Açores é uma região deste tipo. A sua Zona Económica Exclusiva abrange, aproximadamente, 938.000 quilómetros quadrados, enquanto que o total da superfície terrestre das nove ilhas é, somente, 2.305 quilómetros quadrados.

O potencial deste território marítimo condiciona as opções da nossa Comunidade que tem ainda na agro-pecuária a sua actividade económica predominante.

Numa observação parentética deve acentuar-se que a topologia dos Açores não favorece o desenvolvimento, em larga escala, de pescarias de espécies demersais e que poderá ser necessário estabelecer um limite para a quantidade do esforço de pesca que, a ser ultrapassado, danificará, irreversivelmente, os stocks das espécies demersais residentes.

Quanto aos tunídeos - tema central da XVIII Semana das Pescas - a situação exige uma análise devidamente aprofundada.

Os três problemas fundamentais a resolver no contexto de uma pescaria pelágica, são designadamente:

1º- A caracterização do movimento do peixe pelágico;

2º- A determinação da abundância do stock;

3º- O dimensionamento da frota e a distribuição especial do esforço de pesca.

No primeiro caso, a investigação científica assume papel relevante. Embora muitos pescadores e gestores tenham aprendido a beneficiar da utilização sistemática de dados do domínio oceanográfico, da meteorologia e da biologia, só os cientistas de pescas podem fornecer o coerente enquadramento teórico e desenvolver modelos em que se venham apoiar estratégias de pesca adequadas.

O grande objectivo a atingir, neste domínio, resume-se na utilização completa da informação necessária com vista à optimização dos processos que conduzirão à satisfação de metas definidas para a empresa de pesca cujo êxito só será possível através da cooperação, sem quaisquer reservas, entre os pescadores, os gestores e os próprios cientistas.

Em relação aos stocks, o facto de os Açores se encontrarem na periferia do habitat das espécies com elevado valor comercial, obriga a um rigoroso estudo dos diferentes ecossistemas, designadamente, quanto à detecção das frentes térmicas, das zonas ricas de nutrientes e da evolução das temperaturas.

Há que louvar o Departamento de Oceanografia e Pescas, sobretudo com as condições que trabalha, que, com o navio Arquipélago, está a fazer um trabalho meritório mas é importante conjugar este trabalho com a disponibilidade da frota comercial para a recolha de dados de interesse científico. Os nossos pescadores do atum deverão colaborar, com as instituições científicas e por isso terão de ser persuasivos a acreditar que beneficiarão do esforço suplementar que lhes é pedido.

A frota do atum continua a modernizar-se.

Está prevista a construção de dez novas unidades em ferro e fibra o que vem proporcionar mais autonomia e melhores condições.

Gostaria de dizer neste caso concreto, numa altura em que o mundo se atormenta com problemas ecológicos, gostaria de proclamar nesta Assembleia que o tipo de pesca usado pelos nossos pescadores, o salto e vara deveria ser considerado duma maneira diferente pela Comunidade Europeia, deveria receber mais apoio por esse facto e deviam ser premiados os que actuam com salto ou verdasca ou com a arte de salto e vara, porque é uma arte como todos sabem, selectiva, só se apanha atum. Comparemos este tipo de pesca com o cerco com as redes e vejamos quantos golfinhos ficam quando se capturam grandes quantidades de atum noutra tipo de pesca. Quando muitas vezes se atiram para cima dos Açorianos algumas nódoas que eles não merecem, apetece aqui também exigir, reclamar que temos direito a um tratamento especial, porque nós tratamos também duma maneira especial aquilo que todos querem proteger.

Deputados Francisco Sousa e Guilherme Pinto (PS): *Muito bem!*

O Orador: É importante e necessário entretanto, não esquecer que a evolução, no sector regional das pescas vai ser influenciada por factores externos. A nova Política Comum de Pescas poderá bulir com o estabelecido no sector impondo restrições. Por isso é urgente trabalhar bem e depressa.

Acresce dizer que os profundos desequilíbrios sócio-económico do mundo em que vivemos poderão revolucionar os mercados gerando a insegurança, atropelos ou quebras inesperadas.

O tema “Atum” é actual. Vai proporcionar a discussão e lançar novas apostas. O que é muito importante.

Daqui desejamos os melhores êxitos à XVIII Semana das Pescas.

(Aplausos das bancadas do PS, Governo e do Sr. Deputado Jorge Valadão)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em vésperas do início da XVIII Semana das Pescas, em boa hora iniciada em 1981, queria associar-me à intervenção do Sr. Deputado Manuel Serpa no que a ela diz

respeito, nomeadamente, que venha a constituir mais um êxito para a Região Autónoma e que dos debates que lá acontecerão venham a resultar importantes conclusões, e que seja factor importante para o conhecimento dos nossos recursos e para o desenvolvimento de tão importante acontecimento. Em nome do Partido Social Democrata formulamos estes votos esperando que, se a semana vai ter uma maior cientificação que seja feito sem prejuízo da participação activa também dos pescadores. Como referiu, e muito bem, uma das grandes vantagens, dos grandes sucessos da Semana das Pescas tem sido, de facto, o conjunto de participações de armadores, de comerciantes, de empresários e de pescadores. Formulo votos que embora com cariz mais científico, segundo o programa divulgado, esta Semana das Pescas não se faça sem a participação activa dos pescadores e de todos aqueles que nela intervêm. São estes os nossos sinceros votos por parte do Grupo Parlamentar do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como não podia deixar de ser, e em nome do Grupo Parlamentar do Partido Popular, queria também deixar aqui algumas considerações, algumas achegas à intervenção oportuna do Sr. Deputado Manuel Serpa.

A Semana das Pescas é, de facto, um certame que se projectou a nível internacional com maior eficácia, e é aquele que desperta nos sectores económicos e científicos da pesca, a nível mundial, maiores apetites e maiores índices de participação.

O Sr. Deputado Manuel Serpa disse porém uma coisa que pode deixar dúvidas à Câmara e a quem não está devidamente informado sobre o sector da pesca do atum, nomeadamente na Região Autónoma dos Açores, é que, de facto, existe uma capacidade instalada de transformação que absorve todas as capturas e produção da frota açoriana. Contudo esse sector instalado, transforma o pescado capturado pelas nossa embarcações, num produto de menor valor acrescentado, e os preços praticados na Região, embora na média europeia no que diz respeito à transformação em conservas, são preços muito abaixo daqueles que se conseguem obter no mercado internacional com produtos de qualidade, como são os produtos que nós conseguimos

obter das nossas embarcações. Ainda, e em termos de frota há que ter em consideração que a nossa frota está completamente direccionada para a captura e para a conservação de pescado, para entrega à indústria de conservas. A menor valia que pode ter o atum em qualquer mercado a nível mundial é a transformação em conservas de peixe. Esta é uma indústria que está a ser completamente ultrapassada. A utilização do atum, hoje, tem no mercado internacional muitas outras valias que não são essas. É preciso continuar a reconverter a frota, mas é essencialmente necessário reconverter alguns empresários da pesca nos Açores para a diversificação da comercialização da sua produção. Este é um assunto que tem estado na ordem do dia na discussão interna nas Organizações de Produtores da Região, e que penso que estas mesmas organizações vão ter que contar com o apoio do Governo Regional.

Por último, quando o Sr. Deputado Manuel Serpa se refere à arte de salto e vara e à necessidade das organizações internacionais, nomeadamente a União Europeia, olharem para a questão da pesca do atum nos Açores, com olhos "ecológicos", esta é, no meu entender, a grande mais valia que a frota de pesca dos Açores pode ter no mercado internacional. Todos nós sabemos a força que têm as Organizações e os Movimentos Ecológicos ao nível mundial, e o quanto se exercem *lobbis* a nível mundial para denegrir algumas frotas. Alguns países verão mesmo as suas frotas encostarem aos portos e não terem condições de venda das suas produções, precisamente por utilizaram artes chamadas nocivas para os mamíferos marinhos. Faço um apelo ao Sr. Secretário da tutela para que o Governo da Região, esta Câmara e os intervenientes no sector, se empenhem profundamente no sentido de criar uma zona de reserva no Atlântico Norte para a utilização de artes ditas ecológicas e somos nós, os Canários, os Madeirenses e os Bascos aqueles que estão melhor posicionados no Atlântico Norte e no Golfo da Biscaia para pescarem com a arte de salto e vara (verdasca como é dito no Pico), e somos nós que temos a possibilidade de colocar no mercado internacional esta mais valia que se chama pelo "atum Delfim safe".(???)

Obrigado.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Manuel Serpa traz aqui um dos acontecimentos que desde há muitos anos a esta parte por nós tem sido considerado um dos grandes acontecimentos científicos e técnicos da Região Autónoma dos Açores.

É uma matéria que não é polémica, e eu da minha parte não a queria introduzir, mas, dá-me a impressão que há aspectos que vale a pena reflectirmos sobre eles e pensar porque hoje, e de acordo com a divulgação feita, fala-se no novo figurino da Semana das Pescas. O Sr. Deputado também o referiu e pelo menos da nossa parte há que aguardar, há que ver se esse novo figurino irá ser melhor do que aquele que dum modo geral caracterizou o passado, no que diz respeito à Semana das Pescas, e nós temos uma preocupação que gostaríamos de deixar claro: é que no passado e até à última Semana das Pescas, nós verificamos a possibilidade de haver um fórum científico do mais elevado que existia a nível mundial, em relação a pescas, e víamos simultaneamente os nossos pescadores participar activamente, discutir os seus problemas também nessa Semana das Pescas, e víamos os empresários ligados a esse sector, quer os ligados aos sectores directos ou paralelos presentes nas Semanas das Pescas, e esta gente conseguia harmonizar, discutir e analisar uma matéria que a todos dizia respeito com vertentes diferentes.

A nossa grande preocupação hoje é se com este novo figurino estas questões vão ou não continuar. Se com este novo figurino vamos ter a possibilidade de ver os pescadores ao lado dos cientistas, ao lado do sector económico a discutir os seus problemas, a analisá-los a colocá-los, porque isto de se dizer que agora se vai fazer a Semana das Pescas científica e que depois se vai fazer a Feira das Pescas em S. Miguel, preocupa-nos. Preocupa-nos porque efectivamente não sabemos até que ponto é que se vão conseguir conciliar todos aqueles interesses que a Semana das Pescas até ao presente conseguiu conciliar.

Por outro lado, toda esta gente durante todos estes anos foi capaz de, com muita abertura, discutir os problemas que têm a ver com a política de pescas na Região Autónoma dos Açores. Nós conseguimos verificar que os problemas que diziam respeito a toda a política de pescas, em muitas alturas, eram ali analisados e discutidos. Consideramos que hoje, talvez mais do nunca, os problemas que têm a ver com a política de pescas, têm que ser discutidos abertamente pelos pescadores, pelos

cientistas e pelos empresários, porque existe uma política comunitária com a qual nós, Partido Comunista Português, estamos em desacordo em relação às pescas, que em nosso entender pode prejudicar, e já prejudica, a pesca portuguesa de um modo geral, e de um modo especial a própria pesca da Região Autónoma dos Açores.

Por isso, os problemas que têm a ver com a gestão dos recursos piscatórios, que têm a ver com todos os problemas ligados à gestão de stocks, é importante que seja discutida pelos cientistas, pelos responsáveis políticos, pelos pescadores, e até que ponto é que isso vai ser possível nesta Semana de Pescas.

Hoje e no passado temos falado muito nos problemas que têm a ver com essa gestão dos recursos, e vemos é o Governo Regional preocupado com a fuga à lota. No último Plenário falámos neste assunto de pequenos pescadores, de gente que não é tão pouco pescador a tempo inteiro, e a nós preocupa-nos é outra fuga, aquela daqueles que por aqui passam e que não encostam aos nossos portos e como é feita a fiscalização, em que condições é que é feita essa fiscalização às artes e redes utilizadas, etc.. Portanto, são matérias que entendemos que no que diz respeito à protecção dos recursos é fundamental e é importante, e essa sim, essa passagem por aqui, sabe Deus de quem, sem qualquer controle, até que ponto é que vale a pena ser discutida, ser analisada e serem criadas condições para haver o cumprimento da legalidade e a salvaguarda dos nossos recursos.

Por outro lado, existe um conjunto de problemas a nível local e Regional que durante todas as Semanas das Pescas foram e devem continuar a ser analisados. É o problema, por exemplo, que também no passado aqui se já se discutiu, da ligação económica entre o empresário e o empregador, concretamente entre o pescador e o sistema da soldada, que deve ser analisado, e que em nosso entender é um sistema que tem características medievais, e que a curto ou a médio prazo não poderá manter-se, porque se se mantiver isto, em nosso entender, significa o desaparecimento de muitos pescadores. Isto também tem a ver com outro aspecto, é a necessidade de incentivar os jovens a entrar no caminho das pescas e o jovem pescador só vai aparecer se, de facto, houver outras ligações de trabalho, outros atractivos, outra formação, e se houver aspectos completamente diferentes, ou melhor, de haver uma

melhoria cada vez maior neste sector, que é fundamental para que esta actividade seja actividade, e que continue a manter a tradição que tem nesta Região.

Por outro lado ainda há um conjunto de circuitos que hoje existem nesta Região e que têm que ser alterados, têm que ser modificados, por exemplo, o caso dos circuitos de frio, do transporte em frio do nosso pescado entre as diversas ilhas e das diversas ilhas para o exterior. É outro sector da política de pescas que nós pensamos que tem que ser aprofundado e analisado, porque não faz nenhum sentido que os nossos empresários de pesca tenham custos elevadíssimos para o transporte em frio do seu pescado entre algumas ilhas, e depois de algumas ilhas para o exterior. São aspectos que nós pensamos que são fundamentais que sejam analisados na Semana das Pescas. Esperemos que com este novo figurino, como no passado, se continue a discutir todos estes aspectos na próxima Semana das Pescas.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Queria em primeiro lugar falar do facto de em vésperas da Semana das Pescas, quando ontem tive ocasião de apresentar publicamente o Programa da Semana das Pescas em todas as suas componentes, também anunciei algumas modificações.

Eu queria dizer nesta Casa, como disse ontem à Comunicação Social que o que se está a passar tem a ver com crescimento, tem a ver com maioridade da própria Semana das Pescas. Esta é a XVIII realização. Ao longo destes 18 anos as diversas organizações, sejam elas científicas, organizações de produtores, sindicais, etc., têm vindo a fazer sugestões no que respeita ao próprio desenho da Semana. Algumas dessas sugestões, por exemplo, tiveram acolhimento nos dois últimos anos com a valorização que demos às chamadas sessões paralelas onde, de facto, se discutia em paralelo à sala principal à sessão plenária, questões relevantes ou que nalguns casos mais práticas e dirigidas fundamentalmente aos pescadores que participam de pleno direito nesta Semana. O que se procurou fazer nestes dois últimos anos foi que os pescadores e os armadores não fossem figuras secundárias, ou seja, não fossem

aqueles que quase pedindo licença ficavam de pé no fundo da sala a ouvir falar os Srs. Drs..

Vozes da bancada do PSD: Não foi assim!

O Orador: Não foi assim, não foi assim é o comentário que se faz na Sala. Mas o que é verdade, o que é verdade é que, de facto, o cariz científico arredava da discussão principal ou não proporcionava, porque evidentemente não podemos pôr a discutir lado a lado determinadas questões. O que se fez foi realçar, a pedido das próprias organizações, essas sessões paralelas. Nesta Semana das Pescas deu-se ainda um passo em frente ao transformar essas sessões paralelas em sessões temáticas dentro dum perfil de conferência científica, ou seja, acções plenárias de cariz fundamentalmente científico e sessões temáticas onde vão ser discutidos toda uma gama de assuntos desde o programa de observação, à questão da formação, à questão da vigilância, etc., ou seja, há um alargamento e não uma menorização do papel de todos os parceiros.

Por outro lado, não significa que, dar um carácter mais científico em termos de formato se torne uma Semana somente para cientistas. Significa exactamente o contrário. Significa que é consolidado o perfil de organização de conferência científica, com as sessões plenárias e sessões paralelas e, por outro lado, se permite, porque já havia, de facto, falta de espaço, porque há muita procura que a componente, digamos, mais comercial que ocorria paralelamente à Semana das Pescas, tenha agora oportunidade de crescer. Isso vai ser feito em colaboração com as organizações de produtores, em colaboração com a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, ou seja, vai-se fazer a experiência de passarmos de um certame, que é um certame de nível nacional, para dois certames, que nós pretendemos que sejam de âmbito nacional.

Portanto, as preocupações que foram aqui expressas não têm razão de ser. Não vai deixar de haver na Semana das Pescas, enquanto tal, os próprios pescadores, não vai deixar de haver armadores, não vai deixar de haver todos os agentes económicos. O que se passa é que durante a Semana das Pescas os assuntos a serem discutidos são fundamentalmente aqueles que eu já aqui tracei, e que, por outro lado, se autonomiza, se permite o crescimento de uma vertente, sobretudo sabendo que a nível nacional, e

essa é a grande oportunidade de crescimento neste momento, não existe uma única feira dedicada às pescas, ou seja, há muitas feiras temáticas a nível nacional para os diversos sectores de actividade, mas não existe uma única para os sectores das pescas. É a oportunidade que surge à Região Autónoma dos Açores de fazer crescer, fazer valer, digamos assim, os talentos que foi amealhando e também o prestígio que foi amealhando com a realização das diversas Semanas das Pescas.

É só isto. Muito obrigado.

Presidente: Para participar no debate a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD não vai, logicamente, entrar aqui em polémicas, porque a nossa intervenção foi no sentido positivo, no sentido da valorização permanente da Semana das Pescas, mas há contudo algumas situações que nós não podemos deixar passar. De facto, Sr. Secretário Regional, talvez por desconhecimento, eu tenho que lhe dizer que a participação dos pescadores na Semana das Pescas vem desde a sua 2ª. Edição e as sessões práticas vêm desde a sua 3ª. Edição. Portanto, desde 1983, desde a III Semana das Pescas que começou a haver sessões práticas e sempre se conjugou que em simultâneo pudessem haver intervenções que interessassem aos pescadores e aos cientistas e quando as intervenções fossem mais científicas, mais para os cientistas, paralelamente havia sessões práticas para os pescadores.

Por conseguinte, isso é uma situação que vem desde há anos, que tem evoluído certamente, e que o figurino tem mudado, felizmente, porque tem havido dinâmica, como já foi aqui dito. Talvez o principal acontecimento que tenha projectado mais os Açores em termos de permanente realização dum fórum desta natureza, e portanto, Sr. Secretário Regional, quando vem dizer que os pescadores estão em pé ao fundo das salas, Sr. Secretário Regional, julgo que isso é um tanto ou quanto deselegante, porquanto não é esse o espírito. Não foi ao longo de vários anos essa a postura dos pescadores e já agora digo com toda a sinceridade, se algum alheamento se tem vindo a ver nas Semanas das Pescas, olhe que os últimos anos não têm sido famosos nessa matéria. Tem havido inclusivamente, por parte dos pescadores, sobretudo no último ano, enfim, algumas queixas de que a sua presença e a sua participação na Semana

das Pescas não estava a ser tão activa e não estava a ter também a colaboração por parte de determinados responsáveis, nomeadamente de alguns responsáveis políticos como era anteriormente. Esta é que é a verdade.

Em véspera da Semana das Pescas nós mais uma vez formulamos os nossos votos para que a Semana das Pescas constitua, de facto, um êxito para o sector, um êxito para a Região. Disso ficaremos gratos. A preocupação que aqui levantei, justamente aquela de que o Sr. Deputado Manuel Serpa também levantou e muito bem, e foi corroborada, aliás, pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, é de que esta maior ou menor cientificação, não venha em prejuízo duma participação dos pescadores e de todos os outros agentes políticos, armadores, empresários, organizações de produtores, sindicatos, etc.. Eu diria mesmo que a Semana das Pescas sem pescadores, não é Semana das Pescas.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, venho afirmar que é meu desejo que na Semana das Pescas os pescadores e armadores não sejam transformados em figuras secundárias, e aí estamos todos a falar a mesma linguagem, e aí estamos todos de acordo que seria óptimo que assim fosse. Da nossa parte quisemos apresentar uma preocupação que é muito grande e que penso que tem sido comum às intervenções que aqui têm sido feitas sobre a matéria, porque, efectivamente, quando o Governo Regional diz que quer reforçar a vertente científica, é lógico e natural, que nos comecemos a preocupar se, de facto, este aumento da vertente científica não possa vir a afastar, ou possa vir a minorizar os pescadores e armadores, ou então, quando se diz que vamos ter a nossa feira de pescas, isto não possa transferir para essa feira de pescas, as pessoas ligadas aos aspectos empresariais e deixá-los ou que a Semana das Pescas, neste capítulo, seja mais diminuída, no sentido de que essas pessoas terão outro fórum ou uma outra manifestação onde estejam presentes. Por isso mesmo entendemos que há que aguardar, que há que verificar e há que desejar efectivamente que a Semana das Pescas seja um êxito, porque se ela o for é um êxito para toda a nossa Região e isso é fundamental para todos nós.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dizer que a ideia duma componente científica acentuada não invalida a participação dos pescadores, porque há uma temática. Penso que a ideia é valorizar a componente do pescador, ou seja, é possível que nesta Semana das Pescas desapareçam as reuniões paralelas entre os cientistas e os pescadores e que seja tudo inserido num corpo. A participação dos pescadores em todas elas, não só conferências, mas também em tudo aquilo que irá acontecer, porque quando se diz que a preciso, de facto, estudar o atum, isto poderá ter uma carga científica que até apreendida pelos próprios pescadores, ou seja, medições de água, temperatura, etc., creio que nesta Semana das Pescas já houve e vai haver mais evolução no sentido da aproximação dos pescadores à pesca e ao conteúdo da Semana das Pescas, não só porque a temática lhes diz respeito directamente, mas como passarão pela Semana das Pescas como já passou no ano passado, Directores Regionais que estão ligados à formação profissional, ao emprego, etc., os próprios direitos dos pescadores irão ser discutidos. Portanto, haverá, creio eu, neste caso concreto, uma participação mais activa dos pescadores. Penso que quando se realça a cientificação do acontecimento não é no sentido de ela estar cheia de conferências sobre temas meramente científicos, mas está, digamos assim, num plano restrito do atum, que tem que ser bem estudado cientificamente, e ter uma grande carga científica, mas que é apreendida por todos e, portanto, será numa sala onde todos estarão presentes porque esse assunto lhes diz sobretudo respeito e como já foi dito aqui pelos Srs. Deputados Eugénio Leal e Paulo Valadão, a Semana das Pescas sem pescadores, de facto, não é Semana das Pescas.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu penso que as trocas de palavras e as nuances de assento tónico dos diversos intervenientes, e algumas das dúvidas que foram aqui colocadas não o seriam, se se

olhasse atentamente para o programa da Semana das Pescas e se visse não só as conferências científicas, mas também as sessões temáticas, ou seja, nós não estamos aqui a falar de meras sessões práticas, as sessões práticas em que se falava de segurança, ou se falava da sonda A ou da sonda B, estamos a falar, como já se fez o ano passado, em outras questões, nomeadamente as questões da formação profissional, do plano de formação profissional, de discutir as questões dos portos, que estão também aí, discutir os planos de observação, que também estão nas sessões temáticas, etc., etc., ou seja, estamos aqui a verificar, como eu disse, um crescimento e uma valorização desta componente. Simultaneamente, também se valoriza, do ponto de vista do próprio tema e da concentração em termos de temática, a parte das conferências científicas, ou seja, não há aqui que ter temores, antes pelo contrário, isto significa que a Semana cresceu, cresceu nas suas várias componentes.

Felizmente não estamos a falar aqui duma retracção, duma diminuição, estamos a falar aqui de uma maior procura dos diversos intervenientes que nós temos de acomodar, e este desenho que este ano se avança, não significa rotura no sentido de deitar fora o que foi adquirido, significa antes crescimento e é nesse sentido que nós não tivemos que ter receio, porque felizmente as instituições que estão por detrás desta Semana das Pescas têm estabilidade e têm tido a capacidade de dialogar entre si e de conjuntamente avançarem e darem passos novos. Esses receios não têm razão de ser, porque se as coisas fossem feitas num gabinete ou saíssem da cabeça de algum iluminado, mas não são. São o resultado das próprias conversas e discussões da Semana das Pescas anterior. São os resultados daquilo que as organizações científicas de produtores fazem sentir ao longo do ano. Está-se a colher nesta Semana das Pescas o que é o sentido do sector. Permitir que a Semana cresça, é isso que se está a fazer, por isso é que é preciso também não criar dúvidas aqui a esta evolução, é um sinónimo de maioridade de crescimento e só temos que nos congratular com ele, porque significa o afirmar cada vez mais da Semana das Pescas, nas suas diversas componentes, como um certame de âmbito nacional e também um certame com influência internacional. É evidente que é. É isso que se pretende fazer, nas suas diversas vertentes. Se neste momento foi entendido que a componente científica não o é, do ponto de vista do conteúdo, é do ponto de vista do formato, do desenho. Teria

de ser acentuada, é porque isso é mais prático do ponto de vista da funcionalidade, pois permite que os diversos parceiros tirem o melhor benefício desta Semana das Pescas. É isso que se está a passar.

Sras. e Srs. Deputados:

Eu penso que o que temos de fazer é tirar melhor partido desta Semana. No fim dela então fazemos uma avaliação e no próximo ano vamos melhorar como sempre fizemos, como este ano é também uma melhoria em relação aos anos anteriores. Vamos continuar a fazer isso, e isso é a melhor garantia que esta e futuras Semanas das Pescas sejam acontecimentos bem sucedidos que dignificam o sector e que dignificam a Região.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não tinha previsto nenhuma intervenção neste Período de Antes da Ordem do Dia, mas o assunto que aqui trago hoje, penso que pela sua própria natureza, é suficientemente importante para ser trazido aqui à Assembleia e aproveitar este mecanismo regimental e a presença do Governo para tentar desde já alguns esclarecimentos.

Ontem fomos todos apanhados de surpresa, muitos de nós ficámos completamente gelados com uma notícia que foi transmitida pela Comunicação Social, e como tal fazemos fé, mas necessitamos obviamente de confirmação e de declarações também prestadas pelo Director Regional de Segurança Social, de que o equipamento informático que o Governo Regional adquiriu o ano passado para a Segurança Social, em 97, num valor segundo é dito de cerca de 1 milhão de contos, não estava preparado para a mudança do século, e que neste momento está em riscos de ser completamente inútil, o que levou o Governo a constituir um grupo de trabalho para analisar esta situação e, segundo diz a própria notícia, prevê a hipótese de gastar mais algumas centenas de milhares de contos a comprar computadores para fazer face a esta situação.

Como é evidente, eu não vou neste momento adjectivar, nem pouco, nem muito, nem com ênfase, nem com pouco ênfase, esta situação, antes de conseguir obter, por parte do Governo Regional, os elementos para uma questão destas que, aparentemente, é da maior gravidade.

Por consequência, aproveitando a presença do Governo e independentemente doutras formas regimentais ou outras formas ainda mais profundas de investigação que possam vir a ser deliberadas nesta Assembleia, gostaria de perguntar ao Governo, e concretamente ao Sr. Secretário da tutela, se efectivamente o ano passado se comprou equipamento informático para a Segurança Social no valor de cerca de 1 milhão de contos? Se se confirma, se é verdade esta notícia da Comunicação Social, que esse equipamento não estava preparado tecnicamente para a mudança do século, aliás, problema que é falado e alertado em todo o mundo já há vários anos e se essa aquisição de equipamento foi por concurso público? Se é verdade que foi constituído um grupo de trabalho para fazer face a esta situação? Se é verdade que o Governo entende adquirir com urgência o equipamento informático para não fazer paralisar a máquina da Segurança Social no fim deste ano? E o que é que o Governo Regional pretende fazer para apurar responsabilidades e informar devidamente a sociedade açoriana, e esta Assembleia, para uma situação, que a confirmar-se, tem na nossa perspectiva a maior gravidade?

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para responder ao Sr. Deputado tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação às questões que foram aqui colocadas, eu gostava de prestar aqui muito rapidamente, e sem prejuízo de esclarecimentos mais aprofundados, que terei oportunidade de obter para o Sr. Deputado, alguns esclarecimentos.

O grupo que foi efectivamente constituído no último Conselho do Governo, foi um grupo destinado a actuar na área de tratamento de informação da Segurança Social, actuando também nessa área de transição do ano 2000, mas não apenas nessa área. O trabalho fundamental do grupo constituído tem a ver com a reestruturação da rede de telecomunicações da Segurança Social, em especial da rede que liga os serviços que estão dispersos pelas freguesias aos centros de processamento, de forma a substituir as linhas de telecomunicações, e a forma e o protocolo em que essas comunicações se fazem. Portanto, a questão do grupo foi efectivamente constituído, tem como objectivo, para além da mudança do século, essencialmente a questão da reestruturação da rede.

Em relação às questões de equipamentos adquiridos, efectivamente no ano de 1997 e de 1998, foi adquirido equipamento para a Segurança Social, equipamento neste caso hardware, que se não estou em erro, terá andado por volta dos 700 mil contos. Esse equipamento foi adquirido em pacote, em conjunto com o equipamento que foi adquirido a nível nacional, do mesmo fabricante, do mesmo tipo, de forma que a nossa rede esteja ligada à rede nacional do processamento da Segurança Social. Esse equipamento, e obviamente estamos a falar do hardware, não tem nada a ver com a mudança de século, porque essa questão põe-se a nível de software, a nível dos programas que correm nos programas e não propriamente do equipamento. Portanto o equipamento não tem nada a ver com isto, como é óbvio. Onde existe sim, questões que precisam ser analisadas tem a ver com os programas que correm nesses equipamentos, esses sim, em conjunto com aquilo que está a ser feito com um organismo chamado ONI da Segurança Social (Organismo Nacional da Informação da Segurança Social) que está a fazer essa análise a nível nacional, porque nós partilhamos, como o Sr. Deputado bem sabe, os mesmos programas base a nível nacional.

Está a ser feita essa análise e este grupo de trabalho, o que fará é verificar da compatibilidade dos programas, volto a repetir programas, porque isto não tem nada a ver com equipamentos, que correm nos equipamentos da Segurança Social, com a necessidade de alterar os dois dígitos indicativos do século.

Portanto, que fique bem claro, não há nenhuma tragédia para acontecer na Segurança Social. Não aconteceu nenhuma tragédia, há sim um conjunto de investimentos, e investimentos que vão continuar a ser feitos, quer aqui, quer a nível nacional, investimentos esses que estão a ser feitos de forma coordenada para o país inteiro e que vai continuar nos próximos anos particularmente na área das telecomunicações. Eu terei oportunidade, se o Sr. Deputado tiver esse interesse, de depois lhe responder, com dados maiores, porque eu também fui apanhado de surpresa pela sua questão.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Por aquilo que percebo, o Sr. Secretário desmente a notícia da RDP e da Comunicação Social onde a qual apareceu?

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Eu não ouvi a notícia, mas desminto!

O Orador: Pronto! Eu transmiti fielmente aquilo que eu ouvi. O Sr. está a desmentir. Tudo bem!

Gostaria no entanto de dizer que efectivamente não fiquei satisfeito com a resposta e amanhã mesmo entregarei na Mesa, um requerimento a pedir elementos fundamentados ao Governo sobre esta matéria e depois então tiraremos as nossas conclusões.

Muito obrigado.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado António Meneses relativamente à problemática do ano 2000, em termos genéricos e não neste caso específico.

(Aparte inaudível da Deputada Berta Cabral)

O Orador: Em termos genéricos, eu estou a falar com o Sr. Deputado António Meneses, Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Está a falar para a Câmara!

O Orador: Não se excite!

Deputada Berta Cabral (PSD): Está a falar para a Câmara, se quer falar para ele, fale pelo telefone!

O Orador: Gostaria de esclarecer, se me deixassem, Sr. Deputado António Meneses, que o Governo Regional, obviamente está, como não poderia deixar de estar, preocupado com estas matérias e está, como também não podia deixar de estar, a trabalhar nelas. Há desde os princípios de 98, se não estou em erro, várias Resoluções, pelo menos duas Resoluções do Governo Regional sobre esta matéria. Há a obrigação específica para todos os serviços da Administração Regional de, em termos de aquisições do material informático, não só ao CPU, como todos os componentes, trazerem o certificado de compatibilidade com o ano 2000. Também temos feito acções de divulgação, em colaboração com a Missão do Banco do ano 2000 do Ministério das Finanças, nomeadamente com o Dr. Luís Vília, já foram feitas, pelo menos que eu me lembre em Ponta Delgada, e em Angra do Heroísmo, e também posso garantir-lhe Sr. Deputado, que o que o Dr. Luís Vília, em ambas as sessões, espero que não seja só simpatia, é que nesta matéria e à nossa dimensão estamos a trabalhar melhor e estamos mais avançados que a própria Administração Central.

Muito obrigado.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que aqui se põe não é essa Sr. Secretário. Todas as empresas estão a trabalhar para poderem enfrentar essa situação no ano 2000. Aqui a situação que se põe é uma situação, e talvez por isso, talvez por estarem a trabalhar para resolver esse problema no ano 2000, terem detectado, que o ano passado ou que em 1997, fizeram investimentos que não deviam ter feito, ou que foram mal feitos e que não respondem a essa situação, e nós estamos a tratar de investimentos públicos. É isto que está em

causa. Houve aqui um milhão de contos, ou perto disso, mal aplicado, segundo as afirmações difundidas pela Comunicação Social, e por sinal o jornalista que fez essa notícia, corroborada aliás por declarações do ex-Director Regional e do actual Director Regional, o jornalista que fez isso até é um jornalista que é consultor, ou pelo menos tem prestado alguns serviços nessa área para o próprio Governo, que é o jornalista da RDP. Portanto, sobre isso não haja dúvidas de que alguma coisa não está bem e que há, de facto, aqui aplicação de dinheiros públicos mal feita. Isto foi uma questão trazida aqui ontem, e por sinal, hoje voltou ao debate, com um caso concreto, se outros não bastassem, porque eu até tinha comigo outros casos que podia na altura ter invocado aqui, nomeadamente a atribuição de subsídios inacreditáveis, e que eu posso ler apenas, um, porque são vários, mas eu vou ler apenas um, para que se perceba como é que se aplicam os dinheiros públicos nesta Região no ano de 1999. "Atribuir a Mário Miguel Simão Fernandes Silva - provavelmente é toureiro -...

Deputado Francisco Sousa (PS): É sim senhor!

A Oradora: ...apoio para aquisição de uma casaca de alternativa". Uma casaca de alternativa, porque há expectadores em Ponta Delgada. Provavelmente na Terceira saibam, mas em S. Miguel talvez não saibam, que uma casaca de alternativa é uma casaca para um toureiro. Se isto é um apoio é uma boa aplicação de dinheiros públicos, estamos conversados Srs. Secretário.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas porque voltaram ao tema da questão da aquisição de equipamentos informáticos, gostava de lembrar que, desde 1997, todos os equipamentos que são adquiridos, são adquiridos acompanhados de um certificado de que eles são compatíveis com a questão do "bug" do ano 2000. Portanto, não há nenhuma questão em relação a equipamentos, e volto a dizer que em relação a equipamentos, onde se põe problemas são em situações em que há microprocessadores que estão incluídos lá, não é nos computadores que correm programas é, por exemplo, nos equipamentos que estão nos hospitais e em vários outros sítios, que aí sim, existem sérios

problemas. A nossa Região também tem muitos problemas na área da saúde. Não é o caso da Segurança Social. Na Segurança Social estamos a falar de programas de software, software que tem que ser revisto face a essa alteração, percebeu Sra. Deputada?

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para manifestar o meu espanto, a minha admiração, porque a Deputada Berta Cabral fez uma intervenção nesta Assembleia sobre uma questão surgida na Comunicação Social.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Lá diz o povo: "mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo". Ora, quando eu ontem fui ali trazer informações, que estavam na comunicação social, informações importantíssimas, elogiosas em relação ao Governo, vem agora a Deputada Berta Cabral, só porque alguém se lembrou de dizer que se investiu mal 1 milhão de contos...

(Vozes inaudíveis das várias bancadas)

O Orador: ... a Deputada faz uma intervenção. Não esperava isso da Sra. Deputada, aliás já ontem não esperava, mas como diz o povo: "mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo". Era só isto.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para participar no debate tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos começar pelo fim.

O Sr. Deputado Augusto Elavai sabe muito bem que ontem a minha questão fundamental teve a ver com a informação deficiente que trouxe a esta Câmara, uma vez que apresentou apenas a execução financeira e não apresentou a execução material do Plano. Esta é que foi a questão essencial que, aliás, levou-me a explicar-

lhe segunda vez, depois de já ter explicado ao Sr. Secretário Adjunto, que uma coisa é gastar dinheiro, outra coisa é gastar bem esse dinheiro, e não levou muito tempo acabei por vir demonstrar aqui, que afinal o dinheiro nem sempre é bem gasto, e a verdade é que a propósito do equipamento informático ou de software, porque aqui aproveitei para responder já ao Sr. Secretário, o que importa é a despesa que foi feita, o valor dessa despesa, e a utilidade dessa despesa, porque 1 milhão de contos não foi em equipamento,...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Foi só em equipamento!

A Oradora: ... foi no sistema de informação em geral.

Primeiro digo-lhe uma coisa: não é claro que o equipamento sirva.

Segundo: o Sr. sabe que hoje em dia o software é que é caro, porque o hardware é cada vez mais barato. Portanto, o que está aqui em causa é o custo do software e o custo do software é que vai ser posto todo ao lixo, como ainda foi dito e confirmado pelo Director Regional da Segurança Social.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só mais uma vez para tornar claro que ontem a intervenção da Sra. Deputada Berta Cabral não foi em relação à execução material, mas sobretudo, quando se referiu logo em primeiro lugar que a minha intervenção não deveria ser feita, porque ao trazer aqui notícias que tinham surgido na Comunicação Social era desprestigiante para o Parlamento, e agora depois daquela intervenção tão forte, que desprestigia o Parlamento, quando se traz cá notícias da Comunicação Social, fazer agora aquilo que ela fez, para mim, vindo dela e passadas menos de 24 horas, é desprestigiante, não sei se é para o Parlamento se é para os Deputados.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, tenho muita pena, mas sabe perfeitamente que lhe respondi duas vezes ontem sobre a questão da execução material. Em relação aos números, continuo a dizer, e aqui o assunto foi levantado pelo meu colega de bancada, Dr. Eugénio Leal, e eu corroborei, que não é legítimo nesta Casa falar de assuntos sérios, como são a questão orçamental, a execução do Plano, a cobrança de receitas, a realização de despesas, sem se falar em toda a dimensão com base em números correctos e oficiais. Não estávamos ontem a falar de coisas que se fala na Comunicação Social, ou por aqui ou por ali. Estávamos a falar, e a sua intervenção foi baseada em números, em percentagens, em valores ...

Deputado Eugénio Leal (PSD): Duvidosos!

A Oradora: ... que esta Câmara não tem, e depois acabou por decidir, por si, que era com base num comunicado da Presidência do Governo.

Desculpe, mas esta Câmara está habituada a analisar esses documentos com base nos Planos, nas Execuções Financeiras, nas Contas da Região, nos Pareceres do Tribunal de Contas, não está habituada a analisar esses números com base em comunicados do Presidente do Governo e em Conferências de Imprensa. Isto foi o que aqui foi dito. Depois disso, e além disso, é uma informação deficiente porque fala da execução financeira e não fala da execução material. Inclusivamente disse-lhe que por aí não podíamos ajuizar da boa aplicação das verbas. O Sr. Secretário Adjunto levantou-se e disse: "não pode ser aqui levantada uma suspeição sobre isso", e eu disse: "não levantei nenhuma suspeição, apenas não tive a informação completa e a culpa é de quem trouxe aqui uma informação deficiente2.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É mais uma vez para tornar claro que esta discussão já foi feita ontem. A discussão dos números podemos fazer, e eu tenho muito gosto em a fazer quando surgir a

Conta. Tenho guardada a intervenção para vermos depois quem mentiu, quem não mentiu, quem disse a verdade, quem é desprestigiante, quem não é. O que está aqui em causa agora, é que a Deputada Berta Cabral interveio sobre uma notícia vinda na comunicação social,...

Deputado Herberto Rosa (PS): É verdade! Muito bem!

Deputado Victor Cruz (PSD): É uma diferença muito grande!

O Orador: ... eu ontem fiz a mesma coisa, digamos assim, com uma notícia que era mais importante para o Parlamento, e a Deputada Berta Cabral, até vem no Correio dos Açores de hoje, disse que isso era desprestigiante para o Parlamento, É aqui que bate a questão, ...

Deputado José Maria Bairos (PSD): A entrevista foi do Director Regional e de viva voz!

O Orador: ... se é desprestigiante para o Parlamento a minha intervenção de ontem, muito mais desprestigiante é a intervenção dela hoje.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos admitir que assim é!

Qual foi a intervenção que fez ali o Deputado Antonio Meneses? Fez uma série de perguntas com base numa informação da Comunicação Social.

Vozes da bancada do PSD: Aí é que está a diferença!

A Oradora: Não fez uma única afirmação. Foi confirmada por aquela bancada e foi defendida por esta. Aí a que está a diferença. Fez uma série de perguntas com base numa informação da Comunicação Social.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Esta é que é a diferença Sr. Deputado. Pode dar as voltas que der, não chega lá!

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem, Sra. Deputada!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A diferença não é essa, a diferença aqui é que eu fiz uma intervenção, como Deputado de um Grupo Parlamentar, que suporta o Governo e orgulho-me de a ter feito, porque elogiei o Governo naquilo que eu achava que de melhor o Governo fez, ou seja, a melhor gestão financeira dos últimos anos.

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Cá estaremos para ver.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Compete aos Deputados da oposição chegarem ali, não afirmarem e fazerem perguntas. De qualquer maneira a intervenção foi feita ...

Deputado João Cunha (PSD): E mal feita!

O Orador: ... sobre informações, números ou não, vindos na Comunicação Social. Mas mais desprestigiante do que quando eu estava a elogiar o Governo e os números que ele trouxe, mais desprestigiante, é hoje vir falar num milhão de contos, isso sim, e levantarem essa suspeição sem haver a certeza de que foi realmente um milhão de contos, ou mais, sem haver a certeza de quanto é que é o tal investimento.

Deputado José Maria Bairos (PSD): O Director Regional é que afirmou!

Deputado Eugénio Leal (PSD): Mas o Sr. Director Regional é que admite!

O Orador: Podem dizer isso em coro, não interessa.

O que acontece aqui é o seguinte: é que para o PSD, para eles há uma realidade. É a realidade virtual...

Deputado Guilherme Pinto (PS): *Muito bem!*

O Orador: ... deles, da Região deles. O que se passa com o que eles acham que a Região tem. A verdadeira realidade é aquela que nós temos.

Deputado Guilherme Pinto (PS): *Muito bem! Muito bem!*

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Para o PSD a realidade não é o Governo governar bem. A realidade para eles não existe quando o peso dos transportes baixam. A realidade para eles não existe quando a Lei de Finanças Regionais foi aprovada, porque deveria ser melhor. Nos transportes, como diz aqui o meu camarada Luís Resendes, deveria haver preços para menos de 10 anos, etc..

Deputado José Maria Bairos (PSD): Foi um bom exemplo que deu!

O Orador: Essa é a realidade que eles queriam, a realidade que não lhes serve ou a realidade que eles queriam para lhes servir aos seus jogos de computador. A realidade do PS, do Governo é outra, é aquela que os Açorianos gostam de ter, aquela que os Açorianos cada vez gostam mais de ver no seu Governo. Um Governo que governe bem, um Governo que desenvolva esta Região.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado não se esforce mais porque toda a gente já percebeu, o Sr. Secretário até já saiu da sala!

Secretário Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Mas o Governo está na sala e o Sr. Director Regional não disse bem isso!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional, Sr. Deputado Augusto Elavai:

Esclarecidos os problemas dos jornais, eu tenho um elogio a fazer-lhe: eu nunca vi um economista que fizesse poemas tão bem feitos como o Sr.. O Sr., de facto, tem uma grande capacidade para fazer poemas à volta das virtudes virtuais do Governo

do Partido Socialista, e o Sr. quer dar a entender que o Partido Social Democrata é um partido que não sabe fazer oposição, que se incomoda com aquilo que está bem feito para os Açores, que inventa uma outra realidade só porque o Governo faz algumas coisas bem feitas.

Ontem e hoje, nos debates realizados neste Plenário, ficou bem claro o estilo de oposição do Partido Social Democrata.

Houve Deputados do PSD que reconheceram algumas coisas bem feitas pelo Governo do Partido Socialista e houve Deputados do PSD que dizem o que não está feito, o que falta fazer e sobretudo o que não está feito. E foram promessas do Governo do Partido Socialista.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Nós vamos cumprir!

O Orador: Nós fazemos uma oposição cooperante, como fizemos no Plano e Orçamento, como bem se lembra, fazemos uma opinião crítica, como fazemos aqui no dia a dia e fora do Plenário e fazemos uma oposição credível, não inventamos realidades, muito menos realidades virtuais e temos todo o direito de fazer perguntas ao Governo e isso não é desprestigiante para o Parlamento. O que vem na Comunicação Social, que até é sobre algumas declarações dum membro do Governo, embora Director Regional, que não sei qual foi o sentido que eles as fez, mas fez, portanto participou na notícia, são objecto de uma pergunta que é um direito elementar do Grupo Parlamentar do PSD e dos seus Deputados, e posso-lhes até adiantar mais, pergunta que é feita aqui, porque se for feita por requerimento, leva meses e meses para ser respondido,...

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Quando é respondido!

Vozes da bancada do PSD: Se for!

O Orador: ... e essa é que é a diferença Sr. Deputado. O Grupo Parlamentar do PSD tem dito que sim ao que está bem feito, diz que não ao que está mal feito, diz o que é que falta fazer e faz perguntas ao Governo. Este Governo é que só vê coisas bem feitas no presente, e coisas mal feitas no passado e quando lhes fazemos perguntas, demora o mais tempo possível para as responder. Há uma boa oposição e um mau Governo. Essa é que é a diferença substancial da realidade política açoriana, no actual momento político.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado Luís Resendes (PS): O povo açoriano é que vai avaliar a vossa oposição nas urnas!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Entretanto tive oportunidade de entrar em contacto com o Sr. Director Regional, de esclarecer o que é que efectivamente tinha sido dito, o que é que se passa, e realmente ele confirma aquilo que eu tinha comunicado a esta Câmara. As declarações dele foram na sequência de uma pergunta...

Deputado Mark Marques (PSD): Afinal falou!

O Orador: ... que lhe foi feita por causa da notícia de aprovação da criação do grupo de trabalho para resolver os problemas da rede de informação da Segurança Social e quero informar esta Câmara que me foi assegurado que nenhum do equipamento que foi adquirido, quer por este Governo, quer pelo Governo anterior, o hardware tem qualquer questão a ver com isto, não há problema nenhum "bug" do ano 2000 no equipamento. Há sim a necessidade de adequar programas que são nacionais...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Nem mais!

O Orador: ... e o que nós estamos a fazer é simplesmente importar programas da Segurança Social a nível nacional, porque são uniformes. Esse grupo vai participar com o seu congénere, que está a trabalhar no continente, na mesma matéria, uma coisa que não tem quaisquer custos, nem quaisquer investimentos extras. Portanto, o investimento que vai ser feito na Segurança Social é sim a reformulação da rede para transmissão de dados, ligação às Casas do Povo e aos diversos postos. Fica o assunto esclarecido. O Sr. Director Regional, a Direcção Regional vai emitir um esclarecimento à Comunicação Social, pondo ordem nessa questão.

Muito obrigado.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Agora quem não está na sala é o Sr. Deputado António Meneses!

Deputado Victor Cruz (PSD): Que saiu junto com a Sra. Deputada Fernanda Mendes!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Victor Cruz acerca de alguns apartes...

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PS e do PSD)

O Orador: Espero que a minha intervenção não prejudique os vossos apartes. Quando quiserem eu estou pronto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Victor Cruz:

Gostaria de fazer um pequeno esclarecimento relativamente às suas insinuações acerca dos requerimentos, dos atrasos, etc..

Ora bem, gostava de lhe dizer, em primeiro lugar, e de afirmar qual é a política deste Governo nesta matéria. É que, obviamente, devido ao respeito que o Parlamento e os Srs. Deputados merecem, todos os requerimentos são para serem respondidos. Também sabemos até em termos regimentais, que o requerimento entregue hoje, não está em atraso. O Governo tem um prazo razoável de dois meses. É verdade Sr. Deputado Victor Cruz, que há neste momento cerca de 17 requerimentos que foram entregues à mais de dois meses, alguns à bastante mais de dois meses ao Governo...

Deputado José Maria Bairos (PSD): Há um ano!

O Orador: ... mas ainda não foi possível responder. Também posso dizer, cada um pelos números que lhe interessam, que nesta Legislatura o Governo já respondeu a mais de 220 requerimentos,...

Deputado João Cunha (PSD): Ficou cansadíssimo! Agora é que eu percebo porque é que o Governo não faz mais nada! É só para responder a requerimentos.

O Orador: ... obviamente cada um deu os números que lhe interessam. Mas gostava de reafirmar que a política deste Governo é, efectivamente, responder aos requerimentos e que todo o requerimento merece uma resposta. Posso-lhe provar, Sr. Deputado Victor Cruz, que em anteriores Governos do PSD e por parte de alguns Secretários Regionais, o entendimento nem sempre foi esse. Eu tenho aqui um ofício de 87 para o Presidente do Governo Regional, de então, do Sr. Secretário Regional da Administração Pública, António Meneses, onde diz assim: "Excelência: Em relação ao ofício do Gabinete de Vossa Excelência ... que envia um requerimento sobre a compra de um automóvel para o Governo Regional, o Deputado do Partido Socialista, Dionísio de Sousa, informo V.Ex^a. que entendo que não se deve responder a este requerimento à semelhança do que aconteceu com anterior requerimento do mesmo Deputado sobre o mesmo assunto". Eu aqui concordo com a conclusão do ex-Senhor Secretário Regional. Direi que nos é possível tirar uma conclusão importante desta ridícula questão: é que, efectivamente, a oposição deste Governo tem muito pouco nível e categoria.

Muito obrigado.

Deputada Berta Cabral (PSD): Em 87!

Deputado Victor Cruz (PSD): A gente já fala e vamos ver que os Srs. escondem a verdade a este Parlamento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A discussão já vai noutra sentida, no entanto eu queria, e pedi a palavra há pouco para reafirmar mais uma vez que foi a palavra *desprestigiante* e o modo como a Deputada Berta Cabral disse, que eu fiz esta intervenção para reforçar a intervenção dela. Portanto, se a palavra *desprestigiante* não estivesse aqui, se a Deputada Berta Cabral não tivesse dito que é *desprestigiante* fazer uma intervenção sobre números que vêm na comunicação social, eu não me tinha levantado para refutar isso. Agora, percebo que foi por um acto, sei lá, de rebeldia e de não ter outra resposta, quando os números são bons percebo que se vá arranjar argumentos a outro lado qualquer para não refutar, mas também percebo esse incómodo, agora não me digam que se os números fossem maus e se viessem na comunicação social, como veio este número

de 1 milhão de contos, eram V.Exas. a irem ali para a tribuna, ou aí do vosso lugar a contrariar ou a criticar o Governo. Portanto, tirem a palavra desprestigiante...

Deputado José Maria Bairos (PSD): Boa argumentação!

O Orador: ... meus amigos, e não utilizem mais nenhuma vez essa oposição, porque se V.Exas. dizem que a oposição é boa e o Governo não é assim tão bom, fiquem vocês na oposição, deixem o Governo governar como querem os Açorianos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O assunto do Sr. Deputado Elavai está mais do que esclarecido, já lá foi e portanto já não conta.

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: O assunto do Sr. Secretário é bem diferente. O Sr. Secretário não se pode arvorar em ser um Secretário capaz de ter imprimido novo ritmo de resposta aos requerimento, porque a verdade é que há requerimentos por responder há muito tempo e, portanto, nessa matéria, no princípio terá dado algumas esperanças ao Parlamento, mas feitas as contas hoje em dia, o tal prazo razoável de dois meses não está a ser cumprido por V.Exa. e quem está sobre fiscalização neste Parlamento são os Srs. e não o passado do PSD. É assim que funciona o sistema jurídico. É assim que funciona o sistema parlamentar. Eu não me importo com nada que o Sr. diga de há 20 anos, 20 anos de vitórias do PSD, pode usar à vontade os argumentos que quiser. Eu e o PSD estamos aqui para hoje e para amanhã, mas o que é verdade é que hoje o Sr. Secretário tem requerimentos há muito tempo para serem respondidos e não traz essa informação a esta Casa, ponto 1.

Ponto 2: Belos exemplos de um Governo que está, de facto, interessado em dar informações ao Parlamento. Levou, o Sr. Deputado Joaquim Ponte pode confirmá-lo, talvez um ano para dar informação a uma Comissão de Inquérito deste Parlamento, a Comissão de Inquérito das Autarquias Locais. Levou quase um ano para dizer quanto dinheiro gastou, por exemplo, o antigo Director Regional, para comprar a vitória da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e por isso é que levaram muito tempo a dar

essa resposta. Esse é um bom exemplo de um Governo que quer dar informação, que dá informação logo que pode, que dá toda a informação? Mentira, é um exemplo importantíssimo de um Governo que esconde aquilo que não gostava que os outros descobrissem.

Outro exemplo: Ainda estamos à espera, depois do Sr. Presidente do Governo ter feito cenas de ciúme no Parlamento, das informações que o Governo deveria ter dado à Comissão de Política Geral sobre os Custos de Insularidade. O Governo fez também os seus grupos de trabalho, como sempre. O Sr. Presidente do Governo ficou ciumento do Parlamento estar preocupado em estudar essa matéria. O que é certo é que levou imenso tempo para dar essa informação. Não sei se ela chegou tão pouco ainda.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Não vieram!

O Orador: Já sei que o Sr. vai dizer que é mais um estudo, que isso leva tempo, ou agora, pior do que isso tudo, é quando o Governo dá informação aos outros e não dá ao Parlamento, porque já houve exemplos, e tenho mais um Deputado que o confirmará, de informações pedidas pelo Parlamento, que o Parlamento não sabe, mas que os Srs. dão a outras pessoas, a outras associações, a outras organizações da sociedade civil. Serão esses dois bons exemplos, em duas questões essenciais, uma Comissão que está a estudar um tema central para o desenvolvimento dos Açores e uma Comissão de Inquérito. São esses, para além do argumento do Sr. levar muito tempo a responder a alguns requerimentos, bons exemplos de um Governo que quer dar informação a este Parlamento?

Por último, onde é que está o Governo? O Governo que nos vinte anos passados toda a gente dizia que não estava presente nesta Sala? Que o Presidente do Governo nunca estava presente nesta Sala. Não falem em hoje nem em ontem, porque recebi um telefonema do Sr. Presidente do Governo a dizer que ia para uma reunião e que não era ele que controlava o atendimento. Portanto não estou a criticar o caso de hoje. Sou correcto nestas coisas. Mas não recebi nenhum telefonema na última sessão plenária. Não recebi telefonema nenhum na penúltima sessão plenária. Um Governo que não responde aos requerimentos, que não dá informações sobre a Comissão de Inquérito, que não dá informações sobre estudos que estão a fazer e que ainda por

cima não está no Parlamento, porque a política do PS é esvaziar o debate político e esvaziar a importância do Parlamento,...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Não é verdade!

O Orador: ...esse Governo não dá lições. Esse Governo não respeita o Parlamento. Esse Governo não dá informações ao Parlamento. O Sr. Presidente do Governo está escondido da Assembleia, há três sessões legislativas, desapareceu, mas pior do que tudo, não desapareceu em combate, ele desaparece porque não quer combater. Esta é que é a razão.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não poderia deixar passar a oportunidade de testemunhar o que aqui tem sido falado. Faz precisamente um ano e um mês, no dia 17 de Fevereiro de 1998, subscrevi um requerimento dirigido ao Governo Regional, pedindo tão simplesmente a cópia dos documentos referidos por Sua Excelência o Sr. Presidente do Governo, nesta casa, sobre as posições do Governo Regional quanto à estratégia para as negociações da Agenda 2000. É uma vergonha, é lamentável que a cópia de simples documentos referidos aqui, pelo Sr. Presidente do Governo, não tenham ainda chegado às mãos desta Assembleia.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional de Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não queria deixar de passar em claro uma afirmação do Sr. Deputado Victor Cruz, em relação à compra de votos pela Segurança Social, ou pelo anterior Director da Segurança Social.

Deputado Victor Cruz (PSD): Está provado!

O Orador: Sr. Deputado: Primeiro porque isso é duplamente ofensivo para a minha pessoa. Uma enquanto Membro do Governo, responsável pela Segurança Social, mas essa aí faz parte do jogo político, outra que é bem mais grave, enquanto eleitor do Concelho de Angra.

Deputado Victor Cruz (PSD): Eu já lhe vou responder!

O Orador: Eu não sei qual é o conceito que o Sr. Deputado faz dos eleitores do Concelho de Angra, mas eu tenho a certeza que não são pessoas que se deixem comprar por subsídios da Segurança Social.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: O Sr. Deputado aquilo que fez foi desprestigiar os eleitores do Concelho de Angra. Sr. Deputado isso é muito feio e realmente mostra a sua falta de conceito e a sua falta de respeito pelos eleitores, em particular por aquele concelho.

Sr. Deputado, os Subsídios que foram distribuídos...

Deputado Victor Cruz (PSD): São uma vergonha!

O Orador: ... pela Segurança Social no ano de 1997. O Sr. Deputado diz que são uma vergonha, eu tenho também a lista de 96 e de 95 e se o Sr. Deputado acha que são uma vergonha os outros são uma vergonha elevada ao quadrado ou ao cubo, aquilo que o Sr. Deputado quiser,...

Deputado Victor Cruz (PSD): É o desrespeito!

O Orador: ... mas eu não disse a ninguém, Sr. Deputado, que o Governo do seu partido tentou comprar as eleições de 96.

Deputado Victor Cruz (PSD): Levaram vinte anos a dizer isso!

O Orador: Eu não disse isso! O Sr. Deputado é que disse que este Governo comprou as eleições do Concelho de Angra. Se analisar os subsídios distribuídos em 96, o Sr. Deputado também os tem, tem essa lista na sua mão, verá que há uma diferença substancial de 96 para 97, e ainda mais substancial à de 97/98 e assim por diante, porque nós estamos sempre a tentar melhorar e a tentar fazer uma distribuição mais

equitativa e mais justa dos subsídios. Portanto, Sr. Deputado, escusava de ter ofendido os angrenses, ...

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Ele é micaelense!

O Orador: ... escusava de os ter ofendido a todos, com uma observação sem qualquer fundamento, e pôr esse ar de sério e angelical que o Sr. Deputado nos habitua para depois nos dizer este tipo de coisas.

Sr. Deputado, não é assim, ninguém comprou ninguém, é ofensivo aquilo que o Sr. disse.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já que o Sr. Secretário Adjunto gosta de dar exemplos, eu vou dar mais alguns aqui a esta Câmara e que vão provar que, de facto, a informação não chega junto dos Deputados.

Começamos pela informação sobre os fundos aplicados, o PEDRAA II.

Deputado Francisco Sousa (PS): Pensava que era sobre a Zona Franca de Sta. Maria!

O Orador: Foi através do Sr. Secretário da Presidência para as Finanças informada a Comissão, que tinha documentação pronta e preparada para distribuir, a qual foi solicitada por esta Comissão. Primeiro apareceu esta informação na Comunicação Social e só depois, de uma segunda insistência da Comissão, é que chegou ao nosso poder. Primeiro exemplo.

Segundo exemplo: O estudo dos custos de insularidade, foi solicitado para que logo que o estudo estivesse feito fosse entregue à Comissão, uma vez que estava a proceder a um estudo sobre a mesma matéria. O que aconteceu é que primeiro esse estudo chegou à mão dos parceiros sociais e dos sindicatos, que tiveram audições na Comissão, tendo os Deputados da Comissão sido confrontados com um estudo na

mão deles, o qual nós não tínhamos conhecimento. Só quinze dias depois, depois de ser de novo solicitado, é que o Governo se dignou mandar à Comissão.

É este mais um exemplo de falta de disponibilidade de informação que dão a esta Assembleia.

Também, e sobre os custos de insularidade acerca de um ano...

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Um ano, Sr. Deputado?

Está enganado!

O Orador: ...foram solicitadas informações muito simples, e que o Sr. referiu há pouco, algumas eram: números de trabalhadores na Função Pública e coisas à volta disto. Até ao momento a Comissão ainda não recebeu esta informação. Estes eram elementos importantes para o estudo que estava a decorrer. Até ao momento um simples envio do total de funcionários públicos existentes na Região Autónoma nunca chegou.

Vou-lhe dar dois exemplos de duas respostas de requerimentos que este Governo mandou.

Fiz um requerimento sobre uma matéria que pedia que me fosse enviado documentação e um calendário de construção de vários edifícios. A resposta que recebi do Governo foi a seguinte: "Junto se envia o calendário". Só que o calendário até hoje nunca apareceu. Apenas veio a carta. Chamei a atenção na altura, no mesmo dia em que foi lido nesta Assembleia, para esta situação ao Sr. Secretário que me garantiu que me ia mandar o calendário e até hoje continuo à espera dele. Isto foi há cerca de dois anos.

Mas vou-lhe dar mais um exemplo:

Fiz um requerimento dirigido ao Governo a pedir informações sobre o rendimento mínimo garantido na ilha de Santa Maria. A resposta que o Governo me deu foi: mandou-me falar com a funcionária que trabalha na ilha de Santa Maria.

Isto, de facto, é respeitar esta Assembleia?

São exemplos que eu deixo aqui e que provam que o seu discurso não corresponde à realidade. Há, de facto, falta de informação e os Srs. hesitam em dar essa informação por forma que os Deputados possam fazer o seu trabalho como deve ser.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para fazer alguns esclarecimentos.

Sr. Deputado Victor Cruz, eu comecei por referir na minha intervenção, se bem se lembra, que haveria, pelas contas do Governo, cerca de 17 requerimentos atrasados. Portanto, não surpreende minimamente a Câmara o que disse o Sr. Deputado António Almeida, o que disse o Sr. Deputado José Maria Bairos ou que possam dizer mais alguns Srs. Deputados. Há, efectivamente, cerca de 17 requerimentos que estão para ser respondidos há mais de 2 meses, conforme eu disse.

Vozes da bancada do PSD: Há mais de um ano!

O Orador: Isso tem várias explicações e uma delas é que por vezes, e os Srs. Deputados que fazem requerimentos sabem isso tão bem, ou melhor do que o Governo, que sobre esse nome de requerimento podem abrigar-se coisas efectivamente muito distintas, desde uma pergunta concreta e de simples resposta, à partida, até ao pedido de elementos, que necessariamente obrigam a um determinado tipo de trabalho de recolha ou até de tratamento.

Relativamente ao relatório dos Custos de Insularidade, o Sr. Deputado José Maria Bairos também acabou por dizer: ele já foi entregue à Comissão. Relativamente ao pedido que tenho da Comissão de Política Geral sobre um conjunto de elementos para se trabalhar, ao que julgo saber, sobre a problemática dos Custos de Insularidade, efectivamente, isso deu entrada na Presidência do Governo a 17 de Dezembro de 1998 e com o seguinte teor: "A pedido da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, encarrega-me Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional de solicitar, através de V.Exa., a Sua Excelência o Presidente do Governo Regional as seguintes informações: números de efectivos da Administração Pública por índice de remuneração; número de pensionistas dos diversos regimes de Segurança Social e respectivos montantes de pensão; número de trabalhadores inscritos na Segurança Social no regime geral - trabalhadores por conta de outrem - que auferem o salário mínimo nacional.". Portanto, isto tem a ver com a recolha e tratamento de uma série de dados, quer de trabalhadores da administração pública,

quer de trabalhadores da segurança social, que está sendo feita, está praticamente concluída, inclusive já falei com o Sr. Presidente da Comissão sobre isso, e que vai vir ao Parlamento o mais rápido possível. No entanto tenho aqui no ofício Dezembro/98.

De resto, Sr. Deputado Victor Cruz, o Sr. fez a sua festa, fez o seu papel, mas toda a gente sabe que nunca nenhum Governo esteve tão presente neste Parlamento com este está. Oh, Sr. Deputado Eugénio Leal, quantas e quantas vezes o Sr. estava aqui sózinho? E quantas vezes até não estava? Sabe que isto é verdade!

Sr. Deputado Victor Cruz, o Governo tem aqui quatro membros, são sete, olhe até tem quórum, portanto, o Governo está aqui, está em todas as sessões para responder como responde aos Srs. Deputados. V.Exa. pelos vistos tem pena, porque desde anteontem o Sr. Presidente do Governo não está aqui. Eu até começo a desconfiar que V. Exa. queria era engrandecer-se à custa do Sr. Presidente do Governo Regional. Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A discussão aqui ocorrida vem prejudicar um pouco a minha intervenção que farei aqui ainda hoje. No entanto não poderia deixar passar este momento também sem dar os meus exemplos em relação aos requerimentos.

No mês de Dezembro, bem se recordam que a questão do Plano Regional de Ordenamento do Território foi aqui ventilada e na altura até o Sr. Presidente na intervenção que fez, mostrou que estava mal informado e daí se veio demonstrar que o Plano Regional ainda não estava em discussão. Nem as Câmaras, nem as Associações Ambientais o tinham recebido. Desta discussão nasceu a iniciativa rápida do Governo, e logo na semana a seguir, enviou o citado documento, o ante-projecto do Plano Regional de Ordenamento do Território às Câmaras e às Associações Ambientais. Também, e se bem se lembram, no mesmo dia, no dia 17 de Dezembro, fiz um requerimento a solicitar uma cópia deste ante-projecto. A rapidez

que o Governo usou para com as Câmaras e as Associações Ambientais, porque é que também não a usou em relação ao Parlamento? Ainda hoje estamos à espera da cópia desse documento.

Voices da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Portanto, é um facto que nos desagrada, é um facto que não dignifica este Parlamento.

Em relação a outro requerimento, que fiz em relação aos acontecimentos da Ribeira Seca no dia 1 de Outubro de 1998, e onde avancei com algumas questões que eram preocupações da população, população sinistrada, população que sentiu na pele os prejuízos da calamidade, a resposta do Sr. Secretário Adjunto, Francisco Coelho, logo de entrada desagradou-me bastante e começou exactamente assim: "Só por má fé se poderia concluir que a construção da variante..... etc., etc.". Acho que isto é uma resposta deselegante, muito mais para o assunto que se estava a tratar, mas já é habitual o Sr. Secretário Adjunto ter comportamentos deste tipo aqui no Parlamento. Eu próprio já tive alguns comportamentos, deles me arrependo e que actualmente vamos emendar. Mas, Sr. Secretário, no cargo que tem, acho que deve tomar mais cuidado com as suas intervenções, porque até faz-me lembrar que o Sr. é a face visível e deselegante neste Parlamento de quem a tem e não a quer mostrar.

Muito obrigado.

Voices da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para dar a resposta às sugestões que foram aqui feitas.

O Sr. Secretário Regional da Educação mostra-se aqui ofendido pelas minhas declarações dizendo que eu terei ofendido os eleitores de Angra. Em primeiro lugar, eu respeito todos os eleitores, e os de Angra que eu sempre reconheci uma especial

inteligência para análise política, ainda mais os respeito e por isso é que não estou nada preocupado com a sua resposta nessa matéria, posso é acrescentar outras coisas nomeadamente o seguinte: Quem é Director Regional e tem a responsabilidade de distribuir rendimentos mínimos garantidos por todos os Açores e os concentra indevidamente num concelho, é que desrespeitou os outros concelhos todos dos Açores, para fazer a sua campanha política. Quem desrespeitou eleitores não fui eu, ao fazer essa sugestão eleitoralista, que de resto foi feita por V.Exas. durante vinte anos e por isso o Sr. não se pode ofender. O Sr. e o seu Governo, que está sempre a fazer críticas retroactivas, não podem agora esquecer-se do que disseram durante vinte anos, agora, Sr. Secretário, o seu Director Regional, o actual Presidente da Câmara Municipal de Angra...

Voices da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ...é que para ser candidato como Director Regional e até ser e enquanto foi, desrespeitou os outros dezoito concelhos da Região Autónoma dos Açores, porque a sua obrigação era dar a todos consoante as necessidades, não era dar àqueles para os quais se ia candidatar como Presidente da Câmara Municipal, e essa é que é a resposta que eu lhe dou. Essa é que é a verdade, Sr. Secretário.

Quanto ao resto posso dizer até mais, quanto à questão dos *ares*, não costumo falar assim nesta Casa, eu não costumo falar assim nesta Casa, não costumo qualificar o ar das pessoas, mas posso dar-lhe já uma resposta, pela minha parte eu prefiro ser, e de acordo com as suas palavras, um anjo combativo do que um demónio cheio de medo, como é este Governo, que não está no Parlamento para discutir. Esta é que é a diferença, e o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares que não respeita o Parlamento, responde a requerimentos que nós já vimos, pensa que eu quero aqui o Sr. Presidente do Governo para me engrandecer, mas não é, o problema é justamente o contrário, o Sr. Presidente do Governo é que não vem a este Parlamento para não se minorizar, ...

Voices da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ...mas não é por causa de mim, é por causa de todo o Parlamento, porque tem vindo cá, mas aqui as mentiras, o marketing político, as notícias feitas não pegam, não jogam e não passam. Porquê? Porque aqui estamos nós no *taco a taco* a

responder, a questionar e a demonstrar o contrário. E a um Governo de marketing não dá jeito nenhum vir para um parlamento através da sua principal figura. Dá-lhe muito mais jeito estar fora do parlamento a fazer o tal marketing político, que aqui não joga, não passa, não pega, porque é respondido, é esclarecido e é criticado. Esse é que é o problema. Não é um problema pessoal, porque a mim tanto me faz estar aí o Presidente do Governo ou não estar aí o Presidente do Governo, agora não sou eu que me quero engrandecer, o Sr. Presidente do Governo é que não quer certamente minorizar-se e por isso não vem ao Parlamento. E não é por hoje, porque hoje a falta é justificada politicamente.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): É preciso justificar?

O Orador: Não vai dizer que eu estou justificando a falta. A falta é justificada porque o Sr. Presidente do Governo telefonou para este telefone a dizer porque é que se ia embora. É por isso que eu estou dizendo que a falta está justificada. Ele é que sentiu a necessidade de a justificar. Agora todas as outras vezes que ele não está cá, às vezes até passeia-se aqui no último corredor durante meia hora, mas só se senta aí cinco minutos, o que não se percebe o que é que o Sr. Presidente, um parlamentar de passado brilhante, um parlamentar actuante, um parlamentar muito crítico ao anterior Governo, e uma das críticas era que o Governo não estava aqui, porque é que hoje posto em Presidente do Governo, não está no Parlamento?

Quanto ao resto, o respeito deste Governo pelo Parlamento, os requerimentos atrasados, a forma como o Governo começa por responder aos requerimentos, a ausência durante mais de um ano de respostas essenciais ao funcionamento da Assembleia, isto já ficou tudo esclarecido, tudo esclarecido através dos exemplos que foram dados deste lado. Do vosso lado é que vêm muitos poucos exemplos, e se quiserem continuar um trabalho de estatísticas e de debate, o Sr. Secretário saberá perfeitamente que não vai ter razão, porque na verdade este Governo devia responder mais depressa, devia responder com mais cuidado às questões essenciais que levou muito tempo a responder e em minha opinião, como de resto, acho que devia estar mais presente no Parlamento e eu acho que a estratégia é simples. O Parlamento não convém ao Governo do PS, logo o PS virá aqui o menos que puder, com o seu

Presidente e trará aqui o mínimo que puder, e vai tentar fugir do Parlamento o máximo que puder, para estar na sua campanha alegre, fora do Parlamento, porque aqui a vida é difícil. Esta é que é a síntese deste debate.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não vou evidentemente, depois destas intervenções brilhantes, e de provas concretas do desrespeito pelo Parlamento, falar novamente do assunto, mas há aqui uma coisa que não posso deixar passar em claro, nem de propósito.

O Sr. Deputado José Maria Bairos disse que o Governo não tinha dado elementos à Comissão, pedidos à mais de um ano. O Sr. Secretário Regional disse que não era há um ano, tinha sido em Dezembro. Pois então é assim: Em 21 de Outubro de 1997, pedido de elementos ao Governo. Pediam-se o número de efectivos da Administração Pública, tudo isso que já foi referido aqui e o Sr. Presidente da Assembleia despachou no dia 29 de Outubro de 1997 para a Presidência do Governo Regional. Isso a que o Sr. se referiu é já uma segunda tentativa, porque nessa segunda tentativa de 15 de Dezembro de 1998, um ano depois, eu dizia: "Em 21 de Outubro de 1997 esta Comissão solicitou ao Governo elementos a fim de levar acabo a sua actividade". Depois disso foi enviado para o Governo, de facto, no dia 17 de Dezembro, e de lá até hoje, nada.

Relativamente à questão dos Custos de Insularidade, já foi entregue o estudo, mas, de facto, não posso deixar de reafirmar aqui que nos custou muito estar a receber Sindicatos, ouvir Sindicatos sobre o assunto e eles lá com o seu estudo sobre os Custos da Insularidade e nós sem sabermos nada daquilo. Custou-nos, de facto, e é esse lamento que eu aqui deixo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na sequência de mais uma referência à questão da Câmara de Angra, aparentemente desse lado parece que há uma longa indigestão que ainda não foram capazes de digerir, que é a perda da Câmara de Angra, dizer que foi em Angra que se pronunciaram aquelas palavras do "antes morrer livres do que em paz sujeitos", quando alguém há muitos séculos atrás tentou comprar os Angrenses, numa situação mais bem dramática do que umas simples eleições municipais. Nem nessas circunstâncias os angrenses se venderam, de maneira que, Sr. Deputado, falar em que o Director de Segurança Social comprou a Câmara de Angra, é absurdo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, em especial o Sr. Secretário da Educação:

O tom está cada vez mais baixinho e o Sr. começou com força, devia continuar com força se tivesse razão. O que é verdade é que eu não desrespeitei os eleitores de Angra. Quem é Director Regional dos Açores e concentra uma parte substancial dos subsídios, em véspera de campanha no seu próprio concelho, é que desrespeitou todos os outros dos outros concelhos dos Açores. Essa é que é a verdade. Os eleitores de Angra não se deixam comprar, mas os Srs. tentam comprar e certamente condicionaram algumas pessoas, que são justamente as pessoas que mais necessitam do poder público. Isso é que é lamentável, porque todos os outros, certamente que os Srs. nem tentam comprar. Agora Sr. Secretário Regional fica bem claro, fica claro que os Srs., tanto era verdade, que tinham vergonha do que fizeram, que esconderam essa informação um ano do Parlamento. Levaram um ano para dar uma resposta a uma Comissão de Inquérito que pediu simplesmente uma percentagem dos rendimentos mínimos garantidos que tinham sido dados em Angra e a percentagem que tinha sido dada nos outros concelhos. Os Srs. de tanta vergonha que tinham esconderam um ano essa realidade e isso é que é a clara demonstração, por um lado, de que não respeitam o Parlamento e, por outro, têm vergonha do que fazem e por isso não querem mandar para o Parlamento as informações.

Quanto ao desrespeito pelos eleitores não sou eu que os tenho, foram os Srs. que desrespeitaram os outros concelhos dos Açores em vésperas de campanha eleitoral.

Quanto à história os Srs. é que levaram 20 anos a dizer que o PSD fazia isso e estão a fazer isso como ninguém faz, são exemplares.

Quanto à questão das derrotas, se há derrota bem digerida, desde logo pela nobreza do nosso candidato, foi a derrota de Angra do Heroísmo. O que os Srs. parece que ainda não conseguiram digerir, foram 20 anos de derrotas, porque falam constantemente em 20 anos de vitórias do PSD.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente:

Queria pedir à Mesa da Assembleia se podia fornecer ao Governo, porque o Governo ainda não tem, uma cópia do relatório das conclusões da Comissão, que pelos visto e pela intervenção do Sr. Deputado Victor Cruz chego à conclusão que já há conclusões acerca da campanha eleitoral para as autárquicas do ano passado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Comissão ainda não tem o relatório, porque os Srs. nunca nos não deram as informações.

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: A Comissão já tinha o relatório há muito tempo, quisessem os Srs. não esconder as informações das quais estão envergonhados. É por isso que a Comissão não tem o relatório,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): É fantástico!

O Orador: ... e quanto ao resto muito antes da Comissão começar, eu Victor Cruz, Deputado, Presidente, miliante, açoriano, já tinha chegado a essa conclusão, a minha conclusão. E eu posso fazer as minhas conclusões, Sr. Secretário. O Sr. faz as suas no Parlamento e nem sequer é parlamentar e eu não posso como parlamentar fazer as minhas conclusões sobre o Governo?

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Com certeza!

O Orador: Era o que faltava! Eu sei que os Srs. querem pouco do Parlamento, mas eu tenho que manter a minha liberdade de dizer o que penso e já estou dizendo isso, se quer que lhe diga, há muito tempo, antes da Comissão de Inquérito. Agora, eu gostava que a Comissão de Inquérito num esforço que não é individual, num esforço que não é partidário, porque tem deputados de todas as Comissões no pluralismo democrático, através das fórmulas certas, através daquilo que é regimental e estatutariamente correcto, chegasse às suas próprias conclusões. Mas, infelizmente a Comissão não consegue. A Comissão ainda não conseguiu e a principal razão foi porque os Srs. levaram imenso tempo a mandar os documentos e não deram as informações, porque têm vergonha do que fizeram. Mais uma vez foi esta a razão do Sr. Presidente da Assembleia não ter ainda o relatório da Comissão. A razão está na exacta proporção da vossa vergonha daquilo que fizeram.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Porque o Sr. Presidente da Comissão de Política Geral, nosso ilustre e nobre colega de trabalhos parlamentares, Sr. Deputado Manuel Azevedo, trouxe aqui uma questão que tem a ver com mais documentos que chega à Comissão ou que não chega, porque julgo que todos nós temos a nossa nobreza de estar aqui neste Parlamento. O que já estamos a ouvir há bocado, do lado da bancada do PSD, é um grande esforço para justificarem o trabalho que dizem que têm como oposição, é o mesmo trabalho que o

Partido Socialista teve quando estava nessa bancada, porque o nosso ainda era melhor. E tanto era melhor que nós é que viemos para aqui e os Srs. daqui passaram para aí.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Mas levaram 20 anos!

O Orador: Portanto, eu julgo que o nosso era melhor.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Eu só estive cá 4 anos. Eu de 4 passei logo para aqui.

Sr Presidente:

É só para dizer o seguinte: Eu sei que o Sr. Deputado Manuel Azevedo não quis dar a entender isso, mas a verdade é que os Sindicatos que tinham os documentos das Conclusões do Grupo de Trabalho sobre os Custos da Insularidade, eram os Sindicatos que tinham feito parte do grupo de trabalho. Por essa mesma razão é que eles o tinham e também e em abono da verdade se deve dizer que imediatamente a seguir, na semana seguinte, chegou à Comissão o mesmo documento. Eu sei que o Sr. Deputado Manuel Azevedo diz que às vezes as coisas não chegam a tempo. É verdade, não vamos escamotear as questões, mas neste caso concreto, o Governo não deu primeiro aos Sindicatos esse documento, esses Sindicatos é que faziam parte do grupo de trabalho.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Victor Cruz:

Satisfaz-me o esclarecimento de que as conclusões são suas e não são conclusões duma Comissão desta Assembleia. É importante que as pessoas saibam isso.

Em segundo lugar: Convém aqui fazer um esclarecimento que é importante em termos substanciais. Se houve, pelas razões que foram explicadas ao Sr. Presidente da Comissão a que nos estamos a referir, um atraso na resposta obtida da Comissão, também é verdade e também as pessoas sabem isso, nomeadamente os Srs. Deputados do PSD, que a mesma matéria foi antes objecto de requerimento por parte

de alguns Srs. Deputados do PSD e teve uma resposta rápida, resposta de tal modo rápida que permitiu que o PSD da Terceira fizesse com aqueles elementos uma hilariante conferência de imprensa, onde confundiu o Instituto de Apoio à Criança com o Instituto Açoriano de Cultura, lembram-se disso? Foi há quase um ano. Portanto, o problema não era esconder os elementos. Houve um lapso que foi aliás explicado ao Sr. Presidente da Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

São coisas diferentes aquelas que o Sr. Secretário Regional está a querer confundir. O requerimento que os Deputados do PSD fizeram, que deram origem a essa Conferência de Imprensa que o Sr. Secretário aí referiu e que, de facto, confundiram uma sigla IAC, era a mesma em que nós habitualmente estamos, como sabe, habituados a atribuí-la ao Instituto Açoriano de Cultura e pensamos que era o Instituto Açoriano de Cultura e depois corrigimos quando nos explicaram que era o Instituto de Apoio à Criança. Enganámo-nos nesta, mas não nos enganámos na Associação da Castanha. A Associação da Castanha estava certa.

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Mas dizia, Sr. Secretário, que os elementos que nós pedimos nessa altura eram bem diferentes daqueles que nós pedimos na Comissão. O que nós pedimos na Comissão foram os subsídios atribuídos durante o ano de 1997, com datas e entidades beneficiárias e respectivos montantes. É bem diferente daquilo que tínhamos pedido anteriormente. Anteriormente não havia datas, não havia um melhor esclarecimento das datas em que foram atribuídos esses subsídios, nem havia o montante do ano inteiro. Havia apenas de 3 ou 4 meses, se bem me lembro, que diziam respeito a esses subsídios e o que os Srs. nos deram da primeira vez que a Comissão pediu esses elementos foi outra vez os elementos que tinham dado aos Deputados do PSD, isto é, quiseram dizer que os subsídios atribuídos durante aquele ano correspondiam apenas

aos 4 meses que nós já tínhamos conhecimento e o que nós dissemos novamente, e por isto levou um ano a conseguir-se obter, e de resto tive ocasião de nesta mesma Assembleia elogiar o trabalho dos Deputados do Partido Socialista que bastante se esforçaram para que esses elementos fossem conseguidos pela Comissão, o que nós dizíamos sistematicamente é que os elementos que nos estavam a fornecer não correspondiam à verdade, porque nós sabíamos que aqueles elementos diziam apenas respeito a 4 meses e nós queríamos o ano inteiro. Foi isso que finalmente acabamos por obter há cerca de dois ou três meses atrás.

Era apenas para esclarecer isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Deputado Victor Cruz (PSD): Um ano depois!

Presidente: Vamos agora retomar as intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde o passado dia 8 que as populações das ilhas das Flores e do Corvo gozam da possibilidade de poder sintonizar o Canal 1 da RTP, a exemplo do que acontece com os demais açoreanos e portugueses em geral.

Por resolver estão ainda duas micro-coberturas, designadamente a parte alta da Vila das Lajes e o Lugar da Fazenda, em Santa Cruz das Flores, o que de acordo com as informações de que dispomos deverá ser concretizado a breve trecho, ultrapassados que sejam alguns problemas burocráticos.

A chegada do Canal 1 às Flores e ao Corvo é um acontecimento relevante, com o qual nos congratulamos e pelo qual nos empenhamos persistentemente junto do Governo Regional, e constitui um contributo decisivo para a quebra do isolamento e, conseqüentemente, para o bem-estar de florentinos e corvinos.

Tratou-se aliás da satisfação de uma justa aspiração dos habitantes daquelas duas ilhas. Justa aspiração sim, o que não significa o mesmo que velha aspiração.

Para o percebermos, basta relembrar que a emissão da RTP/Açores levou mais de uma década para chegar às Flores e ao Corvo. Em contrapartida e apesar de todas as dificuldades, o Canal 1 chegou ao Grupo Ocidental pouco mais de dois anos após ter

chegado aos Açores e mesmo com cerca de quatro meses de antecipação relativamente a 30 de Junho, a data limite que tinha sido fixada.

Manda a verdade reconhecer que, para que tal fosse possível contribuíram decisivamente o bom relacionamento e a estreita colaboração existentes entre o Governo Regional coordenado por Carlos César e o Governo da República presidido por António Guterres.

E são factos como este, Sr. Presidente, Sras.. e Srs. Deputados, a exemplo de muitos outros que têm ocorrido nestes últimos dois anos, que marcam a diferença entre a velha autonomia do PSD, simbolizada no afrontamento das gravatas pretas e dos óculos escuros e a Nova Autonomia, cooperante e solidária, protagonizada pelo PS e pelo seu Governo.

Apesar de tudo e como aliás seria de esperar, não faltou quem, na impossibilidade de poder negar a evidência dos trabalhos para a instalação dos equipamentos necessários à emissão do Canal 1, tenha procurado, de forma maquiavélica, denegrir a imagem do PS e do seu Governo junto dos florentinos, através de campanhas de desinformação e de intoxicação da opinião pública.

Foram disso exemplo as falsas notícias e os boatos, postos a circular na Ilha das Flores, de que o início das emissões estaria dependente de um eventual acto de inauguração a levar a cabo pelo Governo.

A melhor resposta para tais atoardas são os factos. E os factos aí estão e falam por si. O início das emissões ocorreu como se previa, terminados que foram os trabalhos de instalação dos equipamentos e os necessários ensaios, como aliás tem vindo a acontecer nas restantes ilhas da Região.

Pelas nove horas do dia 8 de Março, e como fora previamente anunciado, um técnico da Portugal Telecom ligou o botão e *hellas*, lá estava o Manuel Luís Goucha apresentando a Praça da Alegria.

Não houve corte de fitas, não apareceram misteriosas personagens, não se notou a presença tenebrosa de qualquer mão invisível.

Não duvidamos porém que possa ainda existir quem julgue possível encontrar insondáveis desígnios na coincidência do facto ter ocorrido no Dia Internacional da Mulher.

Pela nossa parte, só estranhamos que desta vez não tenha surgido a já costumeira proposta de resolução do PP aconselhando o Governo Regional a providenciar no sentido do Canal 1 chegar rapidamente às Flores e ao Corvo.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Por distração? Ou por estarem mais preocupados com o processo de divórcio de um casamento cuja certidão nunca viu a luz do dia?

(Risos da bancada do PS)

Seja como for, a principal ilação que podemos tirar de todo este processo é a de que *a verdade é como o azeite*, e que aqueles que pensam que uma mentira mil vezes repetida acabará por valer como verdade, e obviamente procedem em coerência com esse convencimento, deverão também passar a ter em conta a sabedoria popular e lembrar-se que *mais facilmente se apanha um mentiroso do que um coxo*.

Porque, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, .Senhores Membros do Governo, mau grado todas as desesperadas tentativas de criar factos políticos, ou, como dizem os nossos irmãos brasileiros, *procurar chifre em cabeça de cavalo*, estamos convictos de que as populações das Flores e do Corvo compreendem e valorizam a preocupação e o empenho do Partido Socialista e do seu Governo na busca das melhores e mais rápidas soluções quer para os problemas herdados do passado quer para os novos desafios que se nos colocam no alvorecer de um novo século e de um novo milénio

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se há quem goste de alimentar boatos, nós preferimos tratar de questões concretas. E uma questão bem concreta e francamente positiva é o processo de recuperação do sector dos lacticínios na ilha das Flores.

Sempre pensamos e desta tribuna o afirmamos, que na génese da crise residia sobretudo um problema de confiança por parte dos produtores.

As pastagens estavam lá, as vacas também, a fábrica tinha todas as condições para produzir um produto de qualidade, o mercado existia.

Faltava contudo a garantia clara dos pagamentos a tempo e horas, a certeza de que não mais existiriam atrasos de sete, dez, doze e mais meses no pagamento do leite à produção.

Em Janeiro de 1998, pode bem dizer-se que a produção bateu no fundo e se acendeu a luz vermelha. Os cerca de 15.700 litros que nesse mês foram entregues na Fábrica já não chegaram para garantir a laboração diária, os trabalhadores começaram a temer pela manutenção dos seus postos de trabalho e poucos acreditavam já que fosse possível estancar e muito menos inverter o processo de lenta agonia da União de Cooperativas.

Uma vez mais foi decisiva a intervenção do Governo Regional, traduzida na deslocação do Senhor Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente às Flores, ocorrida há pouco mais de um ano, para reunir com a Direcção da União de Cooperativas e com os produtores de leite.

A seriedade, o realismo e a oportunidade do conjunto de propostas apresentadas e dos compromissos assumidos, nomeadamente a garantia do pagamento mensal do leite aos produtores, a contratualização dos objectivos de produção e a instituição de prémios de quantidade foram medidas recebidas com entusiasmo pelos lavradores e que permitiram criar as condições necessárias para que aqueles assumissem as vantagens da produção de leite e tomassem definitivamente em mãos a viabilização da sua Fábrica.

E os resultados entretanto alcançados vieram demonstrar que tínhamos razão.

Durante os doze meses do ano de 1997 deram entrada na Fábrica pouco mais de 675 mil litros de leite.

Em período homólogo de 1998 os números subiram para quase 902 mil litros, o que significa um acréscimo superior a um terço.

Se compararmos os números de Março de 1998 a Fevereiro de 1999, ou seja o período de doze meses posterior à reunião anteriormente referida, as perspectivas são ainda mais animadoras, tendo sido praticamente alcançado o número de um milhão de litros que havia sido definido como uma das metas a alcançar.

Falando ainda de números, não deixa de ser significativo comparar os números de Janeiro de 1998 com os de Janeiro de 1999. Tal comparação permite constatar que se evoluiu dos 15.700 litros para mais de 48 mil ou seja três vezes mais.

Também o número de produtores ligados à União de Cooperativas mais que duplicou, passando de apenas 55 em Fevereiro de 1998 para mais de 120 no final do ano.

Paralelamente, e importa assinalá-lo, graças a uma gestão rigorosa levada a cabo pela actual Direcção da União de Cooperativas e ao aumento das receitas provenientes da venda do queijo e do leite do dia, o esforço financeiro por parte do Governo Regional foi praticamente reduzido para metade, tendo descido de 87 mil contos em 1997 para 47 mil contos em 1998.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Face aos resultados obtidos no último ano pela União de Cooperativas, existem fundadas razões para se poder encarar com razoável optimismo o futuro do sector dos lacticínios na Ilha das Flores.

Há no entanto que ter em conta outros desafios que se começam a colocar e para os quais será necessário encontrar as respostas adequadas por forma a consolidar o processo de recuperação entretanto encetado.

Se há um ano atrás a questão se colocava fundamentalmente no aumento da quantidade do leite entrado na Fábrica, começa agora a ser necessário encarar também outros desafios, entre os quais se destacam:

- a renovação dos rebanhos, factor determinante para o aumento da quantidade e da qualidade do leite;
- o controlo das condições higio-sanitárias, designadamente através do processo de classificação;
- os incentivos à aquisição de máquinas de ordenha.

Julgamos, pois, ser este o momento adequado para que o Senhor Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente tome a iniciativa de promover um novo encontro com os lavradores das Flores e a Direcção da União de Cooperativas, por forma a lhes serem lançados novos desafios e contratualizados novos objectivos.

Estamos certos de que essa reunião é fundamental para potenciar o capital de confiança acumulado, nos últimos tempos, junto de um sector que é de vital importancia para a economia das nossas ilhas e, no caso vertente, para a economia da Ilha das Flores.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Herberto Rosa:

Todos nós nos regozijamos pela chegada da RTP1, portanto sobre essa matéria e como é compreensível não me vou pronunciar.

No entanto, o assunto que coloca em relação ao leite e lacticínios é importante, e esperemos, o Sr. Secretário não está cá, que ele venha dar alguma resposta em relação às ideias que aqui deixou, que são fundamentais e que eu queria lembrar um aspecto delas: é que os agricultores de S. Miguel e de São Jorge, no passado, receberam apoios com a importação de novilhas. Nessa altura a Fábrica de Lacticínios das Flores ainda não existia. Havia a primeira pedra, havia a crise, havia toda a situação que levou os agricultores das Flores a não terem beneficiado dos apoios que muitas outras ilhas tiveram em relação à aquisição de novilhas. Neste momento, nas Flores, aliás, o Sr. coloca essa questão, é posto o problema de renovação de rebanhos, que em nosso entender passa pela importação de novilhas e que tem que ter o apoio do Governo Regional, porque se não tiver o apoio do Governo Regional, como os outros tiveram, é evidente que essa renovação não se dará. É uma matéria que nós consideramos importante e pensamos que é muito urgente que haja da parte do Governo Regional o enquadrar deste aspecto da situação e uma resposta com a qual os agricultores, em nosso entender, deveriam saber com o que é que contam, como e quando contam, porque é um aspecto que, ou o resolvemos muito urgentemente, ou de facto não se sairá da crise, porque se isso não acontecer tenho muito receio pelo futuro.

Outro aspecto que gostaria de referir, embora não seja muito habitual eu trazer graça para o Parlamento, mas acho que nestas coisas também temos que dar um certo ar de graça, eu queria trazer em ar de graça a outro aspecto: é que nem eu nem o Sr., nem o Sr. Secretário da Educação e Assuntos Sociais fomos capazes de convencer os Srs. Professores a utilizar o leite do dia nas escolas da ilha das Flores. É um aspecto que, apesar de tudo, eu considero com alguma importância, porque significa alguma coisa em relação a uma pequena fábrica, que, de facto, produz um bom produto, que podia ser utilizado, e seria mais barato para as próprias escolas e que ainda não fomos capazes de o fazer. Aliás, digo-o com todo o à vontade, porque também tenho uma filha na escola e porque desejo que ela beba do leite que nós lá produzimos, a um preço muito inferior daquele que é comprado. Era um aspecto que eu gostaria de trazer e que para alguns poderá ter pouca importância, mas para a economia daquela fábrica era capaz de ter alguma importância. Aqui deixo o desafio a todos no sentido de que, de facto, consigamos que a movimentação dos dinheiros se possam fazer primeiro dentro da ilha e depois fora dela.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Herberto Rosa:

Nós não estamos distraídos com a chegada da RTP1 ao Corvo, até nos regozijamos por isso. Agora, da maneira como ela chega, dá-nos a ideia que se calhar ela podia ter chegado quando chegou às outras ilhas, Sr. Deputado. Só que, infelizmente, chega, nem tarde, nem cedo. É um bem e regozijamo-nos por isso. Agora, eu estou aqui com as minhas dúvidas: é que com esta pressa toda com que ela apareceu não venha a acontecer o que aconteceu com aquele célebre touro das Flores, que é ela rebentar. Estou preocupado um bocadinho com isso e digo-lhe porquê: é que as emissões da RDP, infelizmente, como o Sr. sabe, muitas vezes a única coisa que ouvimos é só cheada, e eu estou com muito medo ...

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Isso é defeito do seu rádio!

O Orador: Não, não é do meu rádio, é dos rádios das Flores e dos rádios do Corvo. Muitas vezes abrimos e só ouvimos cheada.

... que com esta pressa, porque se calhar tiveram medo daquela mão invisível falada aqui, pode ter ficado alguma coisa e de repente pode acontecer o que já aconteceu. Só tenho medo é disso. Realmente é mais uma coisa que chega ao Corvo, mas que chegue em concreto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A primeira coisa que me apetece dizer, Sr. Deputado Greves, é que há gente que parece não aprender, continuam a fazer a fuga para a frente, eu não sei por que é que o Sr. continua a usar essa triste, infeliz e despropositada expressão da mão invisível, ...

Deputado João Greves (PP): O Sr. é que a utilizou.

O Orador: ... até porque ainda por cima o Sr. não tem direitos de autor e as cópias, como foram ditas e muito bem, são sempre piores do que os originais e quando os originais já não são grande coisa, imagine o resto.

Sr. Deputado Paulo Valadão:

Agradeço o considerar que a questão aqui trazida, nomeadamente aquilo que tinha a ver com os lacticínios era importante, também me preocupa, aliás, penso que conjuntamente, ou pelo menos trabalhamos no mesmo sentido, porque parece uma evidência, enfim, evidente, passe o pleonasma, que não há nenhuma razão para se importar o leite numa ilha que produz leite do dia. No entanto se não conseguimos antes, talvez consigamos agora, porque agora temos mais perto de nós a gestão da escola, porque com o novo regime de gestão escolar há autonomia e, portanto, teremos que trabalhar junto dos órgãos da escola para que esse contrato seja feito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Só duas palavras para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Herberto Rosa.

Vou-lhe dizer que os trabalhos que eu tenho trazido aqui não são fruto de cópias.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Não é, não senhor!

O Orador: Pode ter algures algumas deficiências, como muitas que aparecem nesta Casa.

(Risos da Câmara)

O Sr. também tem as suas. É só isso que eu tenho para esclarecer. Mais nada.

Deputado Madruga da Costa (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As alterações introduzidas aquando da ultima revisão constitucional permitiram um significativo reforço da competência legislativa da Região.

Apesar de não ter sido uma solução perfeita, foi, sem dúvida, um importante passo na afirmação e aprofundamento do nosso regime autonómico.

Como tal, mereceu a concordância unânime de todos os Partidos com assento nesta Assembleia que, aliás, desde há muito pugnavam pela clarificação e o aumento das áreas em que à Região deveria ser reconhecida competência para legislar.

A par dessas alterações constitucionais que tiveram óbvias e naturais repercussões no texto do nosso Estatuto, procedeu-se à revisão e actualização do Regimento deste Parlamento, no sentido da sua melhor funcionalidade, consagrando, entre o mais, o aumento das sessões plenárias.

Se as alterações constitucionais reforçaram a autonomia, as regimentais foram-no, no sentido de dignificar a acção deste Parlamento.

Isto porque a um acréscimo de poderes corresponde, necessariamente, uma maior responsabilidade de todos quantos intervêm no processo legislativo.

Enquanto o Parlamento, através dos deputados, têm sabido corresponder, - quer no Plenário, quer fundamentalmente no trabalho das Comissões,- às exigências geradas com, o Governo, ao invés, tem defraudado as mais elementares expectativas no âmbito das iniciativas legislativas que estatutariamente lhe é reconhecida competência.

Este Governo é esbanjador a administrar, é mau a governar, mas é péssimo a legislar.

As propostas que apresenta são, quantas vezes, duma imperfeição de natureza técnico-jurídica, que obrigam os deputados nas comissões e, por vezes, no Plenário à necessidade de suprir as insuficiências que as mesmas contêm.

Outras vezes o Governo apresenta iniciativas, como sendo novos diplomas, aos quais deve estar subjacente a ideia de inovação, a que corresponde uma filosofia própria, quando, no fundo, não passam duma mera adaptação de princípios contidos em diplomas de âmbito nacional ou regional.

E fá-lo da forma menos correcta, transcrevendo quase na integra os normativos desses diplomas aos quais acrescem alguns artigos, esses sim que consubstanciam, a mera adaptação em função da nossa especificidade.

O que se passou com a iniciativa do Governo no pretense novo diploma referente à definição do regime de autonomia, administração e gestão dos 2º e 3º ciclos dos ensinos básico e secundário, bem como das escolas básicas integradas, é o exemplo dessa péssima prática governativa.

As consequências são de todos conhecidas.

O Senhor Ministro da República decidiu exercer o poder de veto, com fundamento de que se limitou nesse diploma a apropriar-se da legislação nacional e transformá-la em legislação regional.

Aquando do debate desta iniciativa legislativa o Grupo Parlamentar do PSD alertou para essa situação, referindo que se ia abster porque tinha sérias e fundadas dúvidas sobre a constitucionalidade do diploma, discordando da sua própria estrutura e manifestando, inclusivé, a sua preocupação dessa iniciativa transcrever na integra muitos artigos do Decreto-Lei n.º 115/A/98 de 4 Maio, e outras vezes, para evitar essa transcrição integral se limitou a trocar palavras, chegando à situação caricata, decorrente dessa troca de palavras, de a autonomia deixar de ser um poder para passar a ser uma capacidade.

Este é o brilhante resultado dos famigerados cursos de formação jurídica limitados aos sintonizados com este Governo...

De facto, a proposta de Decreto Legislativo Regional ora vetada, dos 75 artigos que contem - o que dá a falsa ideia de ser uma grande iniciativa legislativa - 36 são uma

transcrição integral dos normativos do referido Decreto-Lei, o que diz bem do seu carácter inovador.

Apesar de aquando da apresentação dessa Proposta, o Senhor Secretário Regional ter dito textualmente que não se tratava duma simples adaptação à Região mas sim duma nova legislação que estabelecia um regime jurídico específico para o sistema educativo açoriano, no respeito pelos princípios fundamentais duma lei geral da República, o que de facto sucede é que essa Proposta mais não fez do que, a par da referida transcrição, introduzir algumas alterações de conteúdo, essas sim que constituem uma verdadeira adaptação

Tal veto teria sido evitado se o Governo tivesse duma forma humilde respeitado os normativos do Decreto-Lei em causa não os reproduzindo, e apenas adaptado à Região em função das nossas especificidades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O tão reclamado reforço do poder legislativo deste Parlamento não foi naturalmente pretendido para transcrever normativos já contidos em diplomas nacionais ou regionais.

Testar esse reforço não é transcrever.

Testar esse acréscimo de poderes é inovar ou até mesmo contrariar um conjunto de normas duma lei geral da República, desde que se respeite os seus princípios fundamentais.

Foi nesta perspectiva, e com este espírito que o Grupo Parlamentar do PSD apresentou um projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a Recuperação de Habitação Degradada que, apesar das dúvidas - mais fictícias do que reais, diga-se - levantadas pelo PS, foi já publicado no Diário da República para gaudio de todos nós, e em especial do Senhor Secretário da Habitação e Equipamentos.

Aqui sim, inovou-se, usando uma prerrogativa que constitucionalmente nos é reconhecida.

Ao invés, essa referida iniciativa governativa não pode nunca ser apresentada ao abrigo desse reforço de competências, porque a razão e os argumentos que estão na base da sua consagração constitucional não podem servir de justificação para a deficiente forma e estrutura como essa iniciativa foi apresentada.

Mas este Governo teima em manter essa postura.

Isto porque igual situação ocorre com a Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a " Classificação da Zona Central da Cidade de Angra do Heroísmo".

Duma proposta que é apresentada como um diploma novo, dos seus 49 artigos, 29 (ou seja 60%) são uma transcrição do Decreto Legislativo Regional n.º 15/84/A que é, conforme foi designado por um colega de bancada do PSD, um verdadeiro património jurídico, ao classificar a zona central da cidade de Angra do Heroísmo como monumento regional.

A iniciativa governativa mais não é do que uma proposta de aditamento de alguns artigos referentes ao plano de salvaguarda e valorização e à classificação dos imóveis como de interesse público, da alteração de três artigos relativos ao Gabinete da Cidade pelos das novas competências à Secretaria Regional que tutela a cultura e de outras pequenas alterações decorrentes da previsão desse plano de salvaguarda.

Apesar de todas essas insuficiências, o Senhor Secretário Regional de Educação e Assuntos Sociais criticou asperamente na comunicação social as propostas que sobre esta matéria foram apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Limitamo-nos, no uso duma competência estatutária e regimental, a apresentar propostas de alteração ao diploma em vigor, não tendo a veleidade de simulada e pretensiosamente apresentar um proclamado novo diploma que no Decreto Legislativo Regional n.º 15/84/A se baseia, e mais, dele transcreve a maioria do seu articulado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A função desta Assembleia não se esgota no debate parlamentar.

Antes, sendo como é o órgão legislativo por excelência, a quem cabe em última instância a aprovação ou rejeição das iniciativas legislativas, não pode alhear-se da responsabilidade decorrente das deficiências de que sofrem os diplomas aqui aprovados.

Impõe-se, por isso, agora mais do que no passado, no contexto do novo normativo constitucional e estatutário um maior rigor deste Parlamento na análise dos diplomas submetidos à sua apreciação.

Vem isto a propósito ainda sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a Classificação da Zona Central da Cidade de Angra do Heroísmo.

Está agendado para hoje a discussão deste diploma, numa altura em que existe para análise na Assembleia da República uma Proposta de Lei que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

Como o próprio nome indica trata-se duma efectiva lei de bases do património cultural - o diploma chave sobre todo o património cultural - que define os princípios basilares de toda a política cultural do Estado, definindo os seus princípios gerais, explicitando os direitos, garantias e deveres dos cidadãos, enunciando os objectivos e as componentes específicas da política do património cultural.

Constitui, assim as fundações do edifício jurídico da legislação sobre património cultural.

Neste enquadramento é imprudente, para não dizer aberrante, estar este Parlamento a discutir e a aprovar diplomas cujos normativos necessariamente caducarão se não estiverem em conformidade com algum do articulado que vier a ser aprovado na sequência da discussão daquela Proposta de Lei.

Independentemente da tal situação de caducidade vier ou não a ocorrer, é uma prática incorrecta, censurável face aos mais elementares princípios que devem nortear o processo legislativo.

Além do mais, esta Assembleia já emitiu parecer sobre essa Proposta de Lei.

Pode, por isso, a discussão e votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional ser erradamente interpelada como uma provocação à Assembleia da República se não for devida e minuciosamente explicada a razão desta nossa decisão.

Entende, no entanto, o Senhor Secretário Regional que a aprovação de legislação sobre esta matéria é fundamental, sob pena de alegados graves e irreparáveis prejuízos, - ainda não explicitados - para a cidade Património Mundial.

Perante esta situação, e uma vez que estamos a algumas horas da discussão desta Proposta de Decreto Legislativo Regional, lanço daqui um apelo e um desafio ao Senhor Secretário Regional de Educação e Assuntos Sociais.

Sente-se à volta duma mesa com representantes dos diferentes partidos com assento neste Parlamento, explique e comprove duma forma precisa e documentada quais os

efectivos e reais riscos para a classificação da Cidade e para a continuidade duma qualquer obra na sua área de protecção se esta legislação não for aqui e agora aprovada.

Se houver, o Grupo Parlamentar do PSD está disponível para ser cúmplice, e se necessário for, co-autor duma imprudência jurídica e dum acto político que pode ser erradamente interpretado com uma provocação institucional a um órgão de soberania. O que não se pode é aceitar que sobre este Parlamento se exerçam pressões e se façam inclusivé chantagens para satisfazer o capricho, a irrequietude e a prepotência de um qualquer dirigente partidário.

É inaceitável que sacrifiquemos a dignificação deste Parlamento em favor duma mera solidariedade partidária.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para tecer algumas considerações, necessariamente breves, sobre dois aspectos que o Sr. Deputado Jorge Valadão levantou na sua intervenção e com os quais não podemos de forma alguma estar de acordo.

Em primeiro lugar, e no que diz respeito ao veto do Ministro da República, é interessante dizer que os argumentos invocados pelo Sr. Ministro da República para vetar o diploma, a grande parte deles são precisamente o oposto daqueles que o Sr. Deputado considera, ou seja, é precisamente porque esta Assembleia foi longe de mais no exercício da sua autonomia. Não deixa de ser curioso salientar este aspecto, como também não deixa de ser curioso que, na senda de defesa do pleno exercício do poder desta Assembleia, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata em vez de efectivamente discordar, estaria no seu direito, como nós efectivamente discordamos do mérito material, e isto é uma opinião pessoal do mérito material deste

veto, não acata esta decisão como sendo efectivamente a última palavra nesta matéria.

Por outro lado, relativamente ao Decreto da Habitação Degradada, na mesma senda de defesa da autonomia legislativa, na mesma senda de valorização dos órgãos de governo próprio, também é muito curioso, relativamente ao decreto sobre Recuperação da Habitação Degradada, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, pelas palavras do Sr. Deputado Jorge Valadão considera que o facto do Ministro da República não ter vetado é a palavra final sobre o diploma e o acto de sanar eventuais irregularidades. Bem, há aqui uma certa contradição que é preciso entendermos, é que a questão é esta, Sr. Deputado: o Ministro da República vetou o diploma exactamente pelos motivos opostos àqueles que o Sr. afirmou. O Sr. está-se a referir, Sr. Deputado, quando o Sr. diz: "esta questão da transcrição de normas", está-se a referir a jurisprudência anterior à Revisão Constitucional de 1997, efectivamente o busílis da questão está é aqui. Consta do argumentário e consta do documento, que veta o veto do Sr. Ministro da República, precisamente este facto: veta porque considera que esta Assembleia Legislativa Regional foi longe de mais no seu exercício. Nós não concordamos. Os Srs. aceitam plenamente este facto, muito bem.

Relativamente à questão da habitação degradada, mais uma vez é a palavra do Sr. Ministro da República que coloca ponto final e para vós, em vosso entender sana todas as irregularidades que o diploma possa ter. Não é bem esse entendimento que poderá ser entendido, como a valorização da Autonomia.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Embora o Governo disponha de apenas poucos minutos, queria apenas e na sequência da interpelação directa que o Sr. Deputado Jorge Valadão fez, em vez de reunir, creio que se pode aqui dizer em três palavras quais são as razões que me levam a dizer que é urgente aprovar este diploma. Essas razões prendem-se com um conjunto de

contactos que foram estabelecidas com a UNESCO, em que foi assumido pela parte do Governo Regional um conjunto de compromissos. O compromisso mais importante que foi assumido foi exactamente de rever o diploma, por forma a incluir aqueles aspectos que, desde 87, a UNESCO vinha recomendando. Havia muito interesse em fazer isso rapidamente, porque a UNESCO ainda não se pronunciou sobre a Marina de Angra e como os Srs. Deputados já saberão, está-se já a executar a obra e ficou entendido nestas conversas, que também da nossa parte podia haver uma manifestação da nossa boa fé nesta negociação, ou seja, voltarmos apenas a pedir tolerância para começarmos com uma obra sem termos o parecer, quando ainda não fizemos nada em relação àquilo que eram as recomendações da UNESCO. É apenas isso que se passa. Não se trata de pôr qualquer pressão sobre este Parlamento. São estes os factos, muito simples. Os Srs. poderão ajuizar da importância ou não, se acharem que é importante, se não acharem, não acham.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Começo por responder ao meu colega Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

O problema não está aqui, pelo facto dos argumentos que foram aqui apresentados, não entram em nada em contradição com aquilo que disse o Sr. Ministro da República. Transcrever, - e isto foi alertado aqui por nós, inclusivamente foi aqui referido textualmente a questão da troca de palavras da autonomia - é preciso ter poder e ter capacidade, e isso foi aqui referido, embora não esteja ainda no diário, mas eu já ouvi as gravações das intervenções sobre essa matéria. O problema não é ser zeloso de mais, o problema é que o nosso reforço de competência não foi feito para transcrever, e o que o Sr. Ministro da República disse é que nós nos limitámos a transcrever para um Decreto Legislativo Regional, aquilo que estava num Decreto-Lei. Isto não é ir longe de mais no exercício da sua autonomia. Repetir o que já existe não é ir longe de mais. Mal da nossa autonomia se nos limitarmos a transcrever aquilo que consta dum diploma nacional.

Relativamente ao veto, não cantamos, nós lamentamos, embora já prévissemos que isso pudesse acontecer. Lamentamos o veto, mas também não podemos deixar de aqui denunciar que não vale a pena vir para aqui com diplomas de setenta e tal artigos, que dá uma imagem errada de grandes diplomas, que no fundo são diplomas que já existem e transcrevem mais de metade dos artigos de diplomas que existem, só para dar ideia de diploma. Adapte-se o diploma à Região. Transcreve-se um diploma quase na totalidade dos seus artigos, o que não é prática desta Assembleia. Não é prática desta Assembleia apropriar-se de leis nacionais. Aconteceu no passado, Sr. Deputado, que por vezes bastava repetirmos ou transcrevermos um artigo, que o Tribunal Constitucional tinha logo uma interpretação de que era inconstitucional, e isto relativo a um artigo, a parte de um artigo ou a uma alínea desse artigo. Agora não é necessário. Não dignifica esta Casa dar uma imagem de que se está aqui a discutir grandes diplomas, quando no fundo estes diplomas não são mais do que meras adaptações de diplomas nacionais à Região. Um diploma com 75 artigos em que se transcreve quase 50, não me digam que isso é um diploma novo. É uma adaptação à Região das matérias em que são específicas da Região.

Portanto, nós não acicatamos o veto, lamentamos o veto, mas no fundo não podemos deixar de manifestar alguma concordância, que já prevíamos que acontecesse, relativamente aos argumentos de apropriação de legislação nacional para legislação regional.

Quanto à habitação degradada, essa sim, eu sei que incomoda o PS, nomeadamente o Sr. Secretário Regional da Habitação. Aí sim, elevou-se, arriscou-se, entrou-se eventualmente em conflito com algumas normas, mas não houve uma transcrição de diplomas nacionais ou de normativos de diplomas nacionais. Aqui sim, houve uma verdadeira inovação, aqui é que nós tentámos ir um pouco mais além no exercício do nosso poder legislativo e no exercício da autonomia. Aí, Sr. Deputado, também não concordo.

Relativamente ao Sr. Secretário, até porque o Sr. Secretário disse que tem pouco tempo, se tem pouco tempo é melhor reunirmo-nos, porque nas reuniões não há tempo regimental e, portanto, aí talvez possamos esclarecer.

E para acabarmos, de uma vez por todas, Sr. Secretário, é porque começamos a ficar aqui de tal forma saturados com as ameaça de que se não se aprovar as obras param, que a zona classificada fica em risco. Nós estamos aqui com seriedade. Angra de Heroísmo merece o nosso respeito, particularmente para quem é de lá, mas para todos os açorianos em geral. Nós estamos empenhados e entusiasmados para que nada possa ser feito em prejuízo de Angra. Agora temos com seriedade dizer quais são os efectivos e reais riscos que a não aprovação do diploma, nesta Sessão, pode ter para Angra? Quais são os efectivos reais e documentados riscos que podem ocorrer pela não continuação de uma obra pelo facto desta legislação não ser aprovada aqui? Se isso acontecer, essas coisas não foram causadas pelo Sr. Secretário. Mas é bom que a gente veja papéis, porque é que não se abre o jogo, pois estamos aqui todos empenhados na mesma causa. Nós vamos fazer aqui uma calinada jurídica, vamos fazer uma coisa que é contrária a qualquer sistema normativo e o Sr. Deputado Vasco Cordeiro nem sobre isso se pronunciou, é porque deve concordar comigo.

É contrário a qualquer sistema normativo, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Olhe que não!

O Orador: ... a qualquer processo legislativo. Vão partir do tecto para as fundações, vamos partir do telhados para as bases. Bem, vamos evitar pôr em causa a própria dignidade do Parlamento, sem ter a garantia absoluta de que isso é fundamental para não pôr em risco a Zona Classificada de Angra e qualquer obra que nela seja feita.

Deputado José Maria Bairos (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As preocupações aqui apresentadas pelo Sr. Deputado Jorge Valadão também nós as temos e penso que são fundamentadas.

O Sr. Secretário em relação à matéria da Zona Classificada, coloca o problema da Marina, como aliás a Comunicação Social já vem referindo. Da nossa parte o que pretendemos são esclarecimentos, porque o que aqui se põe é a necessidade deste Parlamento estar devidamente esclarecido sobre esta matéria.

Sr. Secretário, a UNESCO, que eu saiba, nunca disse não à Marina.

O Gabinete da Zona Classificada nunca emitiu pareceres sobre a não construção da Marina de Angra do Heroísmo.

Por outro lado, sabemos que há alguns portos históricos na Espanha onde o recreio e a diversão foram trazidos para essas zonas, e eles continuam a ser classificados, e continuam a ser classificados pela própria UNESCO.

Ora, o que nós pretendíamos saber é qual o artigo da sua proposta, diferente da legislação actual, que vai ou não permitir a implementação da Marina?

É esta a questão e este parlamento tem o direito de que ela fique perfeitamente clarificada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Realmente eu creio que a solução terá que ser a tal reunião. Mas muito brevemente, os pontos são muito simplesmente os seguintes: A consagração legal do Plano de Salvaguarda e Valorização, que é o ponto mais importante. A existência de uma Zona de Protecção em torno do bem classificado, é o segundo aspecto. O terceiro aspecto é a eliminação daquilo que eu mesmo considero com discricionariedade excessiva da parte política e que, portanto, pode levar a opções de planeamento que não sejam consentâneas com o bem a classificar.

Não existe nenhuma objecção em relação ao Gabinete, o Gabinete é, digamos, acessório em todo este processo.

Quanto à questão da UNESCO se pronunciar negativamente, ela nunca se pronunciou nem negativamente, nem positivamente. Apenas levantou um conjunto de dúvidas e um conjunto muito fundamentado de objecções a determinados aspectos da obra, nomeadamente: a altura do molhe, o seu enraizamento, a sua orientação, a sua abertura e a sua posição naquela zona da baía. Portanto, aspectos construtivos. Não vai ser possível atender a nenhum destes aspectos, porque o projecto já está adjudicado, quer dizer, vamos ter que fazer a obra sem respeitar nenhuma das recomendações, excepto, talvez, a que diz respeito à altura do molhe porque está ainda a ser testado em termos laboratoriais.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Jorge Valadão, traz-nos aqui algumas matérias, nomeadamente o que ocorreu neste Parlamento, em relação ao diploma da gestão das escolas e às diferentes leituras político-jurídicas que aqui já foram apresentadas e que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro também aqui já deixou a sua posição.

O Grupo Parlamentar do Partido Popular queria dizer, aliás, na altura absteve-se relativamente a esta matéria, com as preocupações e com os fundamentos que eu não vou repetir e que o Deputado Jorge Valadão aqui enunciou, que aqui há uma questão que resulta politicamente do que aconteceu e que o Partido Popular não pode deixar de também politicamente aqui introduzir ou referir, que foi o facto, de com maior ou menor consciência, este Parlamento ter aprovado o diploma na leitura técnico-jurídica que o Grupo Parlamentar do PS aqui introduziu, leitura essa que era suportada pelo Governo, autor da proposta, e as consequências do veto do Ministro da República, como é óbvio em termos políticos, recaírem sobre a imagem deste Parlamento, porque a Comunicação Social e os observadores não fizeram incidir as responsabilidades sobre o proponente, mas fizeram incidir a responsabilidade sobre quem aprovou. Aqui é que eu gostava de referir o seguinte: V.Exa. Sr. Secretário Regional da Educação, que eu saiba, e peço que me corrija, nesta Assembleia, durante o debate, nunca manifestou, nem secundou as suas dúvidas sobre o enquadramento constitucional do diploma, e quando interrogado sobre as consequências do veto, foi inequívoco na manifestação de que isso seria irrelevante, que tinha sereíssimas dúvidas sobre o próprio diploma, e, por conseguinte, que a decisão de veto do Ministro da República não teria surpreendido o Governo. É sobre isso, e acho que está tudo ligado com a questão que o Sr. Deputado Jorge Valadão aqui levanta, que nós queríamos manifestar a nossa estranheza, porque temos que assumir até ao fim as consequências do que fazemos e se havia alguém nesta Casa que logicamente não ficava surpreendido com o que aconteceu foi naturalmente aqueles que não aprovaram o diploma, exactamente porque receavam que viesse a

acontecer o que aconteceu, o veto do Sr. Ministro da República. É um reparo político que gostaria aqui de fazer.

Sr. Secretário, fica muito bonito lá fora ter-se esse à vontade e essa atitude de compreensão para com a situação, mas quando estamos aqui a analisar os diplomas muitas vezes não há esse discernimento e essa honestidade política de partilhar connosco essas dúvidas. Se assim fosse talvez o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também tivesse tido outro tipo de reflexão sobre a matéria e não tivesse arriscado da maneira que arriscou.

Levando essa questão para a questão do diploma sobre a Cidade Património de Angra do Heroísmo e embora na prática estejamos um pouco a antecipar a discussão do mesmo, mas compreendo a lógica do Sr. Deputado Jorge Valadão e mais uma vez aqui, Sr. Secretário da Educação, estamos outra vez perante um caso em que não parece surgir uma posição inequívoca e clara do Governo que fundamenta essa tal super urgência, porque V. Exa. ainda agora acabou de referir que, politicamente, já o tinha feito no passado e as obras da Marina avançam, avançam por responsabilidade política do Governo.

Acaba V. Exa. de responder perante esta Assembleia que vão avançar de acordo com o projecto existente e por conseguinte nem os reparos introduzidos pela UNESCO são susceptíveis de serem, pelo menos alguns deles, acautelados. Portanto, por aí não será o diploma que se pretende ver aprovado aqui hoje que irá condicionar o que quer que seja.

V. Exa. diz que há um compromisso verbal com a UNESCO em relação a um determinado tipo, digamos, de calendário, Sr. Secretário, se isso não é comprometer o ritmo e a qualidade do trabalho desta Assembleia, então eu pergunto o que será? Porque V. Exa. não se pode comprometer com ninguém, nem sobre o conteúdo do diploma porque este vai ser definido por esta Assembleia e muito menos sobre o calendário. Refere V. Exa. que isso tem a ver com a questão eventualmente com a tal zona de protecção, mas a zona de protecção que eu saiba até está garantida nas propostas que estão pendentes sob esta Casa, não há, digamos, risco sobre essa matéria e a nossa preocupação é essa, que não se enverede por posições que entrem no campo de alguma teimosia política e que não atenda aos superiores interesses da

Região e aos superiores interesses deste Parlamento, para não citar o que aqui foi muito bem dito pelo Sr. Deputado Jorge Valadão, que é o quanto negativo seria para todos nós que um diploma desta importância amanhã estivesse prejudicado em função da aprovação de diplomas ao nível da Assembleia da República.

Por todo esse conjunto de razões, continuamos também a aguardar, Sr. Secretário, que aqui coloque uma razão inequívoca, objectiva, documentada, fundamentada que suporte a pressão que V. Exas. estão a exercer sobre esta Casa, porque não admitimos que haja chantagem. Isto é colocar perante a opinião pública que necessariamente está ansiosa e confusa sobre essa matéria, porque é uma matéria complexa e não podemos ter dois jogos, um aqui dentro e outro lá fora, porque ninguém quer ser objectivamente responsável por uma imagem errada que se faça transmitir para a opinião pública de que este Parlamento não está aqui a cuidar dos superiores interesses da Região e sim por teimosia do Parlamento é que as coisas não andam, ou por oposição não construtiva e responsável é que as coisas não andam. Já foi feito esse apelo e o PP, termina já Sr. Presidente, lançando novo apelo.

Há questões que devem estar fora da luta político-partidária. Há questões que não devem ser objecto de arremesso partidário, porque podem prejudicar grandemente aqueles que visa beneficiar. O caso do diploma sobre a Cidade Património de Angra parece que seria um caso exemplar.

Ouçó o Sr. Secretário falar em reuniões, eu não sei de tempo e não sei como é que isso equaciona com o nosso trabalho. Para isso há as Comissões da Assembleia, para isso há um trabalho mais ponderado. Que não aconteça sobre essa matéria o que já aconteceu sobre outras, que haja supra-urgências e que amanhã estejamos aqui todos arrependidos e envergonhados daquilo que se possa fazer. Portanto, já que o assunto veio à colação, antecipando um pouco a ordem de trabalhos, não podíamos deixar de pôr aqui esta questão. Faço um apelo ao Governo para que trate essa matéria com o rigor técnico que ela exige e que eventualmente chegue a um acordo quanto ao destino a dar a isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As razões já aqui as apresentei, não as vou repetir, são razões, não há um compromisso, conforme o Sr. Deputado estava a dizer, de tempos, o que há sim, era a necessidade que me parece importante de manifestar boa fé neste processo, ou seja, nós não vamos seguir determinadas coisas, mas vamos seguir pelo menos outras. É muito difícil estar a explicar a quem não reside cá todos os passos para aprovação do diploma e, portanto, isso pouco interessa.

Eu não me comprometi com datas, nem com conteúdos, como aliás não o podia fazer. Parece-me sim, que é importante que se faça, realmente da parte da Região, uma caminhada no sentido de se cumprir pelo menos alguma coisa quando se vai desrespeitar flagrantemente outras coisas. É apenas isso, não há aqui nenhuma pressão, nenhuma chantagem. Sejam claros.

Srs. Deputados, espero que tenham compreendido bem as minhas palavras, falei com clareza e os Srs. Deputados farão o seu julgamento e dirão se acham importante ou não.

Quanto à questão que levantou em relação ao diploma que foi vetado pelo Sr. Ministro da República, eu gostava de dizer o seguinte: eu continuo, ainda hoje, a acreditar que era um bom diploma e que devia ter sido feito assim. Quando eu disse que não me espantou o veto, foi porque, aliás, os Srs. Deputados tinham levantado essa questão, as pessoas que juridicamente trabalharam o diploma dividiam-se, diziam que poderia ser vetado, outras diziam que não seria vetado, ou seja, não foi nenhuma surpresa, não foi uma coisa que tivesse caído do azul. É efectivamente, uma possibilidade que existia, mas eu continuo ainda hoje, firmemente a acreditar que era um bom diploma e que deveria ter sido posto em vigor. Esta continua a ser a minha posição, como era a minha posição à data da discussão.

Muito obrigado.

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Vão continuar a copiar os artigos e eles a vetar! E nós vamos continuar a aplaudir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro já há pouco referiu que estamos numa discussão antes do tempo, mas eu penso que a importância desta discussão é de tal forma que nós temos efectivamente que a fazer, e temos que a fazer em consciência, porque ela é, de facto, importante e este Parlamento não pode suicidamente avançar para riscos desnecessários.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): *Muito bem!*

O Orador: O Sr. Secretário fala no Plano de Salvaguarda como fundamental, e relaciona isto com o Projecto da Marina. Sr. Secretário, nós ouvimos em função da proposta apresentada pelo Governo, alguns técnicos. Tenho aqui alguns apontamentos e há um que me diz: "o actual Plano de Salvaguarda está em trabalhos há três anos, ou teve trabalhos durante três anos", ...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Menezes): Foi abandonado em 92!

O Orador: ... portanto, existiu já trabalho de salvaguarda que não foi acabado. Esse técnico também diz: "num ano não se fará Plano de Salvaguarda nenhum", é afirmado por um técnico à Comissão, as palavras que eu tenho aqui apontadas, e penso que não as aponte mal "num ano não se fará Plano de Salvaguarda nenhum", foi o que foi referido. Ora, se estamos, de facto, a falar de um Plano de Salvaguarda que vai levar alguns meses, um ano ou dois para se fazer, não é por aí que vamos a lado nenhum em relação ao que o Sr. fala.

Em relação à discricionalidade, essa discricionalidade todos nós já a assumimos que tem existido, que é necessário limitá-la, tudo bem, mas também não é por aí que de um momento para o outro, não é com a aprovação hoje, que essa situação vai ficar resolvida ou com essa aprovação depois da lei que está em tramitação na Assembleia da República. Portanto, Sr. Secretário, dá-me a impressão que a sua argumentação até ao momento ainda não foi capaz de esclarecer completamente aquilo que está em causa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Uma simples aportação para trazer a esta Câmara a impressão com que fiquei como Presidente da Assembleia Municipal de Angra, na companhia de Líderes Parlamentares da Assembleia.

Também tivemos a oportunidade, aquando da deslocação dos técnicos da UNESCO e do ICOMOS, de contactar com a delegação, aliás na presença do Sr. Secretário Regional da Economia e de outros técnicos ou responsáveis que acompanharam a visita, e dizer aqui nesta Casa que colhemos a impressão de que a UNESCO não se irá opor à construção da Marina de Angra. Ficou claro que as pessoas em questão não se iriam pronunciar, porque não lhes competia fazer tal, mas também ficou bem claro o estarem sensibilizadas para a importância da Marina para Angra, para a ilha Terceira, para os Açores e da satisfação com a garantia que lhes foi dada, por parte de todos com quem contactaram, de que se iriam dar os passos necessários para se ir ao encontro daquelas salvaguardas que por eles tinham sido colocadas.

O Sr. Secretário Regional cumpriu a sua parte, trouxe até esta Câmara o trabalho que se comprometeu a fazer.

A Assembleia Municipal cumpriu a sua parte, analisando e dando o seu contributo.

Os Grupos Parlamentares fizeram o mesmo. O PSD cumpriu também a sua parte ao dar o seu contributo para tão importante questão ao apresentar uma proposta de substituição.

O Parlamento está a cumprir também a sua função ao tomar, nomeadamente, a posição que acabou por ser aqui enunciada pelo Sr. Deputado Jorge Valadão, ao dizer das razões, das preocupações que nos assistem. Tomamos eventualmente uma decisão que poderá não ser a mais correcta ou adequada, uma vez que neste momento a seguir os seus trâmites legais está uma lei de bases da cultura. Julgo que o Sr. Secretário tem argumentos mais do que suficientes para junto da UNESCO dizer que está cumprindo aquilo que prometeu, como nós também estamos cumprindo aquilo que nos cabe, ou seja, há uma lei de bases que está em curso e a UNESCO só pode é ficar satisfeita e gratificada por ver que não só a nível regional como a nível nacional uma matéria de tão grande importância como é a da cultura, da salvaguarda e

valorização do património está globalmente a nível nacional a ser estudada e a ser equacionada e que esta Casa tem como direito que lhe assiste e tem todo o interesse para que essa salvaguarda seja feita da melhor forma, em que se estudem e aprofundem com a devida cautela temas e assuntos tão importantes como estes. A UNESCO só pode ficar satisfeita com isso, vendo que efectivamente todos estão a dar o seu melhor para que se salvguarde aquilo que é preocupação fundamental desse organismo internacional.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos fazer o nosso intervalo regimental de 30 minutos. Peço aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares o favor de nos encontrarmos daqui a uns vinte, vinte e poucos minutos, ali na sala da Mesa, para acertarmos os nossos trabalhos.

(Eram 18.20 horas)

Presidente: Srs. Deputados, peço o favor de ocuparem os vossos lugares.

(Eram 19.10 horas)

Vamos dar início ao nosso **Período da Ordem do Dia** e conforme tinha ficado combinado ontem, transitou para hoje a questão da Agricultura.

Estava inscrito o Sr. Deputado António Almeida, a quem dou a palavra para fazer a sua segunda intervenção.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de situar o início da minha intervenção com a notícia dada ontem na sequência de uma nota informativa do Gabinete de Imprensa do Governo Regional, em que permite que haja um título "Governo Satisfeito com a PAC". Nessa mesma notícia é feita também referência de que essa satisfação decorria da salvaguarda das posições sectoriais apresentadas pelos Açores. Não me vou obviamente cansar de voltar a repetir, o facto dos Açores nunca terem tido conhecimento de quais as posições que o Governo Regional assumiu sobre essas matérias, nem no início das discussões da Agenda 2000, nem agora no Conselho de Ministro da Agricultura.

Em segundo lugar gostaria de fazer uma súmula das três questões essenciais que concluí da comunicação efectuada pelo Sr. Secretário ontem aqui no Plenário da Assembleia,

Em primeiro lugar ficou claro que as ajudas de apoio ao rendimento, fixadas pelo Conselho de Ministros da Agricultura, não compensam totalmente a quebra de rendimentos que possa advir da redução de preços de intervenção fixados para as OCM (????) da carne de bovino e do leite e produtos lácteos.

Há pouco, no directo que tivemos oportunidade de participar, ouvi o Sr. Secretário Regional, fazer referência ao facto da redução dos preços de intervenção não estar cientificamente testado que a redução dos preços de intervenção pudessem vir a ter consequências na Região Autónoma. Gostaria de lembrar o que se passou em 93 na sequência de um Regulamento Comunitário que previa uma redução de preços de intervenção do leite em pó e que, por via disso, a Comissão também havia considerado um subsídio directo ao produtor para compensar a perda de rendimentos, foi daí que acabaram por acontecer as manifestações de agricultores que toda a gente conhece e como tal não é preciso provar cientificamente nada. O que se passa no mercado de leite e lacticínios e de carne de bovinos na União Europeia tem consequências na Região Autónoma dos Açores. Da nossa parte o que queremos é que não tenham más consequências na Região Autónoma dos Açores e é nesse sentido que nós sempre defendemos que desde o início da apresentação do documento da Agenda 2000 a Região devia estar totalmente envolvida na defesa dos interesses comuns. Esse trabalho não foi feito, continua a não ser feito. Temos receio de que em relação ao desenvolvimento rural isso possa vir a acontecer.

Em segundo lugar, a confirmação, e ontem o Sr. Secretário disse aqui de que nos próximos anos a perspectiva do aumento da produção do leite e lacticínios estava condicionada ao facto da fixação de quotas leiteiras até 2006. Gostaria de dizer que isso é também matéria que nos preocupa, quando a Região está num processo de investimento, designadamente, ao nível das agro-indústrias em todas as ilhas dos Açores, ficarmos com a certeza de que não tiramos partido da possibilidade de haver uma excepção dirigida à Região Autónoma dos Açores em termos de aumento de quota nesse processo negocial, pensando que isso é nefasto e temos exemplos do

passado. Há um conjunto de projectos segundo as posições do Governo Regional, projectos de investimento dos agricultores na área de leite e lacticínios que tem estado condicionados à falta de quota leiteira, espero bem, que se venham a resolver via Estado Membro, dentro de Portugal, se consiga superar aquilo que não foi possível fazer no Conselho de Ministros da Agricultura.

Gostaria de lembrar que houve como resultado dessas negociações, modelações e medidas de excepção.

Desde logo em relação à quota leiteira, a Grécia, a Espanha, a Itália e a Irlanda tiveram aumentos substanciais no plafond das suas quotas leiteiras fixadas. Tiveram aumento da ordem dos 11%, da ordem dos 10% e da ordem de 6%.

O aumento global da quota leiteira na União Europeia foi da ordem dos 2,4% e Portugal ficou-se pelo 1,5%. É óbvio que Portugal não defendeu neste caso as necessidades dos Açores em termos de quota leiteira.

Finalmente e em relação ao desenvolvimento rural, dossier que achamos não está encerrado, achamos que a Região deve empenhar-se naquilo que se poderá passar e naquilo que poderá ser um regime de excepção para os Açores em termos do conjunto mais importante de apoio e critérios exigíveis para os principais investimentos de carácter público e privado na agricultura. Desde logo o desenvolvimento rural abrange os investimentos essenciais que estão contemplados na Medida Agricultura do PEDRAA II e penso que está na hora de podermos corrigir a ficha financeira que muito bem foi acusada de ser insuficiente no segundo Quadro Comunitário de Apoio.

Volto a dizer o que já disse aqui ontem. Não faz qualquer sentido que quem tenha defendido a duplicação de fundos comunitários para a agricultura fique agora contente pela sua manutenção. Achamos que é estrategicamente errado fazer isso.

Em relação ao processo de diálogo, volto a lembrar que quando a Comissão Europeia apresentou o documento Agenda 2000 no Conselho Regional de Agricultura, foi este o documento que foi distribuído aos parceiros sociais e aos quais foram pedidos pareceres, nós entendemos que estes parceiros sociais não existem essencialmente para dar pareceres sobre documentos da Comissão Europeia. Nós entendemos é que o Governo Regional deve ter os seus documentos, com as suas posições, com os seus

objectivos sobre essas matérias e é sobre isso que os parceiros sociais se devem pronunciar. Achamos que o processo negocial não decorreu bem pela sua forma e achamos que ainda estamos a tempo de procurar defender uma posição comum dos Açores nesta matéria.

Presidente: Há pouco quando iniciamos estes trabalhos não fiz referência, mas ficou combinado na Conferência de Líderes que o PS, o PSD e o Governo tem 10 minutos, o PP tem 5 minutos e o PCP tem 3 minutos para este debate da Agricultura, findos os quais o debate termina.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Élio Valadão para uma primeira intervenção.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A minha intervenção é relativamente breve e tão só para exprimir a satisfação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista em relação à intervenção do Sr. Secretário proferida ontem, e desde logo porque o Grupo Parlamentar do PSD de há uns tempos a esta parte tem criado um certo alarmismo em torno das questões ligadas ao processo da reforma da PAC.

Ontem ficou demonstrado que os agricultores açorianos não têm receios, não precisam ter receios em relação ao novo Quadro Comunitário de Apoio. Isto desde logo, porque, os nossos produtos até ao momento dificilmente têm sido candidatáveis, porque não tem havido essa necessidade, a preços de intervenção, como tal o abaixamento do preço de intervenção ao ser compensado por prémios ao rendimento só vem trazer vantagens financeiras aos agricultores açorianos e desde logo dava apenas o seguinte exemplo, designadamente no sector da carne de bovino: prevê-se que no âmbito do FEOGA Garantia, no ano cruzeiro, os subsídios ao rendimento para compensar as perdas de rendimento da carne de bovino possam duplicar em relação ao ano de 98. No que se refere à questão da dotação da Medida Agricultura para este terceiro Quadro Comunitário de Apoio, parece-me que a manutenção ou um ligeiro aumento dessa dotação poderá vir de encontro às necessidades da agricultura açoriana, isto desde logo porque este Governo conseguiu, desde que tomou posse, aumentar substancialmente essa dotação. Tem feito contactos em Bruxelas e aumentou em mais de 7 milhões de contos a dotação das verbas destinadas ao investimento na Agricultura e tanto mais que neste Quadro

Comunitário de Apoio uma verba considerável foi aplicada em investimentos do primeiro Quadro Comunitário de Apoio, ou seja, o que os Governos do PSD libertaram para este Quadro Comunitário de Apoio foram apenas 16 milhões de contos. Nós estamos a falar para um terceiro Quadro Comunitário de Apoio de uma verba superior a 30 milhões de contos. Portanto, é um valor significativamente diferente. Se quisermos entrar em mais pormenores pois podemos avançar com números concretos de como é que os investimentos foram feitos, de como é que os compromissos foram assumidos e que reclamações, de facto foram realizadas já por este executivo.

Portanto, parece-me que a posição de alarmismo e que funciona tão só no quadro das hipóteses e desde já estar a passar uma mensagem que não vai de encontro àquilo que embora não seja um dossier ainda completamente encerrado, mas que se perspectiva que venha a acontecer, é perfeitamente descabida.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para completar o meu raciocínio.

Nós somos apenas defensores de que os agricultores devem saber a verdade para poderem gerir a contento as suas explorações. É só nesse sentido que nós achamos que devem deter toda a verdade. Nunca responsabilizámos, e já o disse ontem, a Região sobre o processo negocial da reforma da PAC. Foi o Governo Regional que criou expectativas quanto à sua presença no processo negocial, o que nós discordamos sempre foi da forma como a Região não soube sensibilizar as instâncias comunitárias desde a apresentação do documento Agenda 2000 até ao presente.

Gostaria também de lembrar duas questões que coloquei aqui ontem e que não mereceram resposta.

O Sr. Secretário disse que tinha sido tomada uma posição estratégica para os vários sectores, que tinha sido feito um documento vasto sobre essas matérias, gostaria de saber se o Sr. Secretário está em condições de remeter a esta Assembleia esse documento?

Uma segunda questão que coloquei, já no âmbito mais alargado, tinha a ver com o compromisso do Governo Regional em elaborar três documentos sobre o PEDRAA III: o Diagnóstico da Situação Económica e Social, a Definição da Estratégia de Desenvolvimento e a Programação Financeira. Estes três documentos estavam previstos estarem concluídos no final do ano passado, presumo eu, para que nessa fase negocial da Agenda 2000 já estivessem em condições de discussão pública, de apreciação e de recepção de contributo. Gostaria de saber se em relação a estes documentos o Governo Regional está em condições de os remeter a esta Assembleia?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na continuação da reflexão que ontem todos estivemos a fazer sobre esta matéria e que estamos a concluir, dá-me a impressão que neste momento ainda é cedo para afirmações categóricas. Ou sim, ou não. Dá-me também a ideia que há determinadas pessoas que neste momento querem conclusões. Da nossa parte não o fazemos, porque pensamos que, efectivamente, esta avaliação tem que ser feita no futuro, mas temos fundamentalmente que procurar aprofundar e tirar conclusões.

Ontem o Sr. Secretário referiu o problema das quotas leiteiras, que ainda temos a nível de Portugal, quotas leiteiras subaproveitadas. Quanto a esta matéria queria fazer uma afirmação, fruto de algumas leituras que fiz: li um documento espanhol, segundo o qual, eles espanhóis, nas negociações da PAC tinham conseguido um aumento substancial das suas quotas leiteiras. Ora, aqui há um aspecto que lamentavelmente nós não conseguimos e que teria sido importante, em nosso entender, que tivesse havido da parte de Portugal, e que iria sem dúvida nenhuma beneficiar a Região Autónoma dos Açores, um aumento em relação às nossas possibilidades de produção, o que de facto não se conseguiu.

Em relação ao aumento das vacas aleitantes, dos bovinos machos, é uma matéria que nós não chegamos a conclusões, porque segundo creio o aumento português é de 3%. Portanto, na negociação existe um aumento nacional de 3% em relação ao prémio para as vacas aleitantes e bovinos machos. Será isto suficiente? É o problema que se põe. E destes 3% o que é que vai caber a Portugal se isto, efectivamente, é assim?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu estava-me reservando para intervir quando surgissem questões novas. Penso que das intervenções feitas até agora nada de novo surgiu. A única coisa de novo que surgiu aqui foi uma declaração espantosa de que a evidência científica sobre baixa de preços foi uma manifestação que ocorreu em mil novecentos e tal. É espantoso, de facto. Mas eu, de facto, também, já agora, queria citar estudos que não são estudos do Governo Regional, são estudos de instituições internacionais de reconhecido mérito, que, aliás estão publicados, basta ler, numa revista da especialidade, em português. É um estudo elaborado pelo Instituto de Economia Agrícola do Centro de Investigação Federal Agrícola de Bransvique, na Alemanha, que faz uma comparação sobre diversos cenários de competitividade e diversos cenários de liberalização e chega esse estudo à conclusão que, evidentemente, como qualquer estudo científico é uma conclusão debatível, mas que está fundado em conhecimentos, em práticas e métodos reconhecidos que no caso de se verificar uma compreensível liberalização do comércio internacional o preço mundial do leite não excederia, a longo prazo, na Europa, entendendo neste caso também as diferenças de custos de transportes, os 46\$73. Quero dizer que numa hipótese de liberalização total, de total desmantelamento dos regimes actuais este Centro de Estudos diz que o preço poderia descer até 46\$73. Eu não sei se os Srs. Deputados sabem quais são os preços que se praticam na Região neste momento e o que é que se tem verificado nestes dois últimos anos em função da nova classificação de leite e da competitividade da Região? Posso dizer que por exemplo o preço médio na Ilha Terceira no mês de Fevereiro foi de 50\$64, em Janeiro foi de 51\$99, tendo-se verificado ao longo dos últimos dois anos e sobretudo no último ano em função da classificação do leite, um aumento substancial do preço do leite e isto numa situação de aumento de competitividade da indústria.

Portanto, não percebo o que é que manifestações têm a ver com a questão da competitividade.

No que respeita à situação das quotas, eu não percebo também como é que se podem fazer juízos do tipo -"se a Espanha conseguiu, então Portugal também devia ter conseguido"- . Eu só recordo que é preciso também, saber qual é a situação de cada país. É evidente que seria preferível para todos os países conseguirem aumentos de quotas, mas quando um país como Portugal ainda não atingiu o limite da sua quota, está aquém dessa quota, quando as estruturas profissionais do sector se preocupam exactamente com o facto de atingir essa quota e da quota ser redistribuída para as regiões mais produtivas, não percebo qual é o pessimismo quando é o Governo português que consegue impôr das negociações mecanismos de transferências de quotas que permitem exactamente isso, que a quota de produtores não activos seja transferida para produtores activos, ou seja, que quem produz possa vir a ter quota. Não vejo quais são as preocupações a esse nível. É evidente que a Ministra espanhola, o Ministro italiano estão satisfeitiíssimos, porque tinham uma quota aquém da sua produção e essa era uma reivindicação extremamente forte e que conseguiram. Isso não quer dizer que nessas negociações Portugal deve ter a mesma reivindicação que os espanhóis, porque evidentemente o problema que existe em Espanha é completamente diferente do problema que existe em Portugal. Temos que nos preocupar é em utilizar a quota que temos. Desse ponto de vista penso que foi correcta a posição nacional de conseguir mecanismos de flexibilização que nos permitem utilizar essa quota e no dia em que a atingirmos, pois então, se houver condições e se houver necessidade iremos reivindicar aumentos de quotas junto da União Europeia.

Não vejo qual é a força de uma posição negocial em que se reivindicar 100, 200, 500 mil toneladas de litros de leite e para depois nos responderem: "Bem! Então os Srs. ainda nem atingiram a sua quota, como é que querem isto?"-

Essa seria uma posição negocial de perfeita fraqueza, seria uma posição inconcebível de quem quer ser derrotado à partida. Essa não foi a posição portuguesa,

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

Deputado José Maria Bairos (PSD): Por isso é que Portugal votou favoravelmente!

O Orador: ... essa não foi a posição da Região.

Também não percebo, como é que se fazem estes raciocínios: "porque a Região não tem papéis, ou não entregou papéis a fulano tal, ao Sr. Deputado A e B".

Penso que a questão principal é a Região conseguir ou não conseguir, é o País conseguir ou não conseguir que as compensações atribuídas por possíveis baixas de preço sejam ou não sejam importantes, o que é um facto é que as compensações, como eu tive aqui ontem ocasião de explicar, subiram substancialmente, que as transferências, as ajudas ao rendimento vão subir. Essas não são conclusões provisórias, essas são conclusões definitivas do compromisso final no Conselho de Ministros da União Europeia.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

O Orador: Meus Senhores, vamos discutir com seriedade estas questões. Há pontos em que a Região tem de ser reivindicativa e tem que conseguir ainda adicionar, ganhar pontos lá fora. Nós temos de conseguir na fase em que somos nós que temos que escolher a Região, negociar melhor uma revisão final do POSEIMA. Aí sim, temos de conseguir negociar um bom programa operacional para a Região, sim senhor, temos que conseguir fazer isso, mas não era isso que estava em causa nestes Conselhos de Ministros, não eram essas questões que estavam a ser discutidas e não faz sentido trazer isso para a discussão de um Conselho de Agricultura. Também não faz sentido nesta Casa perguntar ao Secretário Regional da Agricultura onde é que está o Plano Regional de Desenvolvimento da Região, se calhar esqueceu-se que eu não tenho essa competência. Quem tem essa competência é o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento e que estes documentos que pediu deve-os pedir ao Governo, inevitavelmente, mas ao departamento correcto, a não ser que não conheça a orgânica deste Governo.

Meus Senhores, nesta discussão, aqui hoje, eu não vi aduzidos argumentos absolutamente novos, não vi aduzidos argumentos substanciais de razão científica, o que eu vi foi o lançar permanentemente de dúvidas de suspeições. Meus Senhores, isso não é, de facto, uma discussão que acrescente um ponto, que esclareça alguma coisa aos nossos agricultores e eu penso que o objectivo deste debate, e eu respondi com franqueza àquilo que achei que era a minha obrigação institucional, que era de nesta Casa prestar contas daquilo que tinham sido os resultados. Prestei-os de forma

franca, de forma directa, de forma completa. Sinto que o fiz porque era a minha obrigação, porque o devo fazer, porque tenho essa responsabilidade perante os eleitores e perante os seus representantes nesta Casa. Mais não posso dizer.

Muito obrigado a todos.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Tenho situado a minha discussão na sequência da sua comunicação de ontem e ela não me trouxe, a mim pessoalmente, nada de novo.

O que aqui disse ontem consta nos documentos do Conselho de Ministros da Agricultura. Não me trouxe qualquer novidade.

O que foi deliberado no Conselho de Ministros da Agricultura serve a qualquer agricultor europeu, inclusive ao agricultor açoriano.

Em segundo lugar, foi o Sr. Secretário Regional que disse publicamente, espero que não o desminta e que diga que é a Comunicação Social, e que não tem nada a ver com isso, de que no caso específico dos Açores alertou-se para a necessidade de se ter em atenção os diversos regimes existentes, nomeadamente o caso específico das Regiões Ultraperiféricas.

Neste capítulo, Fernando Lopes defendeu que, quando se assistir a modelações para casos específicos, caso das regiões desfavorecidas ou de montanha, que os regulamentos considerem também as regiões ultraperiféricas. Estou a situar-me neste exemplo, para lhe dizer Sr. Secretário que o Conselho de Ministros da Agricultura, procedeu a modelações atendendo às regiões de montanha, procedeu a modelações sectoriais e por Estado Membro e que disso não foi tirado partido em relação às regiões ultraperiféricas.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Diga quais!?

O Orador: Desde logo em relação à Áustria e à Finlândia há intenção de pagar uma ajuda diferenciada, porque neste caso mais de 50% das explorações se situam num esquema de extensificação. É apenas um exemplo em relação ao prémio da extensificação, na generalidade isso também acontece. Estou citando apenas um exemplo para dizer que bastaria um regime de excepção no caso das quotas leiteiras. É no meu entender também uma excepção. Isto é um argumento suficiente para que a Região procurasse também as tais modelações. O Sr. Secretário é que o disse,...

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Exactamente!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Já se esqueceu!

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: ... mais ninguém falou nisso, portanto, se a coisa não resultou não foi ao encontro daquilo que o Sr. Secretário faria tenção.

Gostaria também de lembrar que é o Sr. Secretário que diz que o pacote de ajudas ...

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo acabou.

O Orador: Já vou terminar.

... decidido nesse Conselho estará praticamente a compensar a quebra de rendimento lá para o ano cruzeiro de 2003. Recordo-lhe que nós estamos em 1999 e com aquilo que a Comissão faz, tal como aconteceu em 1993, quando criou expectativas negativas, e essa responsabilidade não é da Região, nem do Governo Regional. É uma expectativa criada ao nível da União Europeia, não o responsabilizo por isso, agora acho é que as pessoas devem saber qual é a intenção da União Europeia sobre as restrições orçamentais em relação à agricultura. Recordo também e volto a referir que os Srs. é que criaram expectativas, designadamente de investimento na agricultura que agora já se ficam pela manutenção das ajudas.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Tal pena!... Aumento de rendimentos! Mais dinheirinho!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Qual foi a posição açoriana no contexto da posição nacional? Era de que, efectivamente, e com base no artigo de Tratado de Amsterdão que em sede de programas específicos, e foi isso que eu voltei a repetir aqui, deveriam ser contempladas determinadas especificidades. Não estava em discussão neste Conselho de Ministros da Agricultura, nem esteve em discussão a situação específica dos Açores, pensamos que não era, e eu disse-o daquela tribuna, o momento correcto, do ponto de vista da defesa dos interesses da Região, estar a confrontar a situação duma região ultraperiférica como os Açores com outros casos que aguardam a sua oportunidade para subirem à tribuna, nomeadamente o caso que eu citei ali das Regiões Árticas, o caso das Regiões das Ilhas do Egeu, etc., ou seja, do ponto de vista da defesa dos interesses da Região, compete também ao Governo Regional escolher os momentos que considera correctos para apresentar e defender as suas posições, o que não significa abdicar das suas posições. Nós não devemos enfrentar os nossos adversários somente quando queremos, devemos enfrentá-los no terreno e nos momentos em que melhor os podemos ganhar. Essa é uma posição realista. No que respeita à criação de expectativas, penso que é tão prejudicial criar falsas expectativas positivas como é prejudicial criar falsas expectativas negativas. Penso que se tentou aqui, de alguma forma, criar falsas expectativas negativas. Penso que tentei nesta Casa traçar de uma forma clara quais são os resultados destas negociações.

Presidente: Sr. Secretário Regional o seu tempo já se esgotou.

O Orador: Eu acabo já!

Se há Deputados individualmente que têm essa informação, ainda bem!

Não estou aqui para responder individualmente ao Deputado A ou ao Deputado B, mas estou aqui para responder à totalidade dos Srs. Deputados. É esse o meu dever e foi isso que eu cumpri aqui. Portanto, não me sinto minorizado se determinado Deputado já tinha essa informação. Penso que cumpri o meu dever e vou continuar a cumpri-lo, seja neste Plenário, seja perante as Comissões que me quiserem ouvir.

Muito obrigado Srs. Deputados.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem!*

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): É tão evidente! Só aumenta o rendimento!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para dar um esclarecimento, designadamente em relação ao que o Sr. Deputado António Almeida disse no que se refere à redução dos preços de intervenção em 15%. Segundo a informação que eu tenho o que irá suceder é que os preços de intervenção serão reduzidos em 15%, em três fases, a partir da campanha de comercialização de 2003/2004. Desde logo, a situação até 2003 não se coloca. Trata-se apenas de clarificar esta situação e dar esta explicação à Câmara, porque das palavras do Sr. Deputado ficou a percepção de que, desde já, haveria a dedução e que não haveria a correspondente compensação por isso.

É só este esclarecimento.

Presidente: Não havendo mais intervenções encerramos o nosso ponto 1 da Ordem do Dia. Passemos então ao ponto 2, que é uma **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Licenciamento Comercial"**.

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional "Licenciamento Comercial" visa criar um regime de autorização prévia para o licenciamento comercial na Região Autónoma dos Açores, principalmente para áreas superiores a 1500 m² nas ilhas de S. Miguel e Terceira e 500 m² nas restantes ilhas.

Trata-se dum documento que vem revogar o Decreto Legislativo de 1994, no fundo fazer uma adaptação deste Decreto Legislativo à nova realidade, também à nova legislação que saiu a nível nacional em 1997, tal como o Decreto Legislativo de 94 fazia em relação ao Decreto-Lei de 92.

Define o objecto e o âmbito deste Decreto Legislativo em que ficam sujeitos ao regime previsto no presente diploma, as instalações ou modificações das unidades comerciais com área de venda contínua, superior a 1500 m², nas ilhas de S. Miguel e Terceira e de 500 m² nas restantes ilhas. O documento também distingue claramente

o que é uma modificação, o que é uma reestruturação, o que é uma área de venda. Fala-se no requerimento, como é que se deve processar este licenciamento, na tramitação do processo, na sua decisão, nos critérios de decisão, na caducidade de autorização, da comunicação prévia e registo, das vistorias, a fiscalização, as infracções, as respectivas multas e no embargo, demolição da obra e reposição do terreno, caso se verifiquem infracções graves.

Este decreto legislativo foi submetido à apreciação das Câmaras e da Associação de Municípios, da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores. As sugestões foram colhidas e vertidas neste documento. Este documento passou depois para a Comissão de Economia, Finanças e Plano da Assembleia Regional e no encontro que tivemos em Ponta Delgada sofreu necessariamente algumas modificações que considero de pormenor e que vieram melhorar, no meu entender, a escrita deste documento. Portanto, o decreto legislativo regional e as modificações apresentadas pela Comissão de Economia, Finanças e Plano, estão de acordo com o Governo, vêm melhorar aquilo que nós apresentamos, em todos os casos e, portanto, no meu entender são correcções de linguagem, como por exemplo a substituição da Secretaria de Economia, pelo Membro do Governo com competência na área do comércio. São situações como esta, algumas mais pertinentes outras menos, mas que não causam qualquer modificação da filosofia da proposta de decreto legislativo regional para o "Licenciamento Comercial" agora apresentada.

Trata-se duma área que precisa ser disciplinada, nós todos sabemos que há uma grande apetência para criar nas diversas ilhas, cada vez mais, grandes superfícies. Essas grandes superfícies vêm de certo modo interferir com a concorrência do comércio tradicional e estão salvaguardados um conjunto de princípios, tal como foi feito em 94, que me parecem ser importantes para que haja boa convivência entre os diversos sectores do comércio e com a população em geral.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O regime de rectificação de grandes superfícies comerciais foi adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional nº. 14/94/A, de 14 de Maio, aplicando-se à instalação ou alteração de unidades comerciais com áreas superiores em 1500 m² nas ilhas Terceira e S. Miguel e 500 m² nas restantes ilhas.

É preciso agora adaptar o regime às alterações que vêm registando ao nível do sector de distribuição e que estão a sofrer grandes transformações.

Este diploma visa criar um regime específico de autorização prévia de licenciamento comercial para a Região Autónoma dos Açores, como já referiu o Sr. Secretário, e que vai revogar o Decreto Legislativo Regional nº. 14/94/A.

De forma sintética o diploma em apreciação tem os seguintes aspectos relevantes: Ficam sujeitos ao regime de licenciamento nele previsto, os estabelecimentos comerciais cuja área de venda contínua ultrapasse os 1500 m² nas ilhas de S. Miguel e Terceira e os 500 m² nas restantes ilhas

Ao nível da tramitação dos processos centra-se e opta-se por centrar-se os processos que serão conduzidos pela Direcção Regional do Comércio.

Os critérios de decisão são semelhantes ao anterior regime e são estabelecidos também ao nível nacional.

Por fim, faz também a adaptação orgânica em conformidade.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista assume as alterações constantes no Parecer da Comissão de Economia e vai votar favoravelmente o diploma.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para referir que o Grupo Parlamentar do PSD concorda com a necessidade das alterações propostas pelo Governo, como foi aqui dito. Em sede da Comissão de Economia o diploma foi debatido, procedeu-se à audição do Sr. Secretário da Economia, procedemos às necessárias alterações e, portanto, o Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente o diploma assumindo as alterações que são propostas pela Comissão.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da nossa parte entendemos que a autorização prévia do licenciamento comercial é necessária, houve adaptações e melhorias em relação ao documento que agora é revogado. Não temos nada a objectar. Há dois ou três artigos que a Comissão, em nosso entender, melhorou no aspecto jurídico, o que nos apraz registrar. Por isso mesmo vamos votar favoravelmente este documento.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só para confirmar que, efectivamente, reconhecemos a oportunidade da iniciativa e que tal como o fizemos em sede da Comissão achamos e estamos de acordo com o teor do parecer e o resultado final aproveita aquilo que é fundamental no diploma e, portanto, em condições, na nossa óptica de ser aprovado.

Presidente: Agora sim, estamos em condições de pô-lo à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham, por favor, como estão.

Secretário: O diploma foi aprovado na generalidade por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à discussão na especialidade.

Artigo 1º.. Está aberta a discussão.

O artigo 1º. tem uma proposta de alteração da Comissão.

Vou pôr a proposta de alteração da Comissão à votação. Os Srs. Deputados que concordam mantenham, por favor, como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao artigo 2º..

Não há propostas de alteração. Está à discussão.

Não havendo intervenientes vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham, por favor, como estão.

Secretário: O artigo 2º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou pôr à discussão o artigo 3º.. O artigo 3º. tem uma proposta de alteração da Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente:

É para fazer uma recomendação à Mesa, isto é e atendendo a que todos os partidos estão de acordo, quer com as alterações, quer com o texto original, sugerimos que se possa fazer uma votação em conjunto de todos os artigos para os quais há alteração e depois para os que não há alteração.

Presidente: Não há objecções a este sistema. Então vou pôr à discussão na especialidade os artigos 3º., 4º., 5º., 7º. e 11º., isto é, todos os artigos que sofrem propostas de alteração subscritas pela Comissão.

Não havendo intervenções vou pô-los à votação.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se, por favor, como estão.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Então agora vou pôr à discussão na especialidade os artigos 5º., 8º., 9º., 10º., 12º., 13º. e 14º..

Não havendo intervenções vou pôr à votação este conjunto de artigos. Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se, por favor, como estão.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Os anexos I e II consideram-se votados como votamos os artigos.

Vou pôr agora à votação final global o diploma. Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se, por favor, como estão.

Secretário: O diploma foi aprovado por unanimidade em votação final global.

Presidente: O diploma baixa à Comissão de Economia para redacção final.

Estamos praticamente na hora regimental, vamos então suspender os nossos trabalhos.

Pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares para termos aqui uma conversa e recomeçaríamos às 10 horas.

(Eram 19.55 horas)

Presidente: Srs. Deputados, peço o favor de retomarem os vossos lugares, para reiniciar os trabalhos.

(Eram 22.35 horas)

Vamos entrar no nosso ponto 3 da Ordem do Dia., uma **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Princípios e normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens na Região Autónoma dos Açores"**.

Vou pôr à discussão, na generalidade, o diploma.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A presente proposta de decreto legislativo regional transpõe para a Região Autónoma dos Açores um conjunto de princípios e de normas que são aplicáveis à gestão de embalagens e de resíduos de embalagens que constam de uma directiva comunitária, Directiva 9462/CE, do Conselho, transcrita para a ordem interna pelo Decreto-Lei nº. 322/95, de 28 de Novembro.

A aplicação na Região Autónoma dos Açores deste Decreto-Lei nº. 366-A/97, de 20 de Dezembro, faz-se pela adaptação em termos de competências, em termos orgânicos e também em termos de definição de objectivos de valorização e reciclagem, transcrevendo para a ordem interna da Região os objectivos estabelecidos a nível nacional até Dezembro de 2005. Esses objectivos são aqueles que constam do artigo 7º. do citado Decreto-Lei e são até 31 de Dezembro de 2001 de uma taxa de valorização desses resíduos de 25% e no prazo de 2005, uma valorização de 50% com uma taxa de reciclagem de 25%. Igualmente este diploma cria uma Comissão Regional de Acompanhamento da Gestão de Embalagens e Resíduos de Embalagens semelhante àquela que existe a nível nacional e da qual fazem parte, para além de representantes do Governo Regional, um representante da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores e um representante da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores. As razões que presidem a esta composição têm a ver, por um lado, com as competências próprias das Câmaras Municipais no que respeita à gestão de sistemas de resíduos sólidos e também à sua participação em termos de observância destes objectivos de valorização e de reciclagem.

A participação do representante da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores tem por objectivo a participação dos representantes das actividades económicas responsáveis pela geração da maior parte destas embalagens.

Do ponto de vista prático esta proposta de decreto legislativo regional permite pôr em prática um dos grandes objectivos da política ambiental no que respeita à gestão de resíduos, ou seja, em primeiro lugar o da redução dos resíduos e em segundo lugar o da reutilização e da valorização dos resíduos. São estes os objectivos que norteiam a normalização de regras e de normas previstas na Directiva e que também norteiam a presente proposta de decreto legislativo regional.

Muito obrigado Srs. Deputados.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Resendes.

Deputado Luís Resendes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a discutir a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 15/98, que já foi discutida na Comissão de Economia e que, efectivamente, no essencial trata-se de uma adaptação orgânica, portanto, aquilo que é da competência do Governo da República é detido na Região Autónoma dos Açores pelas respectivas Secretarias que tutelam estas áreas que são a da Economia e a Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Há umas pequenas alterações pouco significativas quanto à chamada CRAGERE (Comissão de Acompanhamento da Gestão de Embalagens e Resíduos de Embalagens).

Como é natural na Região Autónoma dos Açores esta Comissão terá outros representantes.

Também foi apresentada uma proposta, pelo Partido Social Democrata, que acrescenta dois representantes a esta Comissão, a qual o Partido Socialista irá subscrever e votar favoravelmente.

No que diz respeito à receita das coimas, também deve dizer-se que há uma pequena alteração e diz-se na proposta que a receita destas coimas reverterá, ao contrário do diploma nacional, para a Região Autónoma dos Açores.

Importa dizer também, que o diploma nacional transpõe para a ordem jurídica interna portuguesa uma Directiva Comunitária que trata, efectivamente, de harmonizar as diferentes disposições e medidas nacionais relativas à gestão de embalagens e dos resíduos de embalagens. Trata-se, efectivamente, de uma matéria de grande importância, que tem na nossa Região uma importância acrescida na medida em que se trata duma Região que tem ecossistemas muito frágeis e são necessárias medidas urgentes para os proteger, para termos um ambiente de qualidade que assim atrairá à nossa Região grandes investimentos na área do turismo, que fará uma Região apetecível.

Uma vez aprovada esta proposta de decreto legislativo regional incumbirão às Câmaras Municipais e também ao Governo Regional grandes responsabilidades na aplicação deste dispositivo normativo.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma que está em discussão trata duma matéria que é apenas uma componente de uma política mais alargada da gestão dos resíduos sólidos.

Trata-se de um contributo também para a comemoração do Dia Mundial de Consumidores que ocorreu na passada segunda-feira, 15 de Março, mas também podemos alargar este gesto ao próximo dia 21 de Março, que é o Dia Mundial da Floresta e também ao próximo dia 22 de Março que é o Dia Mundial da Água, porque, efectivamente, isto tem a ver com a educação do consumidor, tem a ver com a preservação dos recursos hídricos e tem a ver com a preservação das florestas, naturalmente.

Este diploma, esta matéria que está hoje em apreciação, toda ela está subjacente a um conjunto de objectivos que a União Europeia tem consagrado na sua política e poderíamos formular em cinco objectivos:

A primeira grande questão, e o Sr. Secretário já aqui fez referência, é a redução do impacto ambiental dos resíduos. É este o primeiro e o grande objectivo da União Europeia nesta política.

Depois não podemos esquecer que é importante consciencializar os operadores económicos.

É preciso garantir o funcionamento do mercado, tendo cuidado com os entraves, com as distorções e com as restrições ao comércio e à concorrência.

Por último, é necessário motivar os cidadãos e criar postos de trabalho.

Estes são os grandes objectivos que nesta matéria estão subjacentes a toda a política ambiental europeia.

E qual é o problema que motiva a nossa Comunidade Europeia em relação a estes assuntos?

Vejamos: em 1980, de todos os resíduos sólidos urbanos produzidos, 20% já eram de embalagens e de resíduos de embalagens. No início da década de 90 já eram 45%. Estamos no fim da década de 90, possivelmente já ultrapassamos os 50%, ou seja, de todo o lixo produzido, lixo urbano, 50% é constituído de embalagens e resíduos de embalagens. Se nós pensarmos que no país anualmente é produzido 3 milhões de toneladas, portanto, estamos a ver a percentagem que ocupa as embalagens e os resíduos de embalagens.

Só para lhes dar um exemplo, e porque vivemos em ilhas e temos um contacto muito próximo com o mar, a possibilidade de uma determinada garrafa ou um copo descartável ir parar ao mar é mais evidente do que num continente e vejamos o que é que acontece ao lixo no mar, por exemplo: um pedaço de cartão composto leva três meses a degradar-se, um copo descartável leva 50 anos, uma lata de alumínio 200 anos e uma garrafa é de tempo ilimitado. Portanto, vejam lá como esta questão é importante e como deve merecer a nossa atenção. Por essa razão há que alterar, há que moralizar todo o sistema, há que fazer com que haja a redução das embalagens e as que não forem possíveis reduzir então temos que partir para um sistema de valorização dos resíduos. E aqui, como é que se vão portar as empresas e as autarquias? As autarquias, naturalmente que fazem a recolha, como o tem feito, mas aqui vai entrar a educação ambiental para a tal selecção e triagem dos resíduos. As empresas a partir de agora passam a ficar obrigadas a aderir a um sistema de valorização dos resíduos e como isto vai ser difícil num espaço insular como nós somos.

Este sistema desdobra-se em dois, pode ser um sistema integrado ou um sistema de consignação ou de gestão própria, de qualquer forma, quer a elaboração, quer a aprovação, quer a aplicação deste diploma exige o contributo de todos os agentes da sociedade. Nós não podemos deixar ninguém de fora para que efectivamente este diploma tenha a sua eficácia e foi com alguma surpresa que quando vi a proposta do Governo reparei que apenas recolheu pareceres da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e da Associação de Municípios dos Açores. Fiquei surpreso porque não vi os pareceres das Associações Ambientais e das Associações de Consumidores. Felizmente que a Comissão colmatou esta situação, colheu pareceres destas Associações, com algumas dificuldades porque elas também foram bombardeadas por um pacote de legislação que foi aprovado no dia 5 de Junho e que entrou na Assembleia nas férias e que depois a Comissão solicitou de uma vez só todos esses pareceres o que criou algumas dificuldades a essas Associações e algumas delas acabaram por não dar parecer à Comissão, exactamente por causa disso.

Este diploma, por essa razão, deve reflectir essa abrangência e foi por essa razão que nós fizemos a proposta de alteração ao artigo 5º..

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a adaptar à Região a legislação nacional sobre "Gestão de embalagens, resíduos de embalagens e a criação duma comissão encarregada de acompanhamento e da gestão das embalagens e dos respectivos resíduos.

É uma matéria pacífica, é uma matéria que votaremos favoravelmente, mas de qualquer modo gostaríamos de fazer duas ou três considerações.

Esta matéria provém de directiva da própria Comunidade Europeia que foi transcrita para a legislação interna a partir de 1995, como, aliás, já foi referido.

Interessa para esta gestão que todos os agentes económicos e sociais participem e participem tendo em atenção os cuidados que temos que ter e que a sociedade também tem que ter em relação à boa gestão dos resíduos sólidos, fundamentalmente e neste caso concreto virado para as embalagens.

Entendemos que só com a mobilização de toda a sociedade é que é possível haver uma gestão razoável, capaz, eficaz e uma gestão que permita a todos nós, a esta sociedade onde vivemos, podermos no futuro deixá-la em condições de que outros possam continuar a viver, porque penso que isto é que é o fundamental em relação a estas matérias. É, de facto, o objectivo de termos uma sociedade onde os problemas que têm a ver com a preservação do ambiente sejam respeitados. É nesse sentido que penso que temos todos que olhar estas matérias.

Presidente: Concluído o debate vou pôr o diploma à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão na especialidade e vamos começar pelo artigo 1.º, para o qual existe uma proposta de alteração subscrita pelo Partido Social Democrata. Está à discussão o artigo 1.º

Não havendo discussão, vou por à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao artigo 2.º, para o qual há uma proposta de eliminação da Comissão.

Vou pôr à votação esta proposta de eliminação.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao artigo 3.º, para o qual existe uma proposta da Comissão. Está à discussão essa proposta de alteração da Comissão. Vou por à votação.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao artigo 4.º da proposta inicial. Não há alterações.

Vou por à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 4.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao artigo 5.º, para o qual há uma proposta de alteração que acrescenta duas alíneas a alínea d) e e), subscrita pelo Partido Social Democrata. Está à discussão artigo 5.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração tem por princípio o enriquecimento da composição desta comissão regional de acompanhamento da gestão de embalagens e resíduos de embalagens, porque entendemos que assim desta forma, se traduzirá melhor o espírito da Directiva Europeia e simultaneamente traduz aqui, no nosso diploma, a prática colhida pela do Decreto-Lei 366 a nível nacional.

É de referir que o Decreto-Lei é de 97 e nós estamos a aprovar um diploma aqui em 99 e há que colher a experiência recolhida no Continente pela aplicação desse diploma e a experiência recolhida é exactamente no sentido de que as associações ambientais e associações de consumidores têm tido um papel preponderante na aplicação do Decreto-Lei.

Por essa razão nós entendemos que os representantes das associações de defesa do ambiente e de consumidores devem fazer parte desta Comissão.

É essa a nossa visão da política ambiental, porque assim nós podemos compatibilizar os interesses económicos dos cidadãos e do ambiente.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Resendes.

Deputado Luís Resendes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista vai votar favoravelmente esta proposta de alteração do Partido Social Democrata, porque também consideramos que com mais estes dois representantes nesta Comissão ela torna-se mais rica, mais abrangente e, por outro lado, vai de encontro aos pareceres que a Comissão de Economia, Finanças e Plano solicitou.

Muito obrigado.

Presidente: Concluída a discussão vou por à votação a proposta de aditamento das alíneas d) e e) do Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vou por agora à votação o restante corpo do artigo 5.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 5.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao artigo 6.º.

Está à discussão na especialidade o artigo 6.º.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 6.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou por agora o diploma à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O diploma foi aprovado por unanimidade em votação final global.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a aprovação deste diploma, entendemos que demos um passo importante para a gestão dos resíduos sólidos.

Torno a repetir como é importante a colaboração das autarquias, agentes económicos e associações do consumidor e de defesa do ambiente e faço recordar que aplicar este diploma a um espaço insular é bastante difícil e por essa razão, da nossa parte, do Grupo Parlamentar do PSD, estamos disponíveis para colaborar em tudo aquilo que for necessário e também faço lembrar que se era importante, agora muito mais.

O Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos dos Açores, o conhecido PERSUA passa agora a ter mais razões para que venha, efectivamente, a ser aplicado na Região.

Outra questão que queria também chamar a atenção a este Plenário é de que o sucesso deste diploma passa obrigatoriamente pela solidariedade nacional. É impensável em qualquer arquipélago gerir os resíduos sólidos se não houver a solidariedade nacional.

É uma obrigação do país, tanto mais que a região insular, constituída pelos Açores e Madeira, serviu de argumento à Comunidade Europeia para a prorrogação do prazo para 2005.

Portanto, nós temos um bom argumento para exigir a solidariedade nacional nestas matérias.

É também um desafio a este Parlamento e muito mais um desafio também ao Governo Regional dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Luís Resendes.

Deputado Luís Resendes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente a aprovação deste diploma, quanto a nós, reveste-se da maior importância.

Com este diploma irão ser contempladas questões como a prevenção, a reutilização, a recuperação, a valorização energética, a reciclagem orgânica e a eliminação.

Os objectivos fundamentais duma política integrada de gestão de resíduos traduzem-se prioritariamente na prevenção, na sua produção, na redução do seu peso e volume, na maximização das quantidades recuperadas para calorização, bem como da adaptação de adequados métodos e processos de eliminação, tendo em vista a minimização de resíduos depositados em aterro.

Efectivamente, com este diploma penso que se poderá dar um passo significativo para que a paisagem, o ambiente das nossas ilhas seja mais acolhedor, seja mais verde e seja mais atractivo para todos os que visitam as nossas ilhas.

Presidente: O diploma baixa à comissão respectiva para redacção final.

Passamos agora à **Proposta de Decreto Legislativo Regional - "Sistema Regional de Leitura Pública"**.

Está à discussão na generalidade. Para apresentá-la tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assunto Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional, cuja discussão iniciamos agora, visa criar nos Açores um Sistema Regional de Leitura Pública.

Este sistema de leitura pública é um sistema complementar do actual sistema de bibliotecas públicas. A Região nesta área dispõe de 3 bibliotecas regionais, Angra, Horta e Ponta Delgada.

Com isto pretende-se, em colaboração com as autarquias, criar em todos os Concelhos da Região bibliotecas que disponham de um fundo que será um fundo circulante e um fundo partilhado por elas todas por forma a permitir e de alguma forma suprir as dificuldades de acesso ao livro que se verificam em muitas das nossa ilhas.

A proposta foi objecto de parecer, quer da Associação de Municípios e dos Municípios, quer de diversas outras entidades e em sede de Comissão foi melhorada a sua redacção e foram-lhe introduzidas algumas alterações que queria aqui, perante a Câmara, dizer que melhoram o documento e que da parte do Governo tem total concordância.

Uma alteração que me parece de extrema importância é o facto de se permitir que à rede de bibliotecas municipais, portanto, aquelas que são operadas directamente pelas Câmaras se possam juntar outras bibliotecas pertença de outras entidades, mas que satisfaçam o requisitos que são estabelecidos para as bibliotecas municipais.

Creio que com isto nós damos um passo no sentido de fazer com que o livro seja mais acessível, particularmente a quem vive nas comunidades mais pequenas, da ilhas menos populosas.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Esta proposta de diploma sobre a criação do sistema de leitura pública dos Açores mereceu uma análise aprofundada na Comissão dos Assuntos Sociais e dessa análise resultou, para além da sua provação, algumas propostas de alteração que, eu nosso entender, vêm melhorar, em parte, o articulado legal que foi proposto pelo Governo Regional.

Consideramos que é positivo a criação deste sistema de leitura pública dos Açores, englobando as bibliotecas municipais dos diferentes municípios que funcionarão fundamentalmente nas sedes desses municípios e que irão chegar, portanto, a locais onde tradicionalmente muitas vezes é difícil o acesso às obras literárias.

Por outro lado ainda, o facto de haver a possibilidade da celebração de protocolos entre a Região e as autarquias locais com a utilização de imóveis municipais para a instalação destas bibliotecas, pensamos que poderá ser um bom modo de intercâmbio entre duas estruturas diferentes, autonómica regional e autárquica no sentido de servir cada vez melhor as populações.

Esperemos que haja a capacidade, tanto do Governo Regional, como das autarquias da Região Autónoma dos Açores de se instalarem e se porem a funcionar o mais rapidamente possível bibliotecas municipais em todos os nossos municípios.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras.e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata vai também votar favoravelmente esta proposta.

Deu o seu contributo no trabalho em Comissão que foi extremamente positivo pelas melhorias que foram introduzidas no documento e também achamos que é fundamental esta achega que se dá à possibilidade de nas ilhas onde não existem bibliotecas públicas regionais passarem a existir integradas num sistema de leitura pública e na rede de bibliotecas municipais, bibliotecas que, ao estarem coordenadas pela Direcção Regional da Cultura, passarão com certeza a ter acesso, em conjunto, a obras fundamentais, a materiais de apoio, a todo aquele conjunto de instrumentos de cultura e saber que hoje são fundamentais para se viver e ter sucesso no nosso mundo.

Uma das grandes preocupações de quem se confronta com os problemas de educação, é a grande dificuldade que os alunos continuam a ter na língua materna, os computadores, os CD-Rom, as internetes, todo esse mundo maravilhoso que nos vem da informática dá, de facto, possibilidades infíndas de se navegar de um ponto para o outro do Globo, ter acesso fácil à informação, mas também permite um saltitar constante e leva muitas vezes a uma ausência de concentração, de meditação, de

análise, de enriquecimento profundo que vinha da leitura do livro e, daí que tenhamos esperança que os esforços que os professores estão a fazer nas escolas e que vai dando fruto através da dinamização das bibliotecas.

O esforço que se tem feito, de há uns anos a esta parte, a nível do ensino recorrente, a nível da educação de adultos que também viram uma série de bibliotecas que foram sendo criadas ao longo dos anos, agora complementado com estas bibliotecas municipais que também podem existir nas próprias ilhas que têm bibliotecas públicas fora da sede dos municípios, vá contribuir para que aumente este gosto pelo livro, pelo ler, que no nosso tempo tão bons frutos dava e a prova é que todos nós que passámos pelo banco da escola e que não tivemos acesso a estas maravilhas do mundo de hoje, duma maneira geral sabemos ler, escrever, interpretar, pontuar como deve ser.

Este gente sabe muito mais coisas talvez do que a gente sabia na idade deles, por terem acesso a muita outra e variada informação, mas, infelizmente, não sabe escrever, pontuar, interpretar como nós no nosso tempo sabíamos. Essa é a grande diferença e tenho alguma fé e alguma esperança que esse esforço de levá-los a ler e não ficar só por aqueles magníficos manuais de apoio que têm os resumos, que têm os exemplo das figuras de estilo e que têm a apinha toda feita, que o miúdo a maior parte das vezes nem leu o livro. Vai só lá e depois cita aquilo e tem uma nota muito boa no exercício.

Tenho esperança que a pessoa depois adquira o gosto por ler tantos e vons livros que nós temos, nomeadamente os bons e grandes escritores, não só aqueles que já faleceram, como os contemporâneos.

Termino já, mas permitam-me só este desabafo: eu sou daqueles que continuo a achar, apesar de também gostar de navegar na rede e de consultar o computador, ir aos museus, etc., através da internete, que não há nada que dê mais prazer do que estar a ler um bom livro e um bom livro lê-se em qualquer parte, na praia, no campo debaixo de uma árvore.

Pode levar-se um computador portátil para a praia ou para o jardim, mas não é a mesma coisa do que levar um livro. Um livro cheira, é diferente cheirar a tinta, folheá-lo, manuseá-lo, abrir as páginas. É um gosto diferente.

Muito obrigado.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apreciei muito, como sempre, a intervenção do Sr. Deputado Aurélio da Fonseca sobre estas matérias, mas se o livro tiver bolor, Sr. Deputado, não me parece que haja grande prazer, mas V. Exa. é que sabe.

É óbvio que esta iniciativa visa um fim nobre e, por conseguinte, não pode deixar de ter a sensibilidade geral à sua volta. Eu diria até que, olhando à história do processo, de facto, para um diploma desta natureza, a primeira observação é que ele aparece um pouco tarde, porque como é sabido já o Governo anterior, desde 96, tinha constituído um grupo de trabalho para preparar um projecto desta natureza.

O actual Governo Regional, algures por Abril de 97, reconstituíu este grupo de trabalho e curiosamente fixou como metas que reunisse mensalmente e que apresentasse um relatório trimestralmente, o que quer dizer que se isto tivesse funcionado, de acordo com o despacho que constituíu o grupo de trabalho, teriam havido mais reuniões e já teriam existido cerca de 7 relatórios trimestrais. O facto é que houve apenas, ao que se sabe, uma única reunião e relatório trimestral nenhum, o que revela que essas questões não têm o andamento, na prática, que certamente a boa vontade e o espírito de quem desencadeou o processo pretendia.

Portanto, muitas dessas equipas de trabalho são constituídas no papel com toda a boa intenção, não duvido, mas não há nenhum acompanhamento do trabalho, neste caso da falta de trabalho que é desencadeado.

Um segunda observação que esta matéria nos merece, tem a ver, de facto, com uma opção de prioridade, tem a ver com uma opção de despesa relativamente a esses domínios, ao chamado investimento nas áreas culturais.

Estamos incondicionavelmente, repito, com essa iniciativa, mas é bom ter presente que numa altura em que se é tão ambicioso nos objectivos, deve-se ter em consideração a actual política de suporte financeiro das actuais instituições, nomeadamente daquelas que têm dimensão regional. Algumas dessas bibliotecas de

dimensão regional, como é sabido, deparam-se com enormes dificuldades financeiras, quanto à sua própria manutenção. V. Exa., Sr. Secretário, sabe perfeitamente que o esforço de contenção de verbas que é política da sua secretaria e do sub-sector da cultura, em relação às bibliotecas de responsabilidade regional existentes, está causando estrangulamentos sérios no bom funcionamento dessas unidades

A nossa preocupação é que, ao criar-se mais expectativa, ao criar-se mais encargos, ao dar-se um salto que é qualitativamente importante, que isto não seja à custa do bom funcionamento das unidades actualmente existentes.

Isto é um alerta, uma chamada de atenção, porque se os meios actualmente não dão para as bibliotecas públicas de Angra, Ponta Delgada e Horta, é preciso ter consciência que, ao legislarmos o avanço da rede e do sistema regional para os Concelhos, que é uma meta excelente, é preciso é que isso funcione.

Terceira questão que gostaria de referir, é de que compreendo a intenção da partilha dos custos de funcionamento dessas unidades da nova rede com os municípios e com outras entidades, agora o que me parece, salvo o devido respeito, é que essa matéria, para Decreto Legislativo Regional, não está claramente definida, isto é: há uma margem aqui, ou seja, remete-se para diálogo, para entendimentos com as autarquias. Nota-se que a maioria delas está receptiva pelos pareceres. Mas, se não estiverem, qual é a regra objectiva deste processo? O procedimento vai ser feito em igualdade de circunstâncias com todos e cada um dos municípios ou, nalguns casos, pode-se enveredar pela partilha de 50% e noutros poderá haver maior benevolência ou não da componente do orçamento regional?

Se o Sr. Secretário Regional nos poder adiantar aqui alguma informação sobre as intenções na concretização dessa garantia de financiamento das novas unidades da rede a nível municipal, julgo que podia ser útil.

Acho que o que está subjacente é um pouco o princípio quase dos contratos-programa, mas será que é para funcionar em pé de igualdade em relação a cada um dos municípios ou haverá aqui uma margem discricionária, no bom sentido da palavra, por parte do Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A apresentação e a natural aprovação por esta Assembleia da Proposta de Decreto Legislativo Regional - sistema regional de leitura pública, impele-me para algumas considerações que eu reputo, pelo menos, de oportunas.

Os livros são preciosidades, são desafios, são eternos, imortalizam e a eternidade está sempre matizada de mistério.

A história aponta as várias maldições que pesaram sobre o livro. A velha herança da tradição elitista durante muito tempo foi uma minoria que teve à sua disposição este meio de expressão.

A prática e história demonstraram posteriormente que o livro posto à disposição de uma grande parte da população se transformou em um agente de fermentação intelectual, um agente revolucionário sob o ponto de vista social.

O papel social do livro não é mais que o reflexo da sociedade em que se desenvolve.

Na França, no Século XIX, o livro foi, acertadamente, considerado como um instrumento de luta social, de libertação do homem, de libertação do trabalhador. Neste país atribui-se-lhe um culto profundado nessa ideia. Quem fez a revolução francesa não deu um tiro, não usou armas, escreveu livros. A força do livro atinge a sociedade e marca o indivíduo.

O livro pode ser um fardo ou uma paixão.

A melhor e mais verdadeira utilização do livro será a literária. É necessário extrair do livro uma utilização projectiva. Lê-se o livro deixando-nos invadir pela mensagem que este envia e cada um responde a este estímulo, escrevendo na sua cabeça, no seu coração o livro que gostaria de escrever. Refez-se o livro lendo.

Claro que as opções são variadíssimas e podem brotar critérios de selecção e nós como vamos de livros, de leitura, de gosto, de aprendizagem, de amor à língua materna que deve ser sempre preservada e enriquecida numa sociedade onde crescem os indícios de longevidade e onde gerir o ócio poderá ser de novo, num futuro breve, a prioridade das prioridades. A leitura deve ocupar um lugar de particular realce.

Bem sabemos que o rodopio duma vida frenética é um impecilho à leitura apaixonada e concentrada dos livros. Nas mesas de cabeceira, infelizmente, em vez de um livro

poderá ter apenas um despertador ruidoso num convite à aceleração trepidante de viver, mas há sempre um tempo para as coisas do tempo.

A fabulosa tecnologia dos "mass média" tornou o indivíduo passivo e com a interiorização aligeirada até já poucos sabem contar histórias e ninguém é capaz de dizer: Era uma vez. Poucos perguntam já, o que é que estás a ler? Isto não envolve nenhum saudosismo do passado, mas era uma pergunta do nosso tempo: O que é que está a ler?

Quem nunca leu os naques sublimes da descrição literária que ornamentam "A Cidade e as Serras" de Eça de Queirós, perdeu ou perde a oportunidade de aprender a descrever com gosto, com jeito, com arte.

Quem nunca se embrenhou nas narrativas sublimes dos grandes vultos da literatura, perde, perdeu ou perderá a oportunidade de narrar com gosto, com jeito, com arte.

Esta iniciativa legislativa tem o mérito inquestionável de aproximar o livro do cidadão. Daqui apelo, sobretudo, aos jovens: leiam, leiam, leiam com paixão e sem enfado.

Eu tive um velho professor de enorme cultura e espírito liberto que sempre incentivou a oferta de livros aos companheiros em dia de anos.

Eu tentei, como professor, implementar essa prática. Nós oferecemos tanta coisa e tão poucas vezes oferecemos livros, porque o livro é eterno, ajuda a emortalizar.

Uma rede de bibliotecas municipais permite a escolha. É uma oferta preciosa às comunidades. Oxalá que seja bem aproveitada.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, apenas para prestar algumas informações.

Na verdade, as bibliotecas da Região deparam-se com algumas dificuldades de natureza financeira para reposição dos seus fundos. Isto acontece, porque nesta altura estão a decorrer na Região dois investimentos vultuosos na área das bibliotecas e refiro-me concretamente à construção da Biblioteca de Ponta Delgada, apesar de ser uma obra que já vem desde 89 e que em 91 arrancaram as obras, ainda no ano de 1999, estimativas recentes apontam, e apesar da obra estar em conclusão dentro de 3 meses, que ainda neste ano será preciso, para pagamento da obra da parte de construção civil, investir lá 830 mil contos. O equipamento do edifício estima-se em 320 mil contos, ou seja, é preciso mais de um milhão de contos só para a biblioteca de Ponta Delgada.

Por outro lado, já se iniciaram as obras aqui da Biblioteca da Horta o que também representará neste ano um investimento de algumas centenas de milhar de contos e estamos no caso de Angra num processo mais inicial. Vamos este ano adquirir os primeiros terrenos para a implantação da nova biblioteca, ou seja, estes investimentos estão a ser feitos em infraestruturas com particular realce para a situação de Ponta Delgada que se trata duma obra que tem um historial muito mau. É uma obra que começou praticamente sem projecto e que tem uma autêntica catástrofe financeira. Obviamente que isto se reflecte nas verbas disponíveis para as bibliotecas.

Nunca se investiu tanto em bibliotecas como agora e nunca houve tanta carência de dinheiro nas bibliotecas como agora, pelas razões que eu acabei de explicar.

Em relação ao eventual atraso do diploma, gostava de lembrar ao Sr. Deputado que este diploma nasceu quase, digamos, para corrigir um processo. É que a ideia inicial era a utilização de uma rede nacional de leitura pública e, portanto, não implicava fazer qualquer diploma. Nós simplesmente iríamos aderir, por protocolo, a uma rede nacional. Como esse projecto nacional se gorou, foi preciso criar este caminho e criar um processo regional, daí que tenhamos iniciado o processo em 97 e apenas agora apareça aqui o diploma, porque houve realmente uma fase em que não era para ser assim.

Em relação à questão que fala da partilha de custos, conforme verá no diploma, existe lá uma norma que prevê a regulamentação, porque estas matérias são objecto de regulamentação e, eventualmente, até será anualmente objecto, digamos em função

das verbas que sejam inscritas no Plano para este fim, de distribuição de verbas, obviamente seguindo critérios de justiça e equidade.

Muito obrigado.

Presidente: Concluída a discussão, na generalidade, vou pôr à votação o diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O diploma foi aprovado por unanimidade, na generalidade.

Presidente: Vamos passar agora à discussão na especialidade. Começemos pelo artigo 1.º, para o qual há uma proposta de alteração da Comissão e outra subscrita por todos os grupos parlamentares que, no fundo, é um aditamento ao nº 3 do artigo 1.º.

Está à discussão o artigo 1.º.

Não havendo intervenientes vamos passar à votação globalmente o artigo 1.º, conforme a proposta de alteração da Comissão, bem como a subscrita pelos Grupos Parlamentares.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 1.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao artigo 2.º, para o qual existe uma proposta da Comissão.

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 2.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 3.º está à discussão e para o qual existe também uma proposta da Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria fazer uma sugestão, mais à Comissão de redacção do que propriamente aqui ao Plenário, porque parece-nos que não é necessário fazer a proposta e é o seguinte:

No artigo 3.º nós temos referência no texto da Comissão "A serem instaladas em imóveis municipais".

Como é do conhecimento da maior parte dos Srs. Deputados, isso não vai acontecer assim em todos os locais e estou a lembrar-me do caso de São Roque do Pico onde se

está a pensar instalar esta biblioteca, nomeadamente do edificio chamado São Pedro de Alcântara, que não é um imóvel municipal.

Também ao introduzirmos o nº 3 do artigo 1.º, a possibilidade de outras bibliotecas integrarem esta rede, penso que, e faço a sugestão até só em termos de Comissão de redacção, na alínea a) se retire a palavra "municipais" dos imóveis, ficando imóveis que tenham que ter aquelas características e não tenha que ser obrigatoriamente municipais, quer em termos, sobretudo, de propriedade, porque podem ser propriedade de qualquer outra entidade ou estrutura.

Portanto, parece-me que não era necessário fazer uma proposta de alteração, bastaria que a Comissão de redacção, e se todos tivéssemos de acordo, retirasse essa palavra.

Presidente: Com esse entendimento, desaparece a palavra "municipais".

Vou pôr à votação o artigo 3.º .

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 3.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao artigo 4.º, que é o antigo artigo 3.º, e vamos seguir a proposta da Comissão.

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 4.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao artigo 5.º. Está à discussão.

Não havendo intervenientes, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 5.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora aos artigos 6.º, 7.º e 8.º. Se não há objecções, vou pôr estes artigos à discussão em conjunto. Parecendo não haver objecções, estão à discussão os artigos 6.º, 7.º e 8.º.

Não havendo intervenções, vou pôr à votação este conjunto de artigos.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: Os artigos 6.º, 7.º e 8.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos passar agora à votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O diploma foi aprovado, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Baixa à Comissão de Assuntos Sociais para a redacção final.

Passamos agora à apreciação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional - "Classificação da Zona Central da Cidade de Angra do Heroísmo.**

Há duas iniciativas e vou pô-las simultaneamente à discussão na generalidade.

Eu informo a Câmara que deu entrada na Mesa um requerimento de baixa à Comissão desta iniciativa, subscrita pelo Partido Social Democrata.

Este requerimento só pode ser votado depois da discussão na generalidade.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que hoje vem aqui à discussão, visa introduzir alterações ao Decreto 15/84, o decreto que regulamenta a forma de gestão e o funcionamento da Zona Classificada de Angra do Heroísmo.

O objectivo desta alteração é essencialmente dar cumprimento às recomendações que sobre esta matéria a UNESCO tem vindo a fazer, através da introdução duma zona de protecção em torno do núcleo histórico, em torno da zona classificada e que são:

- A eliminação de normas contidas em praticamente todos os artigos deixam que o Secretário Regional possa decidir livremente sobre diversas matérias, desde a cor das janelas, forma de chaminés, enfim, um conjunto de aspectos de natureza arquitectónica.

- A transferência para a Câmara Municipal dos troços de vias regionais que estão no interior da cidade, concretamente o troço Rua da Sé/Rua do Galo/Guarita, no sentido de unificar a gestão das vias dentro da zona classificada.

- A criação da figura do Plano de Salvaguarda e Valorização e o transformar esse plano num instrumento obrigatório de gestão da cidade, definindo o que é que ele deve conter e a forma como ele é aprovado e como é revisto.

- A explicitação das competências que devem, na gestão da cidade, caber à Câmara Municipal, sem invadir aquilo que a lei define como competências municipais, ou seja, com base naquilo que o Decreto 10/84 estabelece como sendo as competências

municipais e sem alterar a repartição de competências entre o município e a Região, devolve-se à Câmara Municipal um conjunto de tarefas que nunca deveriam ter saído da tutela municipal, ao mesmo tempo que se explicita aquilo que o Governo deverá fazer e diz-se que serão criados os órgãos operativos da parte governamental necessários para cumprir essas tarefas.

Portanto, são estas alterações que se fazem.

Como um último acerto, introduz-se uma redução substancial nos prazos de apreciação dos diversos projecto e das iniciativas dos cidadãos que são submetidos à Administração.

O objectivo central é facilitar a vida dos cidadãos na cidade de Angra e cumprir as obrigações que Portugal assumiu perante a UNESCO, ao aceitar que Angra fosse incluída na lista do Património Mundial.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A discussão na generalidade sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo Governo, sobre a Zona Classificada, eu já numa intervenção que fiz aqui nesta Assembleia levantei uma série de questões, relativamente às quais, apesar da boa vontade do Sr. Secretário, não foi dada uma resposta cabal no sentido de ser da urgência relativamente a este diploma, mas, de facto, a par de considerarmos que a discussão e votação dessa iniciativa legislativa aqui na Assembleia ser contrária a qualquer princípio que deve nortear um processo legislativo, entendemos - e penso que aqui não há dúvidas, mas sim certezas - que essa proposta do Governo é inconstitucional. É inconstitucional, porque atribui expressamente competências às câmaras municipais. Para além de criar competência cria no artigo 40.º um gabinete de apoio no âmbito das câmaras municipais.

Pegando aqui na Constituição da República, de Gomes Canotilho, ele considera que as atribuições e a organização das autarquias locais, a competência do seus órgãos, a criação de departamentos no âmbito das autarquias locais, trata-se de matéria de reserva de lei da competência da Assembleia da República.

Se em relação ao diploma das escolas nós tivémos muitas, sérias e fundadas dúvidas, aqui não temos dúvidas nenhuma, temos certeza. É pena, mas temos o direito de as ter.

O Sr. Secretário pode ter a opinião que entender. Nós temos a nossa opinião e temos o direito de a ter.

O Sr. não é sábio, nós também não o somos, mas temos o direito de emitir um juízo de valor sobre um determinado normativo. É isso que aqui estamos a fazer.

Nós não queremos correr riscos e nós não podemos por em causa a dignidade desta Assembleia apenas para satisfazer um capricho de A, B, ou C.

Portanto, nós aqui não temos dúvidas, mas sim certeza. Este diploma é inconstitucional e por isso mesmo é que, a par da inconstitucionalidade que é já notória nesta iniciativa do Governo, há todo um processo legislativo que é contrário a qualquer princípio.

Há uma Proposta de Lei na Assembleia da República que versa essa matéria e, portanto, entendemos que esse diploma ou qualquer iniciativa que versasse o património cultural, que versasse matéria que diga respeito ao gabinete da cidade, à zona classificada, devia sê-lo depois de aprovado na Assembleia da República o diploma mãe, o diploma chave de toda a legislação sobre património cultural. Mantemos essa opinião.

Estávamos dispostos a abdicar e, eventualmente, a ser cúmplices e co-autores, conforme disse, dessa aberração jurídica, mas não nos foi referido, apesar da boa vontade do Sr. Secretário, qualquer circunstância, qualquer facto concreto documentado que a não aprovação neste Plenário de legislação sobre esta matéria, pusesse em risco a cidade Património Mundial ou qualquer obra dentro da sua zona de protecção.

Por isso mesmo, estas dúvidas que nós temos são juízos de valor que formulamos. Pode ter algum cariz subjectivo. O Sr. Secretário poderá ter uma interpretação diferente, mas temos o direito de o fazer, baseado até num brilhante constitucionalista como é Gomes Canotilho.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Valadão:

Discordo frontalmente dum dos principais argumentos que utilizou.

Se bem percebi, entende V. Exa. que o artigo 40.º da Proposta de Decreto Legislativo Regional do Governo, é claramente inconstitucional por violar matéria de reserva relativa.

Sr. Deputado, faça-nos a justiça de sabermos que as competências das autarquias locais, nomeadamente das câmaras municipais, são reserva relativa da Assembleia da República e estão regulamentadas, em geral, no Decreto-Lei 100/84 e diplomas subsequentes. A este respeito nenhuma dúvida, o máximo consenso.

A dúvida há é na segunda parte, ou seja, posto isto em que é que este artigo 40.º cria competências que são, vamos entender, poderes genéricos, em que é que nesta proposta se está a criar competências à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, competências que a Câmara Municipal, em termos genéricos, já não detenha como Câmara ou já não estejam genérica e abstractamente previstas como competências no Decreto-Lei 100/84. Senão vejamos:

- Elaborar e manter actualizado o plano de salvaguarda. Sr. Deputado Jorge Valadão, os planos de salvaguarda são competências ou não, segundo a lei geral, das Câmaras Municipais?

- Criar um gabinete de apoio ao utente. Quando muito aqui poder-se-ia entender se for uma norma programática, que poderá ou não ser cumprida, agora a pergunta é: As câmaras municipais podem ou não criar gabinetes de apoio ao utente? Não só podem como criam, como tem a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, e como certamente sabe, um gabinete de apoio ao utente.

- Preparar e instruir processos sobre os projectos de quaisquer trabalhos de construção civil ou de obras públicas a efectuar na zona classificada. Sr. Deputado Jorge Valadão, o licenciamento de obras públicas e de construção é ou não uma competência genérica de qualquer Câmara Municipal? Sabe que é com certeza.

- Proceder a um embargo administrativo. Podem ou não as câmaras municipais, como autoridades administrativas, proceder a embargos administrativos? Com certeza que podem e estaremos aqui certamente de acordo.

- Elaborar normas sobre as alterações à situação de peões e de viaturas. Sr. Deputado Jorge Valadão, a matéria de trânsito é ou não competência das câmaras municipais? Certamente que é.

- Elaborar estudos sobre o enquadramento urbanístico e arquitectónico da zona classificada. Matéria de urbanismo é ou não da competência da câmara municipal? Sabemos que é.

- Apoiar acções de animação recreativa, educativa, cultural e turística. Não têm as Câmaras atribuições em matéria cultural, turística e ambiental? Têm.

- Acções de sensibilização e divulgação das normas do presente diploma. É uma matéria instrumental.

- Definir e licenciar o imobiliário urbano. É certamente matéria de competência das câmaras municipais.

- Eluminação pública. É ou não competência das câmaras municipais, Sr. Deputado? É, sim senhor.

Portanto, não se está aqui a criar, Sr. Deputado, competências à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, está-se, por matéria de interesse específico, que aqui ninguém duvida, porque Angra é uma zona classificada e é Património Mundial, a relevar, dentro daquilo que são as competências genéricas de qualquer câmara municipal, um conjunto de matérias. Aliás, o que podemos concluir é o contrário, Sr. Deputado. O que devemos concluir é que o diploma actualmente em vigor, Decreto Legislativo Regional, cerceou uma série de competências que são, segundo a Lei das Autarquias Locais, competências das câmaras e, naturalmente, também da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Por que é que a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo se quiser mudar o traçado dos passeios ou de uma determinada rua tem que pedir autorização ao Governo Regional?

Será que isto pode ser feito por Decreto Legislativo Regional, por exemplo? Se quiser alterar a iluminação pública tem que pedir autorização ao Governo Regional, ao Gabinete da Zona Classificada.

Será que é legítimo retirar uma competência genérica das câmaras municipais e também da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo por Decreto Legislativo

Regional? Ao contrário, Sr. Deputado, este diploma devolve à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo aquilo que é, segunda a lei geral, competências das autarquias locais e das Câmaras Municipais. Não se está aqui, Sr. Deputado, a criar competências. Não há aqui, Sr. Deputado, se me permite, qualquer inconstitucionalidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a discutir a proposta apresentada pelo Governo, na medida em que o Partido Social Democrata já retirou a sua proposta sobre esta matéria.

Em relação à proposta apresentada pelo Governo, ainda há pouco, depois da intervenção do Sr. Deputado Jorge Valadão, coloquei aqui a questão ao Sr. Secretário Regional em relação a que comprovasse a necessidade que ele vem reafirmando da aprovação urgente deste documento.

Lamentavelmente, em nosso entender, não foi explicada a razão plausível para tal e analisando o documento que temos e que diz respeito a algumas orientações em relação à matéria e provenientes dos órgãos da UNESCO, também não descortinámos da necessidade urgente e implícita da aprovação destas matérias, bem pelo contrário, foi o Sr. Secretário Regional que o disse ainda há pouco que em relação à marina não vão ser respeitadas todas as exigências da própria UNESCO.

Por outro lado, temos uma grande preocupação e essa grande preocupação é, de facto, em relação à legalidade e à constitucionalidade da proposta que estamos a discutir.

Talvez estejamos influenciados pela aprovação recente nesta Casa duma proposta sobre o ensino e que na altura entendi que valeria a pena correr o risco e o resultado foi aquele que todos nós conhecemos, que foi a declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade daquilo que aqui aprovámos.

Sr. Secretário Regional, em relação ao artigo 40.º, vem afirmar que tudo o que aqui está, está tudo de acordo com a Lei 100/84. Talvez esteja, mas no nosso entender não é. O Sr., por exemplo, diz que a iluminação é uma competência da câmara, mas se é competência da Câmara, para que é que está aqui?! Eu não entro nessa!

(Risos da bancada do PSD)

Sr. Deputado, o Sr. é um homem que tem uma bagagem jurídica que não tem nada a ver com a minha, é a sua especialidade e gostaria que o Sr. me dissesse qual é o documento legal que atribui às câmaras municipais a competência dos planos de salvaguarda. Na 100/84, não é de certeza.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que em matéria jurídica o Deputado Paulo Valadão já arrumou a questão.

O facto é que seria importante, e temos consciência disso, que o Parlamento no dia de hoje pudesse estar a aprovar o diploma sobre a Zona Classificada de Angra do Heroísmo - parece-nos a nós que não restam dúvidas sobre isso - e era importante porque seria útil para o Governo Regional e para o Sr. Secretário Regional da tutela, por aquilo que ele nos tem dito, seria útil que ele pudesse mostrar aos organismos internacionais que acompanham e em certa medida fiscalizam tecnicamente a evolução da cidade património e a sua classificação, que ele manifestasse, perante esses órgãos, a boa vontade que havia por parte da Região de cumprir com algumas das recomendações que ao longo dos anos esses órgãos têm feito relativamente ao processo da cidade património de Angra do Heroísmo.

Portanto, sendo sensíveis a esse desejo do Sr. Secretário, a nossa dúvida manifestada insistentemente é a de que numa análise de custos/benefício, se valeria a pena este Parlamento, na sua nobre missão de legislar, de precipitar, de tomar decisões menos ponderadas sobre essa matéria, exactamente, tendo como contrapartida apenas essa vantagem de sensibilizar esses órgãos.

Depois de muito reflectida, de muitas reuniões, e julgo que aí todos nós demos conta da responsabilidade que assumimos face a essa matéria, chegámos à conclusão que os eventuais benefícios que daqui adviriam não compensam, de nenhum modo, os custos que poderíamos sofrer e advenientes duma decisão menos ponderada, menos acautelada.

Foi nessa perspectiva que depois de todo o diálogo possível, e eu queria salientar o último deles que envolveu o Sr. Secretário Regional e cada um dos Grupo Parlamentares e o Deputado Jorge Valadão já fez referência, tal como o Deputado Paulo Valadão, em que ficou claro a boa fé de todas as partes: é preciso decidir e nós decidimos, e subscrevemos o requerimento que o Partido Social Democrata apresenta, sobre a baixa à Comissão, porque entendemos que a seriedade e a nobreza da matéria exige que esta Casa faça o seu melhor e temos consciência de que não seria boa atitude do Parlamento Regional avançar com um diploma quando a nível da Assembleia da República existe uma Proposta de Lei que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, porque não queremos correr o risco de daqui a um mês ou dois estarmos confrontados com o esvaziamento duma decisão que aqui iríamos tomar e que os ilustres deputados juristas desta Assembleia estão em condições, e já o fizeram, de demonstrar que isto teria, digamos, uma probabilidade muito forte de vir a acontecer, porque temos mecanismos de influência e alguns grupos parlamentares aqui dentro já se manifestaram disponíveis para junto da Assembleia da República se pugnar pela aceleração da Proposta de Lei que estabelece as bases de política, há pouco referidas, porque pessoalmente não excluía, se for caso disso, que fosse solicitada à Mesa da Assembleia Legislativa Regional, na pessoa do Sr. Presidente, que idênticos contactos pudessem ser feitos com a Assembleia da República, se for caso disso, repito, para que duma vez por todas se saiba se essa Proposta de Lei, a nível nacional, se, de facto, avança ou não para eventualmente tomarmos decisões a nível regional, porque temos consciência que o diploma apresentado pelo Partido Socialista na nossa opinião é mau e se um gabinete incomoda muita gente, os dois gabinetes do Partido Socialista incomodariam muito mais.

Portanto, na óptica do Partido Popular a proposta do PS não é útil para os cidadãos de Angra do Heroísmo e porque a proposta do Partido Social Democrata que, digamos, foi mais recentemente entregue, na nossa óptica deve ser melhor aprofundada, deve ser compatibilizada eventualmente com alguns aspectos positivos que na especialidade a proposta do PS possa conter.

Por esse conjunto todo de razões, que nos parece ilimitado, subscrevemos o dito requerimento com a consciência de que não haverá nenhuma consequência negativa, de imediato, para a população de Angra, para os interesses regionais, ademais com a certeza de que as obras da marina de Angra já avançaram e que jamais se poderá por como condicionante da continuação dessas obras a não existência dum novo diploma a Cidade Património Mundial.

E, porque inclusivamente já nos disponibilizamos, cada um de nós e todos, para que, se necessário fosse, a Comissão Especializada da Assembleia Legislativa Regional dos Açores instruisse um documento demonstrativo da nossa boa fé, demonstrativo da fase e do andamento dos trabalhos parlamentares sobre essa matéria, por forma a que o Sr. Secretário Regional, junto dessas entidades internacionais, pudesse, digamos assim, confirmar o empenho e a palavra que eventualmente tenha deixado perante essas instâncias. O que importa, para nós, é que o Governo dos Açores e o seu representante não fique numa postura de contradição em relação aos compromissos eventualmente assumidos e na perspectiva do Partido Popular, se o Sr. Secretário entender que necessita duma justificação formal perante essas entidades, uma comissão parlamentar poderia e deveria fazer conta do estado das coisas por forma a que não reste dúvidas que o Governo Regional dos Açores e o Parlamento dos Açores estão empenhados em resolver, de uma vez por todas, mas bem, o problema da Cidade Património de Angra.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na minha primeira intervenção, no debate na generalidade, levantou-se o problema da inconstitucionalidade, que nós consideramos como tal, de alguns normativos constantes nesta proposta de Decreto Legislativo Regional, mas é bom dizê-lo, em nome da boa fé com que temos discutido esta matéria que nos é muito querida, que independentemente de haver ou não o problema da inconstitucionalidade, havia uma questão de princípio que é a questão que aqui já foi referida, nomeadamente pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. Nós entendemos e tivemos um diálogo profícuo com o

Sr. Secretário, num ambiente de manifesta boa fé, de seriedade e, portanto, esperamos que não se faça demagogia daquilo que foi aqui decidido, de tentarmos compreender e até solidarizar-nos, se eventualmente houvesse algum compromisso formal da parte do Governo, com a aprovação de qualquer diploma.

O Sr. Secretário teve connosco a abertura suficiente para nos comunicar que havia um compromisso de que se estava a trabalhar nesta matéria relacionada com a Zona Classificada de Angra, ela está a ser feita, está ser trabalhada.

O Governo apresentou a sua proposta, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata trabalhou com seriedade sobre este adioma, apresentando propostas de alteração à legislação em vigor. Os outros partidos com assento nesta Assembleia também manifestaram o empenhamento em, duma forma consensual, encontrar a solução que não prejudicasse de forma nenhuma Angra do Heroísmo, mais concretamente a Zona Classificada de Angra-mar.

Portanto, independentemente da inconstitucionalidade, nós estamos convictos que, e o Sr. Secretário, embora tenha referido aí o problema das competências, o Sr. Deputado Paulo Valadão disse e muito bem que se já têm essas competências não precisam de estar aqui consagradas, se nessas competências não podemos dar, também não podemos devolver. Também no que diz respeito à organização interna das câmaras municipais, nós aí é claro que temos competência para estar a interferir na organização interna duma câmara municipal.

Esta disposição, só por si, que está prevista na proposta do Governo, era suficiente para ser considerado inconstitucional.

Da mesma forma que, relativamente ao diploma do ensino, o Sr. Secretário e os Srs. Membros do Governo tinham a certeza que era constitucional, mas quando o Sr. Ministro da República levantou o veto já diziam que os seus próprios técnicos tinham dúvidas sobre a constitucionalidade. É provável também, sobre este diploma, se o Sr. Ministro declarasse inconstitucional, que algum dos Srs. Secretário viesse dizer depois que até já estava à espera do veto do Sr. Ministro da República.

O que está aqui em causa, acima de tudo e acima da inconstitucionalidade, é todo o processo legislativo, a circunstância de haver um diplma na Assembleia da

República, a circunstância até de termos emitido parecer sobre este diploma. Nós, Assembleia Legislativa Regional, já interviemos na apreciação dessa Proposta de Lei. Portanto, é ilógico, sob pena de graves e irreparáveis danos que pudesse causar a não aprovação de qualquer legislação sobre esta matéria, que tivéssemos aqui a criar normas que amanhã, em virtude da lei de base do património cultural, caducassem por contrariar alguns dos seus princípios.

É por esta razão e tendo por base sempre a dignificação deste Parlamento que, quer o PSD, quer o PP, quer o PCP subscreveram o requerimento de baixa à Comissão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Razões jurídicas já foram aqui invocadas sobejamente.

A minha intervenção vem no sentido de complementar outro tipo de razões, algumas começaram já a ser afloradas pelos oradores que me antecederam.

A divisão ou a partilha da gestão da Cidade Património não colhia pareceres favoráveis por parte de organismos como a UNESCO, o ICOMOS ou mais recentemente a própria Assembleia Municipal de Angra que elaborou um parecer para remeter a esta Casa em que muito expressamente se diz que a extinção do gabinete é um erro, na medida em que se trata de um gabinete técnico especializado na matéria, à qual se dedica exclusivamente.

Este trabalho foi elaborado por decisão da Assembleia Municipal, por uma equipa que foi constituída pelos cinco presidentes de junta da cidade de Angra, sendo 4 socialistas e 1 social democrata e pelos líderes das bancadas com assento na Assembleia, 1 socialista e 1 do Partido Popular.

Como vêem, mesmo na vossa área política continuam a ter gente e gente com o gabarito dum Dr. Cunha de Oliveira que tem um gabarito intelectual que eu não tenho pejo nenhum em reconhecer, como outras pessoas de idêntico valor na vossa bancada que comungaram juntamente com a maioria dos presidentes socialistas de Angra que é um erro fazer esta bi-partição do poder e que elaboraram o parecer que foi votado maioritariamente na Assembleia Municipal de Angra, contra aquilo que a

Câmara pretende. A UNESCO e o ICOMOS desde sempre foram contra esta bi-partição.

Lembro ao Sr. Secretário e faço reavivar aqui na Câmara que o último parecer deixado aqui pelos técnicos da UNESCO e do ICOMOS assinado por Álvaro Gomes Ferrer é claro, isto vem na comunicação social, e diz bem: "On doit maintenir un Cabinet technique". Un Cabinet não são dois nem três, nem a bi-partição que o Sr. Secretário quer.

Mais:

Perante a hipótese de repartir como o Sr. Secretário está a prever "Dans le cas où les compétences seraient partagées, on debrait une Commission Mexte" tem de criar uma comissão mista, ou seja, um terceiro organismo para acompanhar isto. É assim que a UNESCO encara esta bi-partição que o Sr. Secretário fala. Portanto, quanto à bi-partição estamos conversados.

Depois a possibilidade de delegação de competências também é algo com o qual não concordamos.

Angra é um conjunto de valor universal excepcional. Sempre foi uma responsabilidade primeira do Governo da República o acompanhamento, protecção e valorização que tem sido feita pela Região através da Secretaria Regional da Educação e Cultura, agora Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais, Direcção Regional da Cultura, Gabinete da Zona Classificada e, portanto, por um problema de dignificação, por um problema de visibilidade, não deve de forma alguma passar essa competência para o Director Regional. Sr. Secretário, eu fui Director Regional, fui também topo de administração e sei o que é ser Director Regional e tenho a maior consideração por directores regionais, agora também fui Secretário Regional e sei a diferença que é entre ter uma competência e um despacho regional dum membro do Governo ou dum Director Regional, tanto a nível nacional como a nível internacional.

Portanto, Sr. Secretário, deram-lhe muitas competências e nós sempre fomos contra esse acumular de competências. O Sr. já conseguiu ver-se livre da Saúde. Os problemas da saúde agora são com o seu colega Victor Carneiro.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Está a ver onde é que já vai?! Isso não tem nada a ver com o diploma!

O Orador: E está aqui com a possibilidade de passar esta área espinhosa, com certeza, para o Dr. Fagundes Duarte, mas Angra merece este sacrifício. É, de facto, fácil passar, mas vai passar para uma pessoa que neste momento já tem a responsabilidade de toda a Região numa área que ainda com a zona alargada vai ficar com o dobro do trabalho. São 1800 edifícios mais tudo o que os Srs. vão juntar com o alargamento da cidade.

Mais:

Ao revogar o Decreto 13/80/A, da Paisagem Protegida do Monte Brasil, está-se aqui a infringir outra das recomendações que são importantes nos documentos internacionais, nomeadamente, carta de Veneza, carta de Nairobi, os documentos sobre os Património Mundial que aqui estão e as cidades património, todos eles apontam que na salvaguarda dum bem como este não se deve passar numa zona onde não há restrições nenhuma, onde pode haver o caos e entrar directamente numa zona onde há um condicionamento elevado.

Deve haver uma zona altamente condicionada e essa zona é, efectivamente, a zona protegida.

Na vossa proposta, os Srs. ao revogarem o documento que previa a protecção da Paisagem Protegida do Monte Brasil que ia até S. Mateus, os Srs. estão a eliminar a tal protecção que está aconselhada em tudo quanto são documentos internacionais. Criam uma protecção própria, mas eliminam aquilo que é correcto, que é uma zona altamente condicionada e a seguir a zona que tem que ser protegida.

O vosso documento tem inexactidões históricas. Na própria análise que foi feita no Instituto Histórico chegou-se, a esta conclusão: "Portões de Santa Luzia", onde é que existiu isso, "Portões de S. Bento". Isto são coisas que vêm no vosso texto que são altamente contestáveis, porque "Portões de Santa Luzia" é algo que nunca ninguém viu escrito em parte nenhuma, mas isto são pequenos acertos de pormenor.

Depois na própria prevenção para tentar levar o cidadão a não infringir a legislação os Srs. só punem a negligência e não punem a tentativa, como vem previsto na

própria lei de bases que sobre ela esta Assembleia já se pronunciou e os Srs. não previram isso.

Em relação àquilo que foi já considerado, e ainda ontem foi referido aqui, como mau, que pode ser considerado património jurídico, que é o 15/84/A que foi o primeiro diploma que no país classificou um conjunto histórico de valor universal excepcional como monumento regional, que vai fazer catapultar isso para monumento nacional, os Srs. pura e simplesmente extinguem, em vez de fazerem aquilo que é aconselhável, de acordo com a mais moderna técnica jurídica, que é pegar no diploma, analisá-lo, aditar aquilo que é preciso aditar, revogar aquilo que é preciso ser revogado, fazer as alterações necessárias e republicar, renumerando o documento, dando de preferência, como nós fizemos, uma epígrafe a cada artigo para tornar a sua consulta fácil. Isto são alguns dos exemplos, pelos quais, em conteúdo, não podemos concordar com a vossa proposta.

Mais:

Ao pretenderem que os habitantes de Angra, que foi classificada como conjunto e, Sr. Secretário, nos textos internacionais, conjunto é um grupo de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência. Angra foi classificada como conjunto de valor universal excepcional, baseando-se em exposição de critérios de autenticidade e nos critérios de 4 e 6 da Convenção.

Como conjunto, o todo que é Angra foi considerado imóvel de interesse público, monumento regional, e o todo que é Angra são imóveis de grande valor, imóveis de valor, imóveis sem valor que são simples imóveis de acompanhamento, mais os arruamento, as praças, os passeios, tudo aquilo que é o conjunto, é algo que está isento de contribuição autárquica.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): As pessoas continuam a pagar a contribuição autárquica!

O Orador: Ao pretender no vosso diploma que cada cidadão de Angra, cada indivíduo das 1.200 casas na zona central se candidate para voltar outra vez a pedir a isenção da contribuição autárquica, numa coisa que já foi classificada como conjunto, é um erro.

Eu tive o cuidado, juntamente com um grupo de trabalho que elaborou esta proposta alternativa, de contactar o IPAR sobre este assunto e perguntar como é que se procedia a nível nacional. A nível nacional há também conjuntos como nós temos cá e citaram-me exemplo como a Baixa Pombalina, o Paço do Lumiar, o Campo dos Mártires da Pátria também foram classificados como conjuntos e cito só o exemplo do Paço do Lumiar que foi classificado pelo Decreto 67/97 - Paço do Lumiar, conjunto Lisboa, Freguesia do Lumiar, conforme planta de limitação no anexo 4, algo que é exemplo para Angra.

Do IPAR, o Sr. Arquitecto Pinho Lopes, Técnico Assessor Principal deu-nos exemplos concretos disto: qualquer habitante da Freguesia do Lumiar que se dirija às Finanças é isentado da contribuição, aliás, como já acontece em Angra. Em Angra do Heroísmo há gente que foi às Finanças e esta correctamente isentaram. É do meu tempo, Sr. Secretário, e não esteja aí a abanar a cabeça, porque há gente que eu conheço, e é do meu tempo, que as Finanças isentaram, pedindo ao Gabinete da Cidade que informasse se a casa x, da rua tal, estava na zona central.

Não tenho culpa que, passado algum tempo e agora com a vossa gestão e talvez por informações incorrectas, se tenha dado um passo atrás e se esteja a fazer um compasso de espera, não dando esta possibilidade às pessoas.

É justo que as pessoas recorram, nomeadamente ao Provedor de Justiça, porque têm todo o direito, e isso foi-me confirmado por este Técnico Superior do IPAR, em pedir a isenção da contribuição autárquica, porque foi classificada de interesse público como um conjunto e como conjunto goza desse privilégio.

Portanto, isto são só alguns exemplos e a própria regulamentação que neste momento está a ser preparada no IPAR aponta para a chamada norma de exclusão, ou seja, é mais fácil e consegue-se mobilizar melhor as pessoas para a conservação ou preservação do património se, efectivamente, num conjunto onde todos estão isentos, se disser à pessoa que está a tratar convenientemente o bem, neste caso o prédio, que vai perder a isenção e passar a pagar.

Em Angra as pessoas diziam já não estar a pagar. Aquilo que se começou a fazer e que depois houve um compasso de espera, devia ter continuado. Foram poucas as pessoas que começaram a fazer isso, mas deviam ter continuado.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Ah! Foram poucas as pessoas!

Ao tempo que está a falar aí parece que foram muitas!

O Orador: A política correcta e que vai ficar consagrada na proposta de lei de bases que aqui está e, Sr. Secretário Regional, essa proposta diz assim: "Regime fiscal dos bens classificados"

"O Regime exclusivamente aplicável aos bens e imóveis classificados compreenderá desde logo os seguintes benefícios fiscais:

- Isenção da contribuição autárquica;
- Isenção do imposto de sisa".

Os bens imóveis classificados, de acordo com os artigos 14.º e 15.º, são categorias de monumento, conjunto ou sítio. Portanto, um conjunto fica isento.

Angra foi classificada como conjunto e tem tanto direito a estar isenta como o Paço do Lumiar, como a Baixa Pombalina ou como o Campo dos Mártires da Pátria. Fico por aqui, por agora.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Relativamente a algumas questões que colocou, efectivamente tem razão. Não vem aqui previsto a competência dos municípios em matéria de ordenamento do território. Também devo-lhe confessar que não sei de cor os números dos diversos diplomas existentes sobre isso, mas Planos Directores Municipais, Planos de Urbanização, Planos de Pormenor, Planos de Salvaguarda são efectivamente, independentemente de ratificação ou aprovação por órgão governamental ou até legislativo, de competência das autarquias locais e dos municípios, embora não estejam aqui.

Relativamente à questão que colocou sobre se são competências genéricas já dadas pelo Decreto-Lei 100/84, em percebo a lógica daquilo que disse. Se calhar foi essa a solução adoptada, por exemplo, para Évora, também Cidade Património Mundial, onde V. Exa. certamente saberá que a Câmara Municipal tem, como não podia deixar de ter, um papel importante. Acontece que aqui há também, se bem repararam, uma razão específica, é porque algumas das competências que aqui estão, no fundo, a ser

devolvidas, digamos assim, se é que foram bem retiradas, ao município de Angra do Heroísmo.

É evidente, e nem sequer está em discussão, que esta Câmara pode, pelas razões que bem entender, nomeadamente de oportunidade ou por razões políticas, votar como quiser o destino deste diploma.

Não poderá, no entanto, deixar de ficar aqui claro que foi de boa fé e bem fundamentado tecnicamente, depois dum inquérito público aos cidadãos de Angra, que este diploma veio aqui parar.

Também, embora possa fazer um esforço para compreender, penso que os órgãos de governo próprio da Região não podem deixar de agir por projectos que, cujo destino obviamente se não se sabe não se pode garantir o que é que lhe vai acontecer, se chegarão até ao fim assim ou se serão alterados, etc.. Penso que não é um argumento válido e consistente para impedir a aprovação deste diploma.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Apoiado!

O Orador: Também, e ligado isto, porque não pode deixar de ser ligado, toda a cautela inclusive jurídica que está a ser posta à volta deste diploma, eu quero dizer o seguinte:

Como V. Exas. sabem, não é por formação, por hábito nem por prática deste Governo Regional o conflito inconsequente e gratuito com os órgãos de Governo da República.

No entanto, também é bom que os órgãos de Governo próprio da Região, esta Câmara e o próprio Governo Regional, tenham consciência e não percam a ideia de que, com razoabilidade, com razão, é necessário permanentemente exercitar as competências que temos, algumas que temos no papel, mercê da última revisão constitucional e que só as teremos na prática quando as exercitarmos e quando as registarmos.

O Governo Regional não cria conflitos gratuitos com os órgãos de Governo da República, mas este Governo Regional e também esta Câmara não fugirão, quando tiverem razão, a exercitar os poderes que por direito são nossos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu creio que não vale a pena estarmos aqui a rebater todos os pontos daquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, porque muitos deles até são evidentes na leitura do documento e particularmente aqueles a quem isto mais diz respeito, os angrenses, tiveram oportunidade de conhecer a proposta do Governo, porque ela foi publicada, foi distribuída por todas as casas. Portanto, as pessoas conhecem-no e não vale a pena estarmos aqui a rebater, tanto mais que muitas das coisas que foram aqui afirmadas não são bem assim.

Eu começo primeiro pelo parecer da UNESCO e do ICOMOS, que o Sr. Deputado cita e que leu aqui uma parte do documento. Eu não quero entrar na análise linguística de que quando se diz "um" se é artigo definido se é indefinido, se quer dizer exactamente um, se é um só ou se são vários. O que é preciso é existir um gabinete,...

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Diz bem!

O Orador: ...mas eu não quero discutir essa questão.

O Sr. Deputado também compreenderá que a questão da organização e orgânica do Governo é matéria que ao Governo diz respeito.

Portanto, Sr. Deputado, legislar que junto do Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais existirá um gabinete, creio que isso tem muito que se lhe diga. Já que estamos em dia de discussão sobre constitucionalidades e inconstitucionalidades, mas não quero entrar por aí, porque não é a minha especialidade.

Em relação à outra questão, eu estou convencido e tenho a certeza que a proposta que o Governo apresenta cumpre cabalmente as recomendações. Tive inclusivamente a oportunidade de discutir artigo por artigo com os responsáveis por essa área, a tradução da proposta que o Governo aqui apresentou e foi conclusão de que tudo aquilo que lá estava satisfazia plenamente aquilo que era necessário.

Portanto, Sr. Deputado, quanto a essas matérias de UNESCO creio que é altura de esquecermos e passarmos à frente.

A proposta do Governo satisfaz em pleno aquilo que nos era pedido em todos os aspectos incluindo o do gabinete.

Em relação à área de protecção, e não quero voltar a repetir, também satisfaz, porque aquilo que se fala numa área de protecção, e o Sr. Deputado citou muito bem as diversas cartas do património que fala do assunto, só foi pena que o Sr. Deputado tivesse sido tantos anos Secretário e nunca tivesse citado nessa altura e tivesse resolvido o problema da área de protecção, porque a cidade continua a não tê-la.

Mas, passando também por cima disso, aquilo que o Governo propõe também satisfaz.

Nós criámos uma área de protecção e não é uma área de protecção de 100 m ou uma área de protecção estreita, é uma área de protecção que tem a ver com a bacia visual da cidade e que permite que o núcleo classificado passe a ser, particularmente quando visto do Monte Brasil, que é o ponto de maior visibilidade da zona classificada, uma área bem demarcada e que está perfeitamente isolada e rodeada pela zona de protecção.

Não é preciso estabelecer uma espécie de tripa que vá até lá a S. Mateus que nem sequer rodeia a cidade. Eu não percebo como é que aquela zona tem alguma coisa a ver com a zona classificada. Muito francamente eu não percebo por que é que 50 m ao longo do litoral da ilha Terceira para Oeste tem a ver com a zona classificada e por que é que os 50 m para Leste não tem, por que é que a Baía da Águas, que afinal é bem mais importante na História de Angra do que é S. Mateus, não há-de merecer igual tratamento, Sr. Deputado. Não percebo. Talvez porque o Sr. Deputado quis ir repescar uma coisa que estava morta desde 1980, dum decreto que nunca chegou a ser regulamentado, da Paisagem Protegida do Monte Brasil, nunca chegou a ser posto em prática.

É apenas isso, porque de resto não faz rigorosamente sentido nenhum falar numa faixa de protecção de 50 metros.

Se o Sr. Deputado me dissesse que queria proteger todo o conjunto de S. Carlos, com o Caminho do Meio, com as quintas que realmente têm uma ligação história, isso seria outra coisa, agora 50 metros ao longo da costa, Sr. Deputado, não é zona de protecção e não serve rigorosamente de nada. É um apêndice à zona. É uma espécie

de cauda que está dependurada na zona classificada que não faz nenhum sentido e não tem nada a ver com a protecção.

Portanto, aquela zona pode-se manter por todas as razões que o Sr. Deputado queira, mas nunca como zona de protecção de Angra nem nunca como uma segunda linha de protecção, tanto mais que quem vê Angra a partir do Monte Brasil jamais compreenderá qual é a ligação que aquela zona tem com a zona protegida, porque na verdade é perfeitamente marginal.

A questão dos portões, Sr. Deputado, foi investigada por quem sabe de história, que não sou eu. Efectivamente existiram portões em Santa Luzia. Não vamos também discutir portões, mas eu tenho essa certeza.

A questão da contribuição autárquica, para mim foi uma surpresa aquilo que o Sr. Deputado disse.

Nunca ouvi ninguém dizer que alguém em Angra tinha conseguido essa proeza.

Mais ainda:

O próprio gabinete da zona classificada elaborou-me um documento sobre essa matéria dizendo que isso era uma coisa que houve em tempos intenção, mas que tinha sido resolvido parar em tempos muito lá para trás, porque não fazia sentido. Eu tinha até hoje a certeza de que isso não era possível e, infelizmente para Angra, tanto mais que eu sempre achei que Angra deveria ter essa prerrogativa.

Portanto, se esse processo está parado não foi por minha iniciativa, antes pelo contrário gostava que andasse, mas fui informado que isso não era possível.

O Sr. Deputado, pelos vistos, está melhor informado do que eu.

Aprendi esta, vou tentar exercitá-la quando chegar a Angra e tentar obter isenção e ver se funciona.

Posto isto, já esvaziei toda esta questão que o Sr. Deputado tentou levantar que parece que o Governo de agora estava a coarctar um direito dos cidadãos e quase que aconselhava que fossem para o Provedor de Justiça fazer queixa do Governo.

Deputado Rui Pedro Ávila Essa é que eu não percebi!

O Orador: Foi isso que eu percebi do seu discurso, quando afinal se alguém negou isso foi o Sr. Deputado enquanto foi secretário, porque foi nessa altura que esse processo parou.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretário Regionais:

Há pouco tinha pensado ser a minha última intervenção sobre esta matéria, no entanto, a intervenção do Sr. Secretário leva-me a ter que dizer alguma coisa.

A primeira coisa que quero dizer é que se o Sr. Secretário tivesse falado no Plano Director Municipal é evidente que é da competência da Câmara. Se me falasse dos Planos de Pormenor é evidente que aceitaria, embora considerando que eram desnecessários do artigo 40.º

No entanto, eu faço fé nos documentos que recebo e faço fé nos documentos que através do próprio Governo Regional recebi e já foi citado, aliás, pelo Dr. Aurélio da Fonseca, que é dum técnico da UNESCO que foi feito no dia 16 de Novembro de 1998 e diz com toda a clareza: "É preciso dizer também que os Planos de Salvaguarda não estão contemplados na lei portuguesa". É isto que diz o documento.

Se os Planos de Salvaguarda nem são contemplados na lei portuguesa e, aliás, ainda há pouco na conversa com o Sr. Secretário Regional ele explica, como, aliás, houve técnicos que na comissão explicaram que o Plano de Salvaguarda é um plano especial exigível da UNESCO, com a descrição pormenorizada das características de habitação por habitação e, portanto, não são os planos normais vigentes nos municípios portugueses. Portanto, se esses Planos de Salvaguarda nem são contemplados na legislação portuguesa e se nós aqui estamos mandando a Câmara Municipal de Angra elaborar esse plano estamos a cometer uma ilegalidade, porque estamos a exceder as nossas competências.

Penso que fica demonstrado que, efectivamente, aqui há excesso em relação à capacidade que a Constituição e o Estatuto nos dão de legislar em relação aos municípios.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

A hora vai adiantada e eu poderia rebater, ponto por ponto, aquilo que disse, mas não vale a pena.

Só queria dizer-lhe e remeter-lhe nomeadamente para as informações que, por exemplo, foram feitas pelo Instituto Histórico que tem gente de reconhecido gabarito e que apontam como negativo que na protecção a Angra se tenha deixado de fora essa zona considerada sensível desde o Século XIX que vai até S. Mateus.

É uma informação do Instituto Histórico onde estão algumas das pessoas que nós muito respeitamos e que consideramos na cidade de Angra e que não concordam consigo na eliminação disto. É só um exemplo.

A informação dos Portões de Santa Luzia, que eu confesso também que nunca li em documento nenhum, quero dizer que o Instituto Histórico me chamou a atenção para eu lhe dizer isso e que me recomendou: "não faça isso quando redigir o vosso diploma, não ponham essa barbaridade de Portões em Santa Luzia". Portanto, eu estou limitando-me a fazer aquilo que confrades ilustres do Instituto Histórico me aconselharam em relação a isso. disseram-me que tinham dito para não se fazer isso, mas parece, pelos vistos, que os Srs. não entenderam isso dessa forma.

Quanto à forma como encarámos a Salvaguarda do Património, só lhe quero dizer que, efectivamente, antes de sair, e já trocámos impressões várias vezes sobre isso, não saí sem deixar um Plano de Salvaguarda começado com a sua parte genérica concluída, elaborado pelo arquitecto Sérgio Infante, que era presidente do ICOMOS, uma entidade que na altura foi apontada como a mais competente para fazer semelhante coisa. Só não se deu seguimento ao Planos de Pormenor.

Portanto, nós preocupámo-nos em deixar instrumentos, aos quais não foi dada continuidade. Quem veio a seguir entendeu seguir outro rumo e está no seu pleno direito, mas houve essa preocupação.

Quanto ao problema da contribuição autárquica, reafirmo que houve gente, embora poucas pessoas acreditaram que podiam pedir essa isenção, que pediram essa isenção e a quem foi concedido. Ultimamente isso deixou de ser concedido, porque ao que me reportaram numa informação pedida à Direcção Regional da Cultura, foi facultada a antiga lista de imóveis classificados um a um que incluía como último imóvel classificado o conjunto de valor universal de Angra que foi interpretado

individamente, e os funcionários têm por obrigação saber destes entendimentos de Património Mundial, o conjunto classificado de valor universal excepcional foi interpretado como mais um daqueles imóveis. Um conjunto é um conjunto e começou a ser negado às pessoas esse direito, que alguns conseguiram e por isso é que há gente que estava à espera que esta situação se esclarecesse aqui para recorrer, nomeadamente ao Provedor de Justiça, porque já alguns conseguiram e outros acham-se com o mesmo direito.

A informação que eu tenho, que partilho aqui com toda a franqueza por parte do IPAR, é que, efectivamente, em Angra os cidadãos têm tanto direito a ter isenção da contribuição autárquica como os da Baixa Pombalina, os dos Paços do Lumiar ou os do Campo dos Mártires da Pátria.

Um conjunto é um conjunto e, portanto, tem que ser tratado como tal.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Sr. Deputado, em termos técnicos confesso que não tenho conhecimentos suficientes do Ordenamento do Território para lhe explicar, porque não sei, qual é a diferença entre um Plano de Salvaguarda e um Plano de Pormenor.

Fico satisfeito por o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca ser testemunha de que os Planos de Salvaguarda existem.

Confesso que, em termos jurídicos, a ideia que eu tenho é que o Plano de Salvaguarda é assim como um Plano de Pormenor com um fato de Domingo. E, exactamente por ser assim, se bem reparar, é esta a solução apontada no n.º 4 do artigo 6.º do Proposta do Governo, ou seja, os Planos de Salvaguarda, em termos jurídicos, seguiriam exactamente os mesmos trâmites e as mesmas competências dos Planos de Pormenor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não pus em causa a existência, a necessidade e a exigência até dos Planos de Salvaguarda em relação às zonas classificadas pela UNESCO, o que ponho em causa

é a capacidade desta Assembleia de exigir que qualquer autarquia seja obrigada a elaborar o Plano de Salvaguarda.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não é da competência dela!

Presidente: Concluída a discussão na generalidade vou por à votação os requerimentos.

Vou pôr em primeiro à votação o requerimento apresentado pelo Partido Social Democrata e que diz respeito à baixa à Comissão da sua própria Proposta. Foi o primeiro requerimento que foi distribuído aos Srs. Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam fazem o favor de se sentar.

Secretário: O requerimento foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

Presidente: Vou agora por à votação o segundo requerimento também de baixa à Comissão da Proposta do Governo, que já foi distribuído e que é subscrito pelas bancadas do Partido Popular, do Partido Comunista Português e do Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O requerimento foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

Presidente: Para interpolar a Mesa tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Requeiro à Mesa um intervalo de 30 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido.

(Eram 00,25 horas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados peço o favor de ocuparem os vosasos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

Peço ao Sr. Vice-Presidente, Deputado António Gomes o favor de ocupar o meu lugar na Mesa para eu poder apresentar o Voto de Confiança ali da tribuna.

Neste momento o Sr. Presidente é substituído na Presidência da Mesa pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado António Gomes)

Presidente: Vamos passar à discussão do Voto de Confiança relativo à actuação do Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Tem a palavra o Sr. Presidente da Assembleia para fazer a sua apresentação.

Presidente da Assembleia (Humberto Melo): Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONFIANÇA

1 - Fui eleito Presidente do primeiro órgão de autonomia dos Açores na sequência de uma mudança no quadro parlamentar.

2 - Face a novas alterações, decidi evitar que o mais elevado cargo institucional da Região fosse alvo de dúvidas quanto à minha legitimidade.

3 - Os Deputados, ilustres representantes do povo dos Açores, devem apreciar o desempenho do Presidente da Assembleia Legislativa.

4 - É um acto pessoal que corresponde à minha convicção de estar na política. Faço-o, também, por respeito aos Açorianos e em nome da dignificação que o cargo exige.

5 - Assim, nos termos do nº. 2 do artigo 36º. do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores - Resolução nº. 24-A/98/A, de 4 de Novembro - solicito a esta Assembleia a aprovação de um voto de confiança sobre a minha actuação.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, está à discussão este Voto de Confiança, apresentado pelo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entendeu o Sr. Presidente da Assembleia que deveria apresentar um voto de confiança sobre a sua actuação nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do Regimento.

Este facto merece do Grupo Parlamentar do PS os seguintes comentários:

Como é do domínio público este não é o nosso Presidente, nem o Presidente que resulta do voto dos açorianos.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

O Orador: Em 1996 os açorianos votaram clara e majoritariamente a favor do PS e também claramente contra o PSD...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

O Orador: ...que até então governara a Região com maioria absoluta.

Para nós, contrariamente ao que alguns partidos aqui representados costumam significar, o que conta e acima de tudo o que está em causa é a representação da vontade popular expressa pelo voto e essa determinação, quanto ao Partido Socialista, foi de mudança nos órgãos de poder, incluindo dos seus titulares, como é o caso do Presidente da Assembleia Legislativa Regional.

O Partido Socialista sempre respeitou isso ainda e mesmo numa situação em que o PSD não tinha maioria absoluta.

Os outros partidos representados nesta Câmara, após o acto eleitoral de 96 respeitaram isso e votámos todos unanimemente para Presidente desta Parlamento no Deputado Dionísio de Sousa, do Partido Socialista, partido mais votado.

Em síntese e no plano político, para o Partido Socialista este Presidente actual não é o nosso presidente, porque não foi essa a vontade do povo dos Açores.

Por outro lado, recorde-se que o anterior Presidente foi deposto com base numa moção de censura que tem como fundamento central um acordo de incidência parlamentar, já que todos os argumentos, como na altura se viu, caíram por terra e passo a citar a moção de censura então apresentada que diz: "Acaba de ser celebrado um acordo de incidência parlamentar entre o PSD e o CDS/PP que por si só justificaria alterações na composição da Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, por forma a que esta corresponda à maioria parlamentar que agora se formou". Acabei de citar o fundamento principal da moção de censura apresentada contra o anterior presidente.

Relativamente a este voto de confiança analisemos o primeiro considerando: "1 - Fui eleito Presidente do primeiro órgão de autonomia dos Açores na sequência de uma mudança no quadro parlamentar. Portanto, está de acordo com a moção de censura então apresentada.

Recordo agora que, quando fizemos aqui a revisão do Regimento eu próprio deste lugar disse: "No plano histórico todos sabemos que a evolução nesta Casa foi da consolidação do Presidente, dos Vice-Presidentes e da Mesa da Assembleia e foi por isso que se procedeu à alteração anterior, fazendo com que a Presidência, Vice-Presidência e os Secretários passassem a ter uma duração de mandato de 4 anos". Foi esta a evolução, dizia eu nessa altura, no sentido de conferir maior estabilidade a quem dirige a Assembleia Legislativa Regional e foi essa a evolução histórica que houve até aqui.

Acrescentava eu nessa altura: "Ao aprovar-se isto está-se a inflectir nesta evolução. Está-se a passar duma situação de estabilidade, de duração do mandato de 4 anos para uma situação de ocasionalidade, se quiserem, ou seja, em qualquer momento, em função de questões de natureza política, em função de determinadas conjunturas ou de algum acidente de percurso pode-se alterar como se quiser a Presidência da Assembleia.

Dizia também nesta altura que não deixa de ser estranho que isso se dirija apenas ao Presidente, porque existem também Vice-Presidentes e Secretários da Mesa e também aqui a situação actual é, em nossa opinião, de total desconformidade com os factos e acrescentava: o Presidente tem uma função de representação muitíssimo importante, de enorme relevância em termos de competências próprias e de competências que assume nas substituições de alguns cargos e isto pode criar situações de instabilidade e de menorização do papel do Sr. Presidente da Assembleia. Deveria manter-se como estava e não sujeitar um cargo desta natureza, com esta competência e com esta dignidade e responsabilidade a esta situação.

Temos de concluir, numa primeira análise, que tínhamos razão, porque os factos encarregaram-se de o demonstrar.

Na conjuntura AD destituiu-se um Presidente por falta de coragem para apresentar uma moção de censura ao Governo.

De um dia para o outro alterava-se a conjuntura e lá estava outro Presidente em causa, isto para não falar de outras hipóteses que podem acontecer, decorrentes de passagens a independentes ou não, deste ou daquele deputado. Que pensarão os açorianos de tudo isto? Que pensarão os eleitores de tudo isto? Que credibilidade merece este órgão autonómico? Qual o estatuto político de um presidente que está sujeito a conjunturas políticas absolutamente aleatórias?

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Srs. Deputados, seria preferível, é hoje a minha convicção, que o mandato voltasse a ter a duração de um ano como antigamente, não sujeitando este Parlamento e sobretudo as pessoas e designadamente o Presidente a situações desta natureza.

Por tudo isto e porque realmente situações destas não dignificam ninguém, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista até aqui nem tinha levantado esta questão nesta Assembleia e não o pretendia fazer.

Porém, outros problemas ainda se colocam:

Diz o Regimento actual, artigo 36.º, n.º 2, que: "O Presidente pode solicitar à Assembleia a aprovação de um voto sobre a sua actuação", repito, sobre a sua actuação.

Ora, este primeiro considerando não pode fundamentar um voto de actuação e é anti-regimental, porque se refere a mudanças de quadro parlamentar.

Quanto ao considerando 2, valem os mesmos argumentos, e diz: "Face a novas alterações, decidi fosse alvo de dúvidas quanto à minha legitimidade".

Importa dizer, para que isto fique perfeitamente claro, que a apresentação ou aprovação de um voto de confiança não é um acto destinado a assegurar a legitimidade do Presidente, mas tão só a fazer uma apreciação da sua actuação, que é completamente diferente de afirmar a sua legitimidade política.

A legitimidade política teria outro caminho e o caminho certo para se aferir da legitimidade política era a renúncia do cargo na sequência de alterações e então sujeitar-se a uma nova eleição.

Com este voto estamos, portanto, Srs. Deputados, a fazer uma simulação, ou se quiserem uma mistificação e em última análise atrevo-me a dizer que este documento deveria ter sido rejeitado por ser anti-regimental.

Na realidade, Srs. Deputados, o que se pretende não é analisar uma actuação, o que se pretende é legitimar uma situação através de um meio que é inadequado para esse efeito.

Por estas questões políticas essenciais, o Voto do Grupo Parlamentar do PS só pode ser aquele que signifique, perante os açorianos, a rejeição de um acto que pretende, sob forma imprópria, legitimar uma situação que é, para nós, politicamente inaceitável.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, srs. Membros do Governo:

Todos nos recordamos que a eleição do actual Presidente desta Assembleia foi efectuada como consequência da moção de censura ao Presidente da Assembleia Legislativa Regional apresentada pelo PSD e CDS/PP e segundo essa moção e passo a citar: "O acordo de iniciativa parlamentar entre o PSD e o CDS/PP por si só justificaria alterações na composição da Mesa da Assembleia Legislativa Regional".

Perante este voto, em primeiro lugar, haveria que apreciar a actuação do actual Presidente e em função dessa matéria nada temos a comentar, até porque a sua eleição se verificou há muito pouco tempo, 27 de Novembro, p.p..

Por outro lado, aquando da moção de censura do Presidente da Assembleia Legislativa Regional, defendemos a necessidade de pugnar-se pela estabilidade e pela dignificação do mais elevado cargo da autonomia regional.

Hoje tal como ontem entendemos que estas premissas continuam válidas e assim, para nós, o Presidente eleito deve manter-se no exercício do seu cargo.

Não aceitamos que o cargo de Presidente da Assembleia Legislativa Regional esteja sujeito às diversas vicissitudes porque passa por cada um dos partidos representados neste Parlamento e sempre que essas vicissitudes aconteçam.

Nós queremos contribuir, na medida da nossa quota parte, para a dignificação deste Parlamento e de todos os seus cargos estatutários e regimentais instituídos.

Por tudo isto vamos votar favoravelmente à confiança solicitada pelo Presidente da Assembleia Legislativa Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz para uma intervenção.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Humberto de Melo e Presidente, Srs. Membros do Governo:

Do que eu tinha pensado para esta intervenção há pouco para dizer a não ser que estamos em presença de uma atitude digna da pessoa do Engenheiro Humberto Melo, de uma atitude prestigiante de um Presidente de um Parlamento, de uma atitude politicamente clarividente, perante os seus pares e, por isso mesmo, sendo um acto pessoal isolado, próprio dum voto de confiança, do Presidente da Assembleia Legislativa Regional, não sendo um acto partidário, o Partido Social Democrata sente-se honrado com esta atitude.

Sendo um acto pessoal do Engenheiro Humberto Melo, Deputado e Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD sente-se dignificado com este acto.

O que acabámos de assistir com a intervenção do Sr. Deputado Fernando Menezes foi, por um lado, a inveja de um acto que enobrece o Parlamento, o ciúme retroactivo de uma moção de censura ao anterior Presidente, uma posição institucional lamentável, uma argumentação frágil e tudo isso sem se medir as consequências dessas razões para a imagem externa do Parlamento e tudo isso porque o Partido Socialista se sente muito incomodado com aquilo que é apenas e só, um acto politicamente digno e pessoalmente meritório.

Passo agora sim a responder, um por um, ponto por ponto, aos argumentos aqui aduzidos pelo Sr. Deputado Fernando Menezes em relação à vossa argumentação que, afinal de contas, como já se esperava, é um voto contra.

Em primeiro lugar - e espero ter tomado notas de todos os pontos - "este não é o nosso Presidente. Este é o vosso Presidente".

Quero lembrar ao Sr. Deputado Fernando Menezes e todos os Deputados desta Casa que enquanto o Dr. Dionísio de Sousa, então Presidente e Deputado, foi Presidente desta Casa, nunca ouvi do Grupo Parlamentar do PSD que não era o nosso Presidente, bem entendido do Parlamento, mas sim o Presidente do Partido Socialista e isso é, na minha perspectiva, lamentável.

Fui bem claro então ao dizer que a moção de censura ao Presidente, Dionísio de Sousa, não era um acto persecutório, não pretendia deslustrar o homem e o político e mantenho esta posição hoje.

Enquanto foi Presidente, enquanto o Grupo Parlamentar do PSD entendeu que no quadro parlamentar saído das eleições, mas também no quadro parlamentar interno do Parlamento, o Deputado Dionísio de Sousa era Presidente e foi sempre tratado pelo Grupo Parlamentar do PSD como o nosso, como de todos Presidente da Assembleia e, por isso, um partido que não sabe reconhecer que Presidente eleito, é eleito fruto dum exercício da democracia, também deve ser, evidentemente para efeitos formais, o Presidente de todos, é um partido que não merece consideração institucional por parte do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. Primeiro ponto.

Segundo ponto: "Este não é o Presidente do voto dos açorianos".

Pensa o Partido Socialista que tem claramente um direito divino que não está na letra de lei de nenhum documento legislativo do estado democrático e do estado de direito democrático em Portugal.

Os Presidentes do Parlamento não são votados, mas sim os deputados, nem tão pouco o Presidente do Governo, numa análise política, é votado, mas esse ainda podemos dizer que as eleições, que os actos eleitorais estão à volta de protagonistas para serem presidentes do governo e, portanto, sobre o ponto de vista político, ainda poder-se-á aceitar e aceita-se um pouco este raciocínio. Agora, dizer que votam contra um voto de confiança no Deputado Humberto Melo, porque ele, para além de não ser o vosso Presidente, não é o Presidente do voto dos açorianos, é outra aberração jurídica e política. Os açorianos, que eu saiba, nunca votaram para o Presidente da Assembleia. As eleições, o sistema eleitoral, o quadro jurídico e político dos Açores faz eleger deputados e o PS só porque teve mais votos, mas infelizmente para vós não tem mais

deputados, queria daí retirar uma consequência política e jurídica que ninguém lhe reconhece nem lhe pode reconhecer.

Queria o PS, só por ter mais votos, ter o direito divino de ter durante 4 anos o Presidente do Parlamento, mas infelizmente para o Partido Socialista as eleições democráticas e livres nos Açores não fizeram eleger o Presidente da Assembleia. Ele é eleito de entre os seus pares, para ser, sim, "in primis" inter-pares e os seus pares são, para quem não sabe contar, 24 do PS, 24 do PSD, 3 do PP e 1 do PCP. Não vão os Srs. Deputados do PS querer infringir, numa atitude que não tem nada de político e muito menos de democrático, um Presidente da Assembleia, quando os Srs. não podem garantir uma maioria para eleger o Presidente da Assembleia.

Portanto, não é o vosso Presidente, mas devia ser. Não votam no voto de confiança porque não é o Presidente do Açorianos, mas não têm nenhuma razão para argumentar nesse sentido. São duas desculpas: uma desconsidera institucionalmente o Parlamento e a outra rasga todos os manuais de direito que já alguma vez foram feito neste país. Em terceiro lugar é uma desculpa esfarrapada sob o ponto de vista do sistema eleitoral, do sistema parlamentar e do funcionamento do Parlamento.

O PS quando avançou um argumento pela voz do Sr. Deputado, desceu as escadas do desprestígio político da sua posição nessa matéria.

Mas, não acabamos aqui.

Mudança e a maioria absoluta:

A mudança do Parlamento...

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Isso é arrogância!

O Orador: Não, eu estou a justificar, tacho por tacho a posição do Grupo Parlamentar do PSD e por acaso os Deputado do PSD ficaram em silêncio quando ouviram as razões ridículas que foram aqui apresentadas.

Agora, se me quiserem ouvir em continuo ponto por ponto.

Vamos à mudança:

Os açorianos quiseram que nos Açores houvesse uma mudança e votaram contra o Partido Social Democrata, ou seja, a maioria relativa do PS não só serve para o Partido Socialista escolher um governo e para eleger 24 deputados, também serve

para vos dar o direito divino de saberem que estão aí contra os que estão daqui. É mais uma desculpa de bradar os céus.

Mas, mesmo aceitando o argumento de que a mudança fosse, na perspetiva dos açorianos, assim tão importante, os Srs. estavam aí com uma maioria absoluta e é isso que os Srs. não perceberam ainda. Os Srs. têm uma maioria relativa que não vos dá o direito de quererem retirar ilegitimamente conclusões dos votos dos açorianos e, portanto, se houve vontade de mudança ela não foi maioritária e se ela não é maioritária tem que se respeitar a componente parlamentar e a distribuição de mandatos que neste Parlamento se faz.

Como se tudo isso não bastasse, eu pergunto ao Sr. Deputado Fernando Menezes, e espero que me responda, o que é que faz das votações sobre todos os documentos que estão aqui neste Casa, do Plano e Orçamento, dos Decretos que ainda hoje exercitamos nesta Casa, de meras resoluções, de qualquer votação que é feita nesta Casa?

Também acha V. Exa. que o PSD tem que votar a favor ou abster-se, só porque a mudança dos açorinaos vos dá esse direito?

O Sr. não percebe que ao dizer que tem o direito de ter o Presidente da Assembleia, quer para certos efeitos retirar dos resultados eleitorais um direito que não tem, mas depois no dia-a-dia das votações como nós fazemos nesta Casa perante o assentimento evidente do Grupo Parlamentar do PS. Não votamos, cada um de nós, com os nossos deputados como bem entendemos, de acordo com os nossos projectos e com os nossos objectivos, ou também temos que respeitar a tal mudança que o Srs. dizem existir e fingir que aqui estão só 10, ali 1 e acolá nenhum e aí 50. Parece que, para um efeito de eleição do Presidente os 24 daí cresceram e os daqui diminuíram. Para efeitos de diplomas são, de facto, 24 contra 24 mais 3 e mais 1. É uma argumentação, sob o ponto de vista do sistema político jurídico, que não tem uma única saída compreensível da minha parte.

Continuamos:

Acordo de incidência parlamentar.

Para não irmos todos ao sabor das mudanças no Parlamento, é bom lembrar que foi o Partido Socialista, consciente então - consciência essa que já perdeu agora - de que

não tinha maioria fez um entendimento, para ter um suporte parlamentar, com o CDS/PP. Foi o Partido Socialista que inaugurou esse tipo de actuação compreensível num governo minoritário e, portanto, foi o Partido Socialista que assoprou o primeiro vento conjuntural desta legislatura, não foi o Partido Social Democrata. Foi o Partido Socialista quem não soube assegurar esse entendimento por razões já muito explicadas neste Parlamento. Portanto, não foi o PSD o primeiro a ter feito qualquer acordo que os Srs. agora chamam meramente conjuntural. Foi o Partido Socialista que não soube assegurá-lo e não teve capacidade de diálogo para assegurar entendimentos que lhe permitiam ter um sustento parlamentar.

Ora, quem tentou fazer acordos e não os conseguiu aguentar, não tem nenhuma legitimidade para criticar os acordos dos outros.

Portanto, se alguma característica conjuntural há num mandato onde não há maiorias absolutas, quem foi o primeiro a testá-lo, quem foi o primeiro a fazê-lo, quem cometeu, na sua opinião certamente, o pecado original foi o PS e o seu Governo, não foi o PSD, nem o PSD com o PP.

Vamos à questão da ocasionalidade:

Ocasionalidade é se o Deputado, Presidente Humberto Melo não vir o voto de confiança aprovado, porque, caro companheiro e amigo, de facto houve uma moção de censura a um Presidente da Assembleia, porque o quadro parlamentar mudou, mas não esteja a pensar que este Presidente vai mudar, porque se este Presidente tiver a confiança do Parlamento, não há mais ocasionalidade nem conjuntura nenhuma, há apenas uma: mudou o quadro parlamentar uma vez e mudou o Presidente do PS, mas este Presidente apresentou o voto de confiança e se tiver a confiança democrática deste Parlamento não pode retirar daí mais conclusões da conjuntura nem da instabilidade do Parlamento e, portanto, infelizmente para o Partido Socialista lá se vai mais um argumento no exacto momento em que acabar esta votação.

Sobre as questões da Mesa, para que fique tudo bem respondido, pela parte do PSD devo dizer-lhe que o Deputado Joaquim Ponte renunciou à Vice-Presidência quando o Deputado Humberto Melo foi eleito Presidente, justamente para permitir o equilíbrio que sempre houve na Mesa da Assembleia. Foi um acto meritório. Os Srs. aceitaram e apresentaram um candidato e o PSD permitiu que esse candidato fosse

eleito e, portanto, nos tais ventos da mudança o Partido Socialista também colaborou ao apresentar um Vice-Presidente que foi, como é evidente, eleito também com os votos ou com a abstenção do PSD, com os votos do PS e do PCP é que não foram de certeza, porque não dava para ser eleito.

A censura à Mesa, a conjuntura foi o PS que a inaugurou, a credibilidade foi bem explicada por nós e nós o que dissemos foi: o quadro parlamentar mudou e neste caso mudou o Presidente. Não fizemos ataques pessoais. Ainda hoje respeitamos a pessoa. É por isso legítimo, eu acho até que é louvável que o actual Presidente da Assembleia tendo sido eleito numa determinada lógica, coloque a sua confiança aqui em cima da mesa e para quê? Para garantir a sua credibilidade, para garantir e reforçar a sua legitimidade, porque o Presidente da Assembleia conduz os trabalhos internos, mas também tem uma face externa que é importante saber assegurar e foi isso que o Eng.º Humberto Melo trouxe claramente a este Parlamento.

Diz o Sr. Deputado Fernando Menezes: mas o Partido Socialista nunca ia levantar o problema - e já o tinha dito outro dia à comunicação social -, não é verdade. O Vice-Presidente do Partido Socialista disse numa entrevista ao jornal "Açoriano Oriental" que se acabasse o acordo de incidência parlamentar o Eng.º Humberto Melo devia demitir-se e, portanto, o PS já ia sussurrando na comunicação social para tentar mastigar aquele que é o Presidente da Assembleia - já fiquei a saber que não é o vosso Presidente - e percebo que quisessem, que tentassem e que iniciassem uma campanha de descredibilização do Presidente do Parlamento. Pode o Sr. Deputado dizer, e já adivinho a argumentação, nós não dissemos para se acabasse o acordo parlamentar o Presidente apresentasse um voto de confiança, nós dissemos para ele se demitir, também tem resposta.

Fazia sentido que o Eng.º Humberto Melo se demitisse se o quadro parlamentar se alterasse a favor do PS, mas a verdade é que é evidente que o acordo de incidência parlamentar acabou, mas o PS com isso, que eu saiba, não ganhou nada. O acordo de incidência parlamentar entre o PSD e o PP acabou, mas não foi num sentido favorável ao PS e, portanto, os Srs. não reganharam aquilo que já tiveram e por isso mesmo o Eng.º Humberto Melo não tinha que demitir-se como foi aconselhado. O Eng.º Humberto Melo tinha, se quisesse, e foi o que fez, de apresentar um voto de

confiança. Também não tinha de demitir-se, porque por declarações públicas o PP disse que apoiava este Presidente.

Portanto, assim havia certamente uma simulação: o Eng.º Humberto Melo demitia-se para voltar a ser reeleito e os Srs. acham que isso era mais prestigiante do que o Eng.º Humberto Melo apresentar um voto de confiança. Eu acho evidentemente que não, para quem tem o apoio declarado dum base política não tinha que se demitir, pelo menos, porque tinha o apoio daqueles que tinham feito com que tivesse sido eleito, o PSD e o PP. É verdade que nessa altura o PP tinha dois deputados e agora tem no seu Grupo Parlamentar três e, portanto, agora, fazendo contas, podemos assegurar uma eleição, mas dum coisa ninguém pode ter dúvidas: o Eng.º Humberto Melo não negociou a sua credibilidade, o Eng.º Humberto Melo não negociou a sua dignidade política, e todos os que estão aqui podem testemunhá-lo, por uma razão simples: a dignidade não se negoceia e a dignidade não foi negociada...

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ...e também por isso não estamos perante uma simulação, muito menos estamos perante uma simulação só por causa dum questão processual.

Eu faço lembrar que, quando o PSD apresentou a moção de censura ao Presidente, o Partido Socialista tentou rebater algumas críticas que estavam lá sobre a actuação do então Presidente Dionísio de Sousa, que eu sempre considerei como questões marginais e secundárias. Não foi uma crítica ao homem que foi feita naquela altura. Já o disse e repito aqui, mas também quis fazer realçar que afinal a justificação do voto estava no tal acordo de incidência parlamentar e nessa altura ninguém falou em questões processuais, combateram os poucos argumentos que não era o essencial e realçaram a questão essencial que era justamente o quadro parlamentar.

Passado algum tempo, sobre um voto confiança, o Partido Socialista descobre este grande argumento da questão processual. Afinal de contas, agora o que interessava era avaliar o homem e já é secundário a questão do acordo de incidência parlamentar. Então entendam-se, porque é preciso ser coerente com o discurso da moção de censura com o discurso do voto de confiança, é preciso que o Sr. Deputado Manuel Serpa se entenda com o Presidente do seu Grupo Parlamentar, porque um disse que era preciso a demissão por causa do acordo e o outro diz que não há razões para

apresentar um voto de confiança, a não ser por causa de questões de actuação pessoal do Eng.º Humberto Melo.

Portanto, eu já percorri os argumentos todos um por um.

A minha intervenção era para ser curtíssima, tão curta quanto o voto de confiança apresentado pelo Eng.º Humberto Melo. Tão curta, tão curta quanto é a dignidade de um homem e o prestígio de um Parlamento.

Teve que ser mais comprida, mas devo dizer-lhe que é melhor, de facto, o Partido Socialista revelar as suas verdadeiras intenções e por muito mau que tenha sido a argumentação eu fiquei sabendo que este PS não sabe o que é a responsabilidade institucional.

Este PS não terá nunca, só porque ganhou com mais votos, mas não tem mais deputados, o respeito por esta oposição.

Este PS não respeita o Presidente que diz que não é seu, quando como foi eleito o vosso, foi com os nossos votos, também foi o nosso Presidente.

É uma diferença que agora é de argumentação, que ontem foi de postura e que hoje é contrastante entre a postura do Eng.º Humberto Melo e a argumentação do Partido Socialista.

Bem haja Sr. Eng.º, Deputado e Presidente.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata está solidário com este voto de confiança, com a dimensão pessoal que ele tem e com o alcance político, prestigiante para o Parlamento que ele dá como verdadeiro exemplo democrático e do prestígio do Parlamento.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entendeu o Sr. Presidente da Assembleia solicitar a este Parlamento a aprovação de um voto de confiança sobre a sua actuação.

Na óptica do Partido Popular nunca houve qualquer dúvida sobre a legitimidade do actual titular do mais elevado cargo institucional da Região Autónoma dos Açores.

De resto, publicamente temos feito saber a nossa total solidariedade para com o actual Presidente da Assembleia Legislativa Regional.

Entendeu, porém, o Presidente da Assembleia utilizar o instrumento regimental adequado à clarificação de qualquer dúvida sobre a sua representatividade e legitimidade que só pode ser dada pela maioria dos deputados desta Assembleia, que são os únicos representantes da vontade do povo dos Açores.

Esta atitude merece o maior respeito por parte do Grupo Parlamentar do Partido Popular e revê-se duma assinalável dignidade.

Por tudo isto o Partido Popular reitera a sua plena confiança no Eng.º Humberto Melo pelo desempenho das suas funções de Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Mas, fá-lo também porque está de pleno acordo com o estilo, a orientação e a dinâmica que está a ser imprimida na condução do Parlamento Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não deixa de ser curioso que nas intervenções que aqui têm sido feitas a este propósito e nomeadamente a intervenção que veio do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata se tenha preocupado mais em refutar os argumentos que foram apresentados pelo Partido Socialista do que a insistir e a afirmar a legitimidade, a bondade, o mérito do actual Presidente da Assembleia.

A principal preocupação não foi o de afirmar o mérito desse acto, talvez porque seja duvidoso que o mérito seja tanto quanto os Srs. querem fazer crer. Preocupou-se mais em refutar as críticas válidas que foram desferidas desta bancada, mas já lá vamos.

O Sr. Deputado Victor Cruz quer considerar e quer colocar esta questão no plano pessoal ao referir que, efectivamente, a atitude do Sr. Eng.º Humberto Melo, que neste caso será do Sr. Deputado Humberto Melo, é uma atitude da pessoa, é uma

atitude digna. Nós não estamos e não vamos comentar as atitudes pessoais do Eng.º Humberto Melo. Isso não é chamado para aqui, o que é chamado para aqui é a atitude política e o significado político que este voto de confiança tem e o Sr. habilmente, reconheço, quis fugir a este aspecto, porque este aspecto, de todos os que podem ser chamados para esta questão, é aquele que mais incomoda o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Optou por apresentar um voto de confiança. O voto de confiança, conforme já foi aqui referido diz respeito ao juízo que se deve e pode fazer sobre a actuação política. Mas, está aqui em causa a actuação política, para além do aspecto formal de se ter pretendido cobrir este voto de confiança com a questão da actuação política, não é isso que está em causa. Todos nós sabemos que o que está aqui em causa é que, numa forma encoberta, pretende o Sr. Presidente da Assembleia resolver a sua questão, os seus dilemas de legitimidade sob essa forma que não é a mais correcta, o que nos leva a outra questão.

A moção de censura que foi apresentada fundou-se, não no quadro parlamentar existente, Sr. Deputado, o que consta do texto da moção de censura é o acordo parlamentar, o que justifica que se o acordo parlamentar acabou, Sr. Deputado, basta isso para que dessa forma a questão da legitimidade seja resolvida da única forma que pode ser que é colocando o lugar à disposição.

O Sr. Presidente da Assembleia resolveu fazer mais este frete ao Partido Social Democrata, da mesma forma que fez o frete de assumir ser candidato numa situação particularmente incómoda

Deputado Victor Cruz Isso já foi respondido!

O Orador: É custoso de ouvir, mas os Srs. vão ter que ouvir isso também

Deputado Victor Cruz (PSD): Já está a correr mal!

O Orador: Não, não está Sr. Deputado!

O Sr. Deputado Victor Cruz preocupou-se aqui com os acordos ou eventuais acordos, quem é que fez primeiro acordo, quem é que deixou de fazer acordo. Sr. Deputado Victor Cruz, há uma situação que é inédita nesta Região em termos de acordos, que é assinar um acordo numa determinada altura conscientemente já sabendo que posteriormente dois ou três meses depois esse vai ser resolvido e isso não fomos nós

que fizemos, foram os Srs. que fizeram um acordo parlamentar sabendo que ele não valeria sempre e que depois passados 3 ou 4 meses resolveram o acordo parlamentar ou criaram as condições que levaram outros a resolver o acordo parlamentar. Este é problema vosso. Este é um vício da vossa atitude. Não é a questão dum acordo que foi feito ou que deixou de ser feito primeiro deste lado.

Quanto à questão da actuação política, não está em discussão, não há qualquer comentário a fazer à actuação política do Eng.º Humberto Melo, o que em 4 meses de funções, se calhar, ainda é o melhor comentário, o comentário mais eficaz que se pode fazer.

Relativamente ainda à questão da responsabilidade institucional, do respeito pela vontade dos açorianos, quem tentou desrespeitar a vontade dos açorianos foram os Srs. com a moção de censura ao Governo Regional.

Deputado Victor Cruz (PSD): Não fizemos!

O Orador: Não fizeram, mas tentaram, Sr. Deputado, e só não fizeram porque compreenderam a tempo que o povo não admitiria tal coisa.

Portanto, em termos de responsabilidade institucional, em termos de respeito pela vontade dos açorianos, Sr. Deputado, desse lado existem muito mais falhas do que deste lado.

Para já, relativamente a esta questão, e colocando o assunto única e exclusivamente onde ele deve ser colocado, que é o facto de ter sido utilizado um instrumento que regimentalmente não era admissível, é mais um atropelo ao Regimento, porque não está em causa, se quer resolver um problema de legitimidade ponha o seu lugar à disposição. Se quer fazer uma avaliação sobre a sua actuação política, então assuma que é isto que está em causa e o Sr. já por várias vezes tem assumido que não é isso que está em causa. O que o Sr. quer é ser legitimado numa outra forma aqui dentro. Se calhar porquê? Porque tem dúvidas quanto à eficácia da sua legitimação aquando da moção de censura.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O meu nome foi aqui ventilado e tenho de me levantar para dizer duas coisas.

Primeiro eu não afirmei em nenhuma entrevista que o Sr. Presidente da Assembleia, Humberto Melo, devia dimitir-se. Eu estava na minha casa e perguntaram-me, pelo telefone, a mim, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Manuel Serpa, o que é que eu pensava do assunto e eu disse expressamente que no caso de quebra do acordo de incidência parlamentar havia pessoas na Mesa da Assembleia que deviam por o seu lugar à disposição. A dedução é sua, se eu me referia ao Deputado Humberto Melo.

Em seguida queria dizer mais uma coisa:

Eu tive oportunidade - se o jornalista extrapolou o título a culpa não é minha - de dizer posteriormente, porque gostaria de vincar bem a situação, que não estavam em causa as pessoas pelas quais eu tenho o máximo respeito, mas sinto os cargos e não está em causa também aquilo que eu vejo aprogado por aí como uma questão de humildade. Em política há actos normais, não há actos humildes. Os actos em política são normais, são dignos e normais, porque há normalidade democrática e este Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS, que foi para aqui chamado, se estivesse no lugar das pessoas que estavam na Mesa eu poria o meu lugar à disposição, sem qualquer humildade, porque era um acto digno de democracia e em casa, onde estava, não reuni o Grupo Parlamentar, nem perguntei a ninguém do PS qual era a sua opinião. Era a minha opinião.

Portanto, está bem respondido e penso que todos compreenderam a resposta e volto a repetir: em democracia não actos de grande humildade, há actos de normalidade democrática e eu apenas praticaria um acto de normalidade democrática.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Há quem não tem vergonha!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estou muito satisfeito, porque devo reconhecer que adivinhei os argumentos e contra-argumentos, respondi aos argumentos de tal forma que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro disse exactamente aquilo a que eu já tinha respondido.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Só lhe falta o turbante!

O Orador: Senão vejamos:

Para já começa por dizer que eu fiz referências ao Eng.º Humberto Melo. Aliás, uma expressão que também utilizou com o Deputado Dionísio de Sousa e que foi a seguinte: Eng.º Humberto Melo, Deputado e Presidente, porque acho que na minha forma de expressão está o homem, está o deputado e está o Presidente, como também disse então: Dionísio de Sousa, Deputado e Presidente. O Sr. retira daí uma argumentação de que eu estou a falar no Eng.º Humberto Melo é porque está respondido e não tenho mais nada para dizer. O Sr. não percebeu, paciência!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Sr. não percebeu ou não quis perceber!

O Orador: Quanto aos problemas dos dilemas da legitimidade, o Sr. Eng.º Humberto Melo, Deputado e Presidente, tem uma dúvida que acho que o engrandece politicamente, justamente por aquilo que disseram todos, o Deputado e Presidente Fernando Menezes, o Deputado Vasco Cordeiro e o Deputado Manuel Serpa. De facto, o Eng.º Humberto Melo foi eleito na sequência de um acordo parlamentar. Isto só confirma aquilo que eu já tinha dito e por isso é que eu acho clarividente, inteligente e correcto o facto de o acordo parlamentar ter acabado, ele questionar a sua legitimidade, querer que os seus deputados...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas a forma não é esta. A questão está aí!

O Orador: ... digam ou não se ele tem legitimidade para actuar ou não.

A questão da demissão também já foi respondida e eu já estou aqui há tempo suficiente para não perder tempo a responder à mesma coisa duas vezes. Eu já expliquei porque é que, na minha opinião e na opinião do Grupo Parlamentar do PSD, o Eng.º Humberto Melo, Deputado e Presidente apresentou um voto de confiança, e muito bem, e não se demitiu, porque o fim do acordo não teve nada de

favorável ao PS. Nada voltou ao que estava antes. O PS não ganhou nada e o Eng.º Humberto Melo tem o apoio expresso do Partido Popular. O Partido Socialista queria que o Eng.º Humberto Melo, Deputado e Presidente, se demitisse para voltar a ser eleito ou eleger outro deputado do PSD e acha que isso é que era digno. Não acha que, perante o apoio expresso do Partido Popular e do Grupo Parlamentar do PSD, a forma mais adequada e razoável seja perguntar no fim de um acordo: digam lá se eu devo continuar a ser o vosso Presidente. Foi simplesmente isso.

Portanto, está mais que explicado os argumentos de dignidade pessoal do Eng.º Humberto Melo, do Deputado e do Presidente. Já estavam mais que explicados os dilemas de legitimidade, está mais que explicado porque é que isso se faz assim na sequência do fim de um acordo, está mais que explicado tudo aquilo que os Srs. disseram em segunda mão e que eu já tinha respondido, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Fernando Menezes.

A única novidade, de facto, do Sr. Deputado Vasco Cordeiro foi dizer, certamente num contributo que dignifica muito este debate, que o eng.º Humberto Melo, Deputado, faz fretes ao PSD. Foi a única novidade da sua intervenção. Se acha que isso o engrandece, fique lá com isso que eu por mim não me importo nada.

Em relação ao Sr. Deputado Manuel Serpa, eu li no jornal, pelos títulos, "Humberto Melo deve demitir-se". Se o Sr. Vice-Presidente da bancada Parlamentar do Partido Socialista se estava a referir a outros membros da Mesa da Assembleia e não se estava a referir ao Eng.º Humberto Melo, Deputado, eu devo-lhe dizer que então está preocupado, certamente que não é com a Sra. Secretária, não deve ser com o Sr. Secretário que já estava, não deve ser com o seu Vice-Presidente, só deve ser com o Vice-Presidente do PP,...

Deputado Francisco Sousa (PS): Ele está lá com o meu voto!

O Orador: ...mas acontece, porém, que não há votos de censura à Mesa da Assembleia. Há moções de censura ao Presidente e o Presidente é que pode apresentar votos de confiança. É assim que está no Regimento e doutra maneira é que não podia ser.

Portanto, o que é verdade é que se se queria referir ao que é menos, eu julgo que foi legítimo da minha parte pensar que se ia referir ao que é mais e referindo ao que era

menos não deixou de introduzir um elemento dos tais que iam sussurrando e iam diminuindo o prestígio da Assembleia, porque não é só a sua intervenção. Eu lembro-me que o Deputado Fernando Menezes fez aqui perguntas a destempo sobre um sítio onde tinha ficado o Eng.º Humberto Melo, Deputado e Presidente - e insisto na fórmula só porque não gostam - numa sessão solene da Universidade dos Açores. Isso foi até instigado pela bancada do Governo, ao que toda a gente percebeu.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Eu próprio é que disse que ia protestar!

O Orador: Portanto, o PS não se faça de mansinho, o PS queria ir nicando na credibilidade do Presidente Humberto Melo e por isso está chateado, para que toda a gente perceba, que o Eng.º Humberto Melo tenha percebido isso e tenha colocado, num acto de consideração política, a sua legitimidade em cima da mesa. Os Srs. ficaram incomodados, ainda bem! Podiam ter disfarçado, não conseguiram. Baixam o nível do debate, é convosco. Não têm argumentos válidos, problema vosso. Não querem dar um contributo para prestigiar o Parlamento com a vossa argumentação, problema vosso.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Vamos ver!

O Orador: Eu e o Grupo Parlamentar do PSD continuamos firmes nas nossas convicções e julgamos que nesta matéria o povo açoriano está a perceber...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): A arrogância!

O Orador: ...o que é que significa uma atitude digna no plano pessoal, credível para as instituições e prestigiante para o Parlamento.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Não se precipite!

O Orador: Não vou perder mais tempo com os mesmos argumentos, ou dizem coisas novas ou a minha voz cala-se para sempre neste debate.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Victor Cruz:

Eu confesso que o conheço há algum tempo, mas estou a ficar surpreendido com aquilo que diz nesta Casa.

A sua arrogância é enorme.

O Sr. acaba agora falando em nível de debate.

Deputado Victor Cruz (PSD): É por causa do frete!

O Orador: Quem baixou o nível do debate, depois da minha intervenção que não teve rigorosamente nada de pessoal, foi V. Exa. ao usar termos como inveja, ciúmes retroactivos lamentáveis e de direitos divinos e outras expressões bíblicas que já não me lembro.

Deputado Victor Cruz (PSD): Isso é minorizar o debate?!

O Orador: Depois o Sr. entra numa postura fantástica que é: eu adivinhei os argumentos, eu contra-argUMENTEI antes dele chegar.

Deputado Victor Cruz (PSD): A verdade é essa!

O Orador: O Sr., de facto, quando falava em direito divino nosso, o Sr. é que é possuidor de qualidades divinas,...

Deputado Victor Cruz (PSD): Muito obrigado!

O Orador: ... só que essas qualidades, Sr. Deputado, não chegam ao céu e muito menos aos açorianos.

Sr. Deputado, o Sr., como eu dizia, não chega ao céu nem aos açorinaos, porque o Sr. procurou contraditar aquilo que eu disse, mas não conseguiu, sabe, o Sr., apenas conseguiu baralhar os dados, baralhar os argumentos e ninguém percebeu e, se calhar, agora eu penso que o Sr. é que não percebeu o que nós queríamos dizer e o Deputado Vasco Cordeiro já procurou explicar.

Nós centrámos a nossa intervenção numa questão de legitimidade. É evidente para todos que o que o Sr. Deputado Humberto Melo pretende é legitimar a sua posição e o que nós dizemos é que este meio não é o adequado para legitimar esta situação.

Deputado Victor Cruz (PSD): É.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Não é. Este é o meio para analisar o comportamento. A legitimação faz-se colocando o lugar à disposição, como disse o Deputado Manuel Serpa, era o que eu faria perante as alterações verificadas no quadro político açoriano.

Deputado Eugénio Leal (PSD): O vosso Presidente não o fez!

O Orador: O Sr. tentou contraditar, baralhar e puxar para os lados que quis.

Referiu-se à onerabilidade do Sr. Deputado Humberto Melo. Ninguém referiu a onerabilidade do Sr. Deputado.

O Sr. foi buscar uma história dumas perguntas que eu fiz há não sei quanto tempo, provavelmente o ano passado, sobre uma questão protocolar. O Sr. foi buscar isso para quê, para refutar o quê?

A questão é muito simples:

O problema do Sr. Deputado Humberto Melo, Presidente desta Assembleia, é de legitimidade e a legitimidade resolve-se como eu disse.

Portanto, eu também vou usar uma expressão sua que não gosto e que o Sr. usa muito e que é: "Não vou perder mais tempo com isto", do alto da sua sabedoria. Foi o que o Sr. acabou de dizer, mas eu não vou dizer assim, vou dizer que não pretendo intervir mais sobre esta matéria.

Eu creio que já perceberam onde é que colocamos o problema e o nosso voto naquela urna, que fique bem claro, quer significar exactamente isso: nós não alinhamos neste processo que nos parece um processo enfiado, que nos parece uma mistificação.

Este não é o meio adequado e o nosso voto quer significar exactamente isso e nada mais e não ter a ver nada com a actuação do Sr. Presidente, com a onerabilidade do Sr. Presidente, ou o que quer que seja. Ele sabe bem disso. A nossa questão é política e resulta da análise que fazemos da situação política actual.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu remeto para os Srs. as mesmas palavras que o Sr. Deputado Victor Cruz dirigiu a esta bancada.

Eu devo confessar que sou novo aqui, Sr. Deputado.

Com o paternalismo que o Sr. demonstrou...

Deputado Victor Cruz (PSD): Eu?!

O Orador: Sim, demonstrou que não está para responder às mesmas coisas.

Eu peço desculpa. Sr. Deputado, eu prosto-me numa atitude humilde, Sr. Deputado. Agora, uma das coisas que o Sr. Deputado tem que perceber é que não é o Sr. que,

"qual "parter"????? é famílias deste Parlamento, que define o que é que prestigia ou deixa de prestigiar. Não é o Sr. que é dono da verdade ao entender aquilo que este Grupo Parlamentar pode ou não pode dizer, Sr. Deputado. As coisas não funcionam assim. Pior atitude, maior arrogância é difícil de encontrar. O Sr. é que entende o que é prestigiante ou o que não é prestigiante. O Sr. é que entende o que é que este Grupo Parlamentar pode ou não pode dizer. Sabe que isso assim não funciona, porque se tem que haver humildade democrática daqui, talvez fosse aconselhável que também começasse a haver daí.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Ainda como questão prévia queria salientar a incoerência e incongruência do Sr. Deputado em que se criticou uma intervenção desta bancada por recorrer aos jornais e o Sr. Deputado foi o primeiro a puxar da mão dum jornal das declarações que por sinal nem sequer foram exactamente aquelas proferidas pelo Deputado Manuel Serpa.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Mas não foi desmentido!

O Orador: Aqui fica a vossa coerência, aqui fica a forma como entendem como se deve reger nestas coisas.

Passando ao cerne da questão: a dúvida.

Sr. Deputado, se o Presidente da Assembleia tem dúvidas, muito bem, que as tenha, agora que encontre o meio adequado de as resolver.

Este voto de confiança pode ser votado hoje, mas o Sr. não vai sair daqui sabendo se a sua legitimidade está ou não está melhorada. O Sr. vai sair daqui sabendo o que é que este Parlamento pensa da sua actuação política, o que são coisas diferentes.

O Sr. apresentou um voto de confiança e pelo Regimento, a não ser que se queira fazer letra morta disto, o voto de confiança versa é sobre a actuação política. Portanto, o Sr. vai sair daqui sem saber se a sua legitimidade está ou não reforçada. Não sabe se a sua legitimidade está ou não está esclarecida, porque sobre a função do voto de confiança o que vai haver é uma pronúncia sobre a sua actuação política e depois vamos ver os resultados.

Sr. Deputado Victor Cruz, não me diga que o acordo parlamentar e quadro parlamentar, para si é a mesma coisa. Quem elegeu o acordo parlamentar como

sustentáculo da legitimidade daquele Presidente foram os Srs., não fomos nós e a mínima coerência que é exigida nesta situação era findo o acordo parlamentar, o Sr. Presidente da Assembleia pusesse o seu lugar à disposição. É assim que se resolve as dúvidas de legitimidade, por eleições, Sr. Deputado, eleições que não são voto de confiança.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Daqui a pouco vai ver!

O Orador: Era através de eleições que se resolvia.

Que ele não tenha tido a coragem política de fazer isto, não é problema nosso, agora há aqui uma situação que é também particularmente clara quanto a isto.

Sr. Deputado, se o Sr. Presidente efectivamente tinha dúvidas, em seu entender, e mediante a manifestação expressa do apoio do PP e do PSD, o que é que estamos aqui a fazer?

Deputado Herberto Rosa (PS): É uma boa pergunta!

O Orador: Qual é o significado deste voto, se os Srs. já sabiam que tinham o apoio do PSD e do PP? O que é nós estamos aqui a fazer? Estamos a brincar uns com os outros?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, eu gostaria de saber de quantos minutos dispõe o Grupo Parlamentar do PSD.

Presidente: Dispõe de 4 minutos.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar e muito rapidamente, eu quando digo que não vou responder às mesmas perguntas é porque tenho o tempo limitado e não vou estar aqui - e essa técnica aprendi com outros - a repetir a mesma argumentação, quando acho que já está muito bem respondido àquilo que os Srs. perguntam repetidamente e que é sempre a mesma coisa.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Os Srs. não respondem!

Vozes da bancada do PS: Isso é arrogância!

O Orador: Não é arrogância nenhuma, porque se eu já respondi, está respondido.

Em segundo lugar, devo dizer que eu já fiz várias intervenções com base em jornais e acho que a primeira vez que fiz isso foi quando o Sr. Presidente do Governo disse que era numa reunião do PS que era conhecido como Presidente do Governo e que os Srs. Deputados que estavam lá não eram conhecidos. Por acaso olhei para a sua cara nessa altura e parece-me que não ficou nada satisfeito. Portanto, foi a primeira vez que citei jornais e vou continuar a citar nessa matéria.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não seja pretencioso! Não adivinhe o que eu penso ou deixo de pensar!

O Orador: Em terceiro lugar, o Sr. Deputado Fernando Meneses já fez muitos debates comigo e sabe que eu não sou arrogante, sabe que eu sou vivo e que gosto de participar no debate, mas sabe que eu sou democrata, sabe que eu o respeito, sabe que eu respeito o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e, portanto, nada disso me serve. Agora, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro dizer que eu sou arrogante e altivo e que quero tirar conclusões, o Sr. Deputado fez a pior coisa que podia ter feito que foi na sua intervenção o Sr. querer tirar sozinho as conclusões duma votação de 52 deputados. Mais arrogância do que isso, ninguém pode ter.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Deputado, quem é que disse que havia acordo entre o PSD e o PP?!

O Orador: Isso é que é o cúmulo. O Sr. quer sozinho, numa votação secreta, tirar as conclusões duma votação de 52 e eu é que sou o tal arrogante, o altivo. O Sr. acaba por se contradizer de forma brutal. Quer tirar do alto da sua bancada as conclusões duma votação que é secreta. Eu não disse nada que se parecesse com isso e, portanto, os adjectivos voltam todos à procedência.

Vou referir-me às três questões essenciais, porque tenho pouco tempo.

Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista acha que votar ou não a confiança do Eng.º Humberto Melo, como Presidente, não é uma forma correcta de ele saber se tem ou não tem legitimidade.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é, não senhor!

O Orador: O voto secreto democrático desta Casa é que é a melhor forma disso acontecer, tanto mais quando se diz que se não tiver confiança é destituído.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Portanto, se os Srs. acham que o problema é demetir-se, votem contra, convençam outros a votar contra que atingem o vosso objectivo. Assim cai por terra a vossa argumentação.

Em segundo lugar o Sr. Deputado Fernando Meneses disse: "Se eu estivesse no lugar do Eng.º Humberto de Melo, por causa do acordo, eu tinha-me demitido". Não foi isso que fez o Deputado Dionísio de Sousa e não estou a criticá-lo por isso, agora o vosso exemplo não serve para agora dizerem deste exemplo, porque não foi isso que os Srs. fizeram.

Para terminar, em terceiro lugar, os Srs. dizem que o Eng.º Humberto Melo, Deputado, sabe que o consideram, que acham que ele como pessoa tem tido uma atitude positiva e como Presidente está só há 4 meses. O que acho que o Eng.º Humberto Melo, Deputado, ficou sabendo do que o PS pensa dele é que fez um frete ao PS e que não é o vosso Presidente.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais inscrições vou fazer distribuir os boletins de voto para procedermos à votação.

(Pausa)

Srs. Deputados, a Sra. Secretária da Mesa vai proceder à chamada para a votação.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

António Manuel da **Silva Melo**

Augusto António Rua **Elavai**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Dionísio Mendes de **Sousa**
Fernando Manuel Machado **Menezes**
Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**
Francisco Couto de **Sousa**
Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa
João Carlos do Couto **Macedo**
João Manuel Pereira **Forjaz de Sampaio**
José **Élio** **Valadão** Ventura
José Humberto de Medeiros **Chaves**
José do **Nascimento Ávila**
João Luis Sanchez dos **Santos**
Luis Machado **Resendes**
Manuel Goulart **Serpa**
Manuel **Herberto** da **Rosa**
Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**
Maria da **Natividade** da **Luz**
Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
Alberto Romão **Madruga da Costa**
Ana Carolina Gomes da **Silva**
António Manuel Silva **Almeida**
António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**
Aurélio Henrique Silva Franco **da Fonseca**
Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**
Duarte Nuno de **Ávila** Martins de **Freitas**
Eugénio Manuel Pereira **Leal**
Francisco **Xavier** Araújo Rodrigues

Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Joaquim Carlos Vasconcelos da **Ponte**
José Ramos Aguiar
José Francisco Salvador **Fernandes**
Jorge Manuel Leão Themudo **Valadão dos Santos**
José Manuel Cabral Bolieiro **Dias**
José Manuel Avelar **Nunes**
José Maria Bairos
Manuel Teixeira **Brasil**
Manuel da Silva **Azevedo**
Mark Silveira **Marques**
Sidónio Manuel Moniz **Bettencourt**
Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**
João Maria Fraga **Greves**
Nuno Alberto Barata **Almeida e Sousa**

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: O resultado da votação é o seguinte:

Entraram 49 votos na urna.

O voto de confiança foi aprovado com 23 votos em branco e 26 votos a favor.

(Aplausos de pé das bancadas do PSD e do PP)

Agradecia que o Sr. Presidente da Assembleia retomasse o seu lugar.

(Neste momento o Sr. Presidente da Assembleia retoma o seu lugar na Presidência da Mesa da Assembleia)

Presidente: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar queria agradecer a confiança que depositaram em mim e espero responder às vossas expectativas e conto com todos neste trabalho de prestigiar e de dignificar a Assembleia Legislativa Regional.

Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos e que diz respeito a uma Proposta de Resolução que visa alterar as nossas Comissões, pela alteração ocorrida no Grupo Parlamentar do PP.

Está à discussão esta Proposta de Resolução que foi distribuída aos Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo intervenções vou pôr à votação esta Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Em nome da Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores quero propor a seguinte Proposta de Resolução:

A Mesa da Assembleia Legislativa Regional propõe que a Assembleia declare findo o Período Legislativo de Março.

Vou pôr à votação esta Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Dou por encerrado os nossos trabalhos, desejando a todos uma boa Páscoa.

(Eram 02,15 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

José Humberto de Medeiros **Chaves**

Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**

Ana Carolina Gomes da **Silva**

Deputado que faltou à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Maria Fernanda da Silva **Mendes**

—

O Redactor de 1.^a Classe, José Rodrigues da Costa